



UNILAB

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

INSTITUTO DE HUMANIDADES

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES-MIH

MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA

**INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A
PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL NAS FORMAÇÕES CONTINUADAS DE
HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE-CE**

REDENÇÃO

2026

MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA

INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO
DA EQUIDADE RACIAL NAS FORMAÇÕES CONTINUADAS DE HISTÓRIA DO
MUNICÍPIO DE MARANGUAPE/CE

Dissertação apresentada ao mestrado
Interdisciplinar em Humanidades (MIH),
vinculado ao Programa de Pós- Graduação
Interdisciplinar em Humanidades (POSIH) da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos
Gomes

REDENÇÃO

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Maria Lucy dos Santos.

L698i

Intelectuais negras brasileiras: contribuições para a promoção da equidade racial nas formações continuadas de história do município de Maranguape-CE / Maria Lucy dos Santos Lima. - Redenção, 2026.
168f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.

1. Intelectuais negras. 2. Professores de história - Formação.
3. Ensino de história. 4. Interseccionalidade. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 907.1081

MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA

INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO
DA EQUIDADE RACIAL NAS FORMAÇÕES CONTINUADAS DE HISTÓRIA DO
MUNICÍPIO DE MARANGUAPE/CE

Dissertação apresentada ao mestrado
Interdisciplinar em Humanidades (MIH),
vinculado ao Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Humanidades (POSIH) da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Apresentada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ARILSON DOS SANTOS GOMES

Data: 12/03/2026 20:56:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Documento assinado digitalmente

EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA

Data: 09/03/2026 10:37:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Documento assinado digitalmente

MARIA TELVIRA DA CONCEICAO

Data: 11/03/2026 16:01:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Telvira Conceição

Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dedico este trabalho ao meu esposo, Roberto,
ao meu filho Luigi, aos meus pais, irmãos,
cunhados e sobrinhos que são minha base.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo em todos os momentos.

Ao meu esposo Roberto, que com amor, compartilha a vida comigo, dividindo momentos de alegrias, conquistas e também momentos difíceis, por me dar o suporte necessário para cursar o mestrado, compreendendo meus momentos de estudos, muitas vezes exaustivos.

Ao meu filho Luigi, que é minha motivação e inspiração.

Aos meus pais, Miguel e Almerinda, minhas irmãs Mary, Thienne e Lucilene, e ao meu irmão Miguel Filho, que são a minha base e me fortalecem na caminhada.

Aos meus cunhados Zé Filho, Filipe, Alessandro e a cunhada Ruth, que sempre vibram com nossas conquistas.

Ao meu orientador, Dr. Arilson dos Santos Gomes, que com seus conhecimentos e dedicação, orientou-me com muita maestria nessa jornada.

Aos meus professores do MIH por todo conhecimento compartilhado durante o mestrado.

As amizades construídas durante o mestrado, em especial a Halana e Édmara, por compartilharem as angústias e ajudas mútuas durante esse tempo.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que se alegraram e torceram pelo sucesso no mestrado e em especial à Eriágna, que foi a pessoa que mais me incentivou e acreditou no meu potencial para passar no Projeto de mestrado, à Nair Júlia, João Kerensky e Claudiana Guilherme, pela leitura e revisão da escrita do Projeto. Ao Raimundo Soares Ramos Júnior e João Sérgio Fernandes, por facilitarem meus momentos de aulas presenciais e de pesquisa.

Ao professor Dr. Daniel Brandão por ofertar gratuitamente o curso *Um sonho Possível* para quem sonha com uma pós-graduação *stricto sensu*.

Agradeço a todos(as) os(as) professores(as) que participam das formações de História e que me ajudam a crescer profissionalmente. Em especial aos professores(as) entrevistados(as) que se disponibilizaram para a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço a todos(as) que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste sonho.

E se a voz de nossos ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência” não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos.

(Evaristo, 2020, p. 30)

RESUMO

No Brasil, a branquitude acadêmica fixou no imaginário popular, por meio da ideologia da democracia racial, uma escrita de história, impossibilitando por muito tempo que escritoras negras tivessem sua escrita representada nas escolas e nas universidades. Frente a essa questão, a presente pesquisa problematiza os prejuízos desse domínio para a divulgação da escrita da população negra. Com isso, este estudo tem o objetivo de investigar as contribuições da leitura de obras de mulheres negras brasileiras para práticas educacionais dos(as) professores(as) de História nas turmas do 9º ano da rede pública de ensino de Maranguape/CE, a partir das formações continuadas de História. Por meio do conceito de interseccionalidade, à luz de Kimberlé Crenshaw (2004), no que concerne à formação docente em seu caráter interdisciplinar, com as contribuições de Perrenoud (2007), Imbernón (2010) e Tardif (2017), esse trabalho foi desenvolvido teoricamente. Metodologicamente, esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório com análise bibliográfica, utiliza entrevistas semiestruturadas com os sujeitos participantes e busca contribuir de forma interseccional com os saberes sobre as Relações Étnico-Raciais no Brasil. A pesquisa evidenciou as organizações históricas do Movimento Negro e de mulheres negras no Ceará e no Brasil e seus protagonismos; destacou dez intelectuais negras nas formações continuadas de história e verificou as formas de acesso às obras de intelectuais negras, bem como os impactos da formação realizada nas práticas dos(as) professores(as) entrevistados(as).

Palavras-chave: Intelectuais Negras. Formação Continuada de Professores. Interseccionalidade. Maranguape.

ABSTRACT

In Brazil, the academic idea of whiteness shaped the popular imagination through the ideology of racial democracy. This created a way of telling history that, for a long time, kept Black women intellectuals from having their work represented in schools and universities. Facing this issue, this research discusses how this dominance has harmed the visibility of Black writing. The purpose of this study is to investigate how reading books written by Black Brazilian women can contribute to the educational practices of History teachers who work with 9th-grade classes in the public school system of Maranguape, Ceará, based on their continuing History training programs. Using the concept of intersectionality, guided by Kimberlé Crenshaw (2004), and considering teacher training from an interdisciplinary perspective, supported by Perrenoud (2007), Imbernón (2010), Tardif (2017), this work was developed from a theoretical viewpoint. Methodologically, this research is qualitative and exploratory, based on bibliographic analysis, and uses semi-structured interviews with participating teachers. It aims to contribute, in an intersectional way, to knowledge about Ethnic-Racial Relations in Brazil. The research highlighted the historical organization of the Black Movement and Black women in Ceará and in Brazil, as well as their leadership roles. It also presented ten Black intellectuals in the continuing History training and examined how teachers access the works of Black intellectuals, along with the impacts of the training on the practices of the interviewed teachers.

Keywords: Black intellectuals. Teacher Training. Intersectionality. Maranguape.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Maria Firmina dos Reis (1822 -1917)	57
Imagem 02 – Carolina Maria de Jesus (1914-1977)	64
Imagem 03 – Conceição Evaristo (1946 - atualmente)	75
Imagem 04 – Lélia Gonzalez (1935- 1994)	80
Imagem 05 – Beatriz Nascimento (1942-1995)	86
Imagem 06 – Cida Bento (1952 - atualmente)	91
Imagem 07 – Nilma Lino Gomes (1961 - atualmente)	96
Imagem 08 – Wlamyra Albuquerque (?)	99
Imagem 09 – Djamila Ribeiro (1980 - atualmente)	104
Imagem 10 – Bárbara Carine (1987 - atualmente)	108
Imagem 11 – Formação Continuada	119
Imagem 12 – Professores realizando a leitura do diário de Carolina	123
Imagem 13 – Avaliação da Formação pelos(as) professores(as)	125
Imagem 14 – Avaliação da Formação pelos(as) professores(as)	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os gêneros discursivos e as abordagens de cada intelectual pesquisada	56
Tabela 2 – Quantitativo de livros nas Bibliotecas das escolas pesquisadas	132

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BBC- Home	<i>British Broadcasting Corporation</i> (Corporação Britânica de Radiodifusão)
BCCM	Base Curricular Comum de Maranguape
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CREDE	Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento
CMN/SP	Comissão da Mulher Negra do Estado de São Paulo
CECF/SP	Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará
FAE//UFMG	Financiamento de Aposentadorias Especiais de Universidade Federal de Minas Gerais
FNB	Frente Negra Brasileira
GNT	<i>Globosat News Television</i>
GRUCON	Grupo União e Consciência Negra
GTAR	Grupo de Trabalho André Rebouças
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFLA-UNES	Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas e a
CO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEGRA	Instituto Negro do Ceará
IPCMAC	Inventário dos Povos e Comunidade de Matrizes Africanas do Ceará
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores

PUC	Pontifícia Universidade Católica
RBPAE	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
SEDUC	Secretaria da Educação do Ceará
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TEN	Teatro Experimental do Negro
UECE	Universidade do Estado do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHC	União dos Homens de Cor
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ORGANIZAÇÕES HISTÓRICAS DO MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E NO CEARÁ	24
2.1 O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL	26
2.2 O MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ	42
3 INTELECTUAIS NEGRAS COMO SUJEITAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	54
3.1 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE MULHERES NEGRAS	56
3.2 INTELECTUAIS ACADÊMICAS NO SÉCULO XX E INTERLOCUÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS	79
3.3 INTELECTUAIS NEGRAS ACADÊMICAS NO SÉCULO XXI	95
4 FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM MARANGUAPE	114
4.1 A FORMAÇÃO REALIZADA PARA OS(AS) PROFESSORES(AS) DE HISTÓRIA DE MARANGUAPE	116
4.2 O ACESSO ÀS OBRAS DE INTELECTUAIS NEGRAS PELOS(AS) PROFESSORES(AS) DURANTE A FORMAÇÃO INICIAL E EM SEUS AMBIENTES DE TRABALHO	126
4.3 OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO REALIZADA NAS PRÁTICAS DOS(AS) PROFESSORES(AS)	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS	154

1 INTRODUÇÃO

Para melhor situarmos o(a) leitor(a) sobre a pesquisa, a proposta inicial trazia o tema “Escritoras negras brasileiras: contribuições para a Promoção da Equidade Racial no Ensino de História do Município de Maranguape/CE”. Após a apreciação dos professores na qualificação, foram propostas algumas mudanças, como substituir “ensino por formação”, para melhor atender às propostas da pesquisa, e também a substituição do termo “escritoras negras”, por “intelectuais negras” (como podem ver no tema atual), por considerar mais adequado à função que essas mulheres exercem na sociedade. Tal mudança fundamenta-se na leitura de Gramsci (1982), em que o autor apresenta o termo intelectual orgânico, pois para ele, “todos os homens são intelectuais, apesar de nem todos os homens desempenharem na sociedade a função de intelectuais”.

Gramsci considera intelectual orgânico aquele que floresce e age, como organismos vivos em determinados espaços e exerce uma função de organizador com a classe à qual está ligado e exerce uma função de chamar a tomar consciência de seus próprios interesses e de seu papel na sociedade, como no campo econômico, mas também no social e político, divergindo assim do intelectual tradicional que habitualmente conhecemos, como o clero, os funcionários, militares e os acadêmicos que mantêm uma distância e se considera de certa forma mais autônomo em relação à classe em que está inserido, como nos diz o próprio autor “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador” (Gramsci, 1982, p. 8).

Stuart Hall nos elucida que Gramsci não trata diretamente sobre a questão racial, mas suas pesquisas e atuações estão ligadas ao campo social “Gramsci não escreveu sobre raça, etnia ou racismo em termos dos significados ou das manifestações contemporâneas (Hall, 2003, p. 300). A leitura de Hall sobre suas escritas, reflete sobre estratégias de organizações políticas e o quanto a sociedade civil é importante para o equilíbrio das forças sociais. Por isso, nos permite pensar as mulheres negras que serão estudadas e trabalhadas nesta pesquisa como intelectuais orgânicas, pois elas surgem diretamente das classes sociais, dos lugares menos prováveis e desempenham um papel de destaque e de referência à outras mulheres, atuando como sujeitas transformadoras frente às estruturas sociais vigentes. O que dialoga também com Patrícia Hill Collins ao trazer a mulher negra como teórica social crítica, ao relatar histórias de mulheres, principalmente Maria Stewart, que não se contentaram com a

opressão e incentivaram outras mulheres negras a criarem definições próprias de autoconfiança e independência e lutem pela defesa de seus direitos e privilégios “pois o conhecimento adquirido nas opressões, são usados para incentivo, elaboração e transmissão dos saberes subjugados” (Collins, 2019, p.8).

Posto isso, a contextualização desta pesquisa se ampara no processo histórico vivenciado no Brasil nos últimos cinco séculos, em que sua história tem sido contada na maioria das vezes por um grupo racial específico. Não apenas por pessoas brancas, mas, majoritariamente por homens brancos. Corroborando com Bakhtin, quando fala da linguagem, a escrita é um ato de poder (Bakhtin, 2006). Através dela, pode-se colocar ordem em uma sociedade, definindo a posição de cada indivíduo de acordo como convém ao escritor.

Esse domínio da escrita tem impactado profundamente as relações étnico-raciais no Brasil e não pode ser desassociado do período violento e opressor que foi o período da escravização e que ainda tenta persistir de formas simbólicas e materiais, por meio do racismo e da manutenção de privilégios e desvantagens no mercado de trabalho, conforme pesquisas relacionadas às desigualdades por raça e cor¹. Uma das consequências que a sociedade ainda sofre é o racismo estrutural, de tão praticado, se torna banal e não necessita de intenção para acontecer, como afirma (Almeida, 2019). Sobre essa tese de estrutura em relação ao racismo que vigora na sociedade brasileira atual, o sociólogo e jornalista Muniz Sodré, em seu livro *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional* (2023), propõe o conceito de racismo Institucional ou Intersubjetivo. Para ele, o termo estrutural estaria mais ligado ao período escravocrata, por estar presente na política, nas relações intersubjetivas e jurídicas, portanto, existia de fato uma segregação e a “normalização” do racismo, sem a necessidade de sua aplicação de fato, (Sodré, 2023). Para o autor, após a abolição e o fim da estrutura, permaneceram as regras e a natureza institucional do racismo. Como bem reforça,

No caso brasileiro, é forçoso ponderar que um efeito estrutural não é exatamente estrutura, mas elemento de uma forma, que eventualmente pode revelar-se estruturante. (...) No interior da forma, operam processos de subjetivação, que são modos regulatórios - de natureza institucional e não necessariamente deliberados - da formação de um “comum” social (Sodré, 2023, p. 45-46).

¹ A desigualdade de gênero no mercado de trabalho se agrava quando se analisa a questão racial. Mulheres negras enfrentam taxas de desemprego e subutilização da força de trabalho mais altas. Em 2024, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desocupação foi de 4,4% para homens brancos, 5,8% para mulheres brancas e 9,3% para mulheres negras. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Diante do exposto, consideramos que a obra de Sodré nos traz muitas contribuições sobre o debate, porém, decidimos por usar, ao longo desta pesquisa, o conceito defendido por Almeida (2019), por dialogar intrinsecamente com algumas das escritoras pesquisadas. Para ele, além do racismo estrutural, tem-se o racismo institucional, em que instituições se beneficiam pelas normas e regras criadas direta ou indiretamente e que as fazem perpetuar na manutenção de privilégios (Almeida, 2019), situação que acaba reproduzindo desigualdades e gerando conflitos. Um exemplo nítido é que por muito tempo o mercado editorial brasileiro foi composto por escritores brancos e até meados do século passado, poucas mulheres negras ficaram conhecidas por seus escritos. Como elucida Ribeiro (2020), até 2016 o Brasil possuía apenas 10% de autores não brancos. Por mais que seja pequena essa participação, o que se teve de progresso, foi muito devido ao Movimento Negro Contemporâneo², que apesar de ter surgido ainda na primeira metade do século XX, ganha mais força a partir da década de 1970, e na da década de 1980, no período da abertura política, muitas mulheres negras passam a publicar mais e assim se tornarem mais conhecidas.

A partir do exposto, pode-se considerar que esse domínio da escrita resultou em prejuízo para o conhecimento da história das pessoas negras, por terem sido contadas a partir da perspectiva do branco por muito tempo. Consideremos aqui o termo pessoas negras, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) configuram-se pessoas aquelas que se autodeclararam como pretas ou pardas, que leva em consideração a cor, a cultura e o fenótipo. Como nos diz Fátima Oliveira (2004, p. 59) “A alocação das pessoas segundo classe social, sexo/gênero e raça/etnia se constitui em indicadores que podem ser traduzidos em políticas públicas antidiscriminatórias na área da saúde, da educação, do saneamento, da habitação, da segurança etc., porém, para Neuza Santos Souza, não nascemos negros, e sim, nos tornamos negros “assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Souza, 1983, p.77).

A autora estava aqui, nos alertando que ser negro ou negra na sociedade racista e preconceituosa brasileira, foi por muito tempo, uma imposição do homem branco que ser uma pessoa de cor, não era algo positivo, o que levou e leva muitas vezes a pessoa tentar se assimilar ao branco. Porém, Neuza Sousa Santos nos chama a uma tomada de consciência e

² O Movimento Negro Contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro. Enquanto sujeito coletivo, esse movimento é visto na mesma perspectiva de Sader (1988), ou seja, como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais defendem-se interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável (Gomes, 2011).

elucida a possibilidade de construção de identidade que remete a uma tarefa eminentemente política do uso do termo. Por isso, ela nos diz que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (Souza, 1983, p. 17).

Intelectuais como Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo dentre outras, se destacaram e mostraram que a mulher negra pode ocupar o lugar que quiser em uma sociedade marcada pelo preconceito que, como contribui Ribeiro (2019), possui alicerces interseccionais de raça, classe e gênero. Carolina de Jesus, nascida em 14 de março de 1914 e falecimento em 13 de fevereiro de 1977, observou que poderia escrever sobre suas amarguras e, assim, denunciar toda uma questão de descaso público ainda no século passado. O que a fez se tornar referência para tantas outras, principalmente para a escrita de Conceição Evaristo. Assim, esta pesquisa se delineia no seguinte objeto de estudo: as contribuições das intelectuais negras brasileiras nas formações continuadas de História e seu impacto para promoção da equidade racial na rede pública de ensino do município de Maranguape no Ceará.

Esta pesquisa tem por motivação a importância que as aulas de História, ministradas por um (a) professor (a) reflexivo (a) têm na formação dos estudantes, não apenas na questão cognitiva e acadêmica, mas também como cidadãos, ressaltando que o ensino deve ser ministrado considerando também o princípio da diversidade étnico-racial, Brasil (2023). Tal motivação tem origem na experiência desta pesquisadora, professora e negra, em sala de aula por dez anos, tanto em escolas estaduais, quanto municipais, bem como nas suas experiências como formadora municipal do componente curricular de História, já no seu quarto ano de exercício. Apesar de, desde criança, reconhecer-me e identificar-me como negra (filha de pai negro e família paterna majoritariamente negra), presenciar e até sofrer situações de racismo (digo que não muitas em relação à outras pessoas), por ter trabalhado esporadicamente em sala de aula assuntos relacionados às relações étnico-raciais, foi apenas exercendo a função de formadora que me atentei para estudar e trabalhar mais profundamente a temática. Digo sem orgulho que, apenas fora da sala de aula, com mais acesso à leituras, cursos e conteúdos relacionados e direcionados à temática, percebi o quanto eu precisava aprender e informar outras pessoas, e nesse caso específico, aos professores de História, sobre a importância do letramento racial e o quanto eu, como pessoa que forma, estava negligenciando minha responsabilidade.

Fora de sala, podendo observar o macro, pude perceber melhor a escola como um ambiente de aprendizagem e também de conflitos, todos os conflitos possíveis que ocorrem

na sociedade como um todo, dentre eles o racismo. Por isso, a importância da escola como um local de trocas (de experiências), socialização e que promova debates.

Outro elemento que motiva e justifica a relevância dessa temática é o crescimento³ e reconhecimento de intelectuais negras contemporâneas no mercado editorial e o quanto a leitura dessas autoras pode influenciar e fomentar novas práticas de ensino, tendo como meta de cada profissional a formação holística dos estudantes. Essa abertura editorial que vem surgindo, configura em mudança que deve ser percebida e apropriada também pelo professor de História. Sobre essas percepções, enfatiza Quijano:

Trata-se da mudança do mundo como tal. Este é, sem dúvida, o elemento básico da nova subjetividade: a percepção da mudança histórica. É esse elemento o que desencadeia o processo de constituição de uma nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história (Quijano, 2005, p. 124).

Na conjuntura explicitada acima, cabe refletir como a escrita de mulheres negras brasileiras foi por muito tempo ignorada em ambientes de ensino de todos os níveis, seja de ensino superior ou da educação básica, sendo, inclusive, até recentemente, pouco indicada em bibliografias para estudos, mesmo após 20 anos da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, instituída pela Lei 10.639/03⁴, que altera a LDB em seu Art. 26A, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 03/2002, em que “o principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo” (Brasil, 2004, p. 9).

Considerando que a não efetivação da referida lei e diretriz, juntamente com a pouca valorização de autoras negras, acabam por contribuir com a desigualdade na aprendizagem entre estudantes negros frente aos estudantes brancos, como mostra o resultado do IDEB de 2019 no município de Maranguape em Língua Portuguesa (33% de pretos e 48% de brancos) e em Matemática (13% de pretos e 24% de brancos)⁵. Importante ressaltar que os dados

³ Algumas editoras que vem trabalhando com essa temática: Feminismos Plurais, Cia das Letras, Nadyala, Selo Negro, Nyota, Perspectiva, Quilombhoje, Malê, Pallas, dentre outras.

⁴ A referida Lei foi atualizada para a Lei 11.645, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

⁵ Importante ressaltar que o termo preto, não está de acordo com a nomenclatura usada pelo IBGE, pois não abrange todas as classificações trazidas pelo mesmo Instituto, como pardo, indígena e amarelo. Ao usar preto, sem pardo, e brancos, induz a associar automaticamente o preto com o negro, sendo que negro é um termo mais político e é a junção da população preta e parda. GOMES, Arilson dos Santos. Uma análise histórica da afirmação da identidade negra e das cotas raciais no Ceará (1955-2021). Revista Transversos. Rio de Janeiro, 30, jun. 2024.

apresentados não fogem do contexto nacional, bem como o termo usado na pesquisa apresentada acima – pretos – não representa toda a população de negros no município, pois exclui a população parda, de acordo com as categorias de aferição de cor e raça pelo IBGE.

A pesquisa tem como intenção obter respostas para a seguinte questão central: Como o uso de obras de autoria negra feminina nas formações continuadas pode contribuir para a formação profissional dos (as) professores (as) de História, de forma que reverbere em novas práticas educacionais que promovam a equidade racial? Frente à questão central desta pesquisa, levantamos a hipótese de que trabalhar intelectuais negras nas formações continuadas de História, aliada aos saberes dos docentes, fomentará em práticas educacionais reflexivas e emancipadoras no enfrentamento ao racismo e na hierarquização dos conhecimentos.

Em consonância com o exposto, a pesquisa tem como objetivo geral: investigar as contribuições da leitura de obras de intelectuais negras brasileiras para práticas educacionais dos (as) professores (as) de História nas turmas do 9º ano da rede pública de ensino de Maranguape. Em concomitância com o objetivo geral, os objetivos específicos são: evidenciar as organizações históricas do Movimento Negro e de Mulheres Negras no Ceará e no Brasil e seus protagonismos intelectuais; destacar dez intelectuais negras que foram estudadas no ciclo de formação continuada e, por fim, verificar a recepção e/ou apropriação das intelectuais negras estudadas na formação pelos(as) professores(as).

A proposta metodológica desta pesquisa foi abordada de forma transversal durante todo o trabalho, dialogando assim com o (a) leitor (a) para um melhor entendimento de como foi realizada a pesquisa. Como citado anteriormente, possui caráter qualitativo e exploratório, com análise bibliográfica, utiliza entrevistas semiestruturadas com os sujeitos participantes e busca contribuir de forma interseccional sobre as Relações Étnico-Raciais no Brasil. É considerada de natureza aplicada, pois objetiva ampliar os saberes e avançar nas pesquisas relacionadas às relações étnico-raciais no Brasil, buscando responder às inquietações dos objetivos geral e específicos a partir da análise de experiências vivenciadas por pessoas, buscando uma maior riqueza de detalhes.

O referencial teórico metodológico tem suporte interseccional, pois analisa como diferentes categorias como classe, raça e gênero se cruzam e acabam por muitas vezes definindo o lugar de cada indivíduo na sociedade. O conceito de “interseccionalidade” foi usado a primeira vez pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, com foco em raça e gênero. Na prática, significa discutir o que chamamos de “marcos sociais da diferença”,

ou opressões cruzadas, em que o indivíduo sofre preconceito pelos marcadores em que está inserido (debruçaremos mais sobre o conceito posteriormente).

Para a realização da pesquisa foram consideradas as contribuições e percepções e dos 33 docentes participantes do processo formativo, porém, o recorte investigativo se concentrou em três docentes, selecionados mediante critérios específicos: a titularidade efetiva na rede pública de Maranguape e a atuação no ensino de História (9º ano). A coleta de informações qualitativas ocorreu via entrevistas semi estruturadas, priorizando a avaliação do impacto formativo no cotidiano escolar. Das escolas contempladas, duas estão localizadas na zona urbana, consideradas de vulnerabilidade social⁶ e uma localizada na zona rural.

Os professores que contribuíram com a pesquisa recebem formação continuada que, amparada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, através da Lei 9394/96, em seu Art. 62 no parágrafo 1º diz: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. Dessa forma, a formação continuada ocorre através do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), hoje chamado de Paic Integral⁷ que através da Secretaria de Educação (SEDUC), oferece Formação Continuada para um grupo de formadores das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento - Credes, os quais formam os formadores municipais, que realizam com os professores de cada componente curricular dos municípios, com exceção da Língua Inglesa que os formadores municipais não recebem as formações dos órgãos superiores e Ciências Humanas passou a receber apenas em 2023. Elucidamos que as formações municipais não são uma réplica das recebidas, sendo adequadas à realidade de cada município por seus respectivos formadores, a partir de análises e observações das necessidades das Redes de Ensino. Dito isto, a formação do componente

⁶ Com o exercício etimológico resgatamos que a conexão dos vocábulos em latim *vulnerare*, que significa ferir, lesar, prejudicar e ‘bīlis – suscetível a 36 – teria dado origem à palavra vulnerabilidade. Conformado na matriz discursiva da Bioética, o conceito de vulnerabilidade como condição inerente ao ser humano, naturalmente necessitado de ajuda, diz do estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual, eivada de contradições (...) O ser humano vulnerável, por outro lado, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. Assim, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser apoiado para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição. É com base nessa última afirmação que concordamos que não se trata, a vulnerabilidade, apenas de uma condição natural que não permite contestações. Isso porque percebemos que o estado de vulnerabilidade associa situações e contextos individuais e, sobretudo, coletivos (Carmo; Guizardi, 2018, p. 5-6).

⁷ A história do PAIC. Encontra-se disponível em: <https://paicintegral.seduc.ce.gov.br/2022/04/13/historia-do-programa-aprendizagem-na-idade-certa-maispaic/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

História de Maranguape que realize de forma presencial e mensal para todos os professores de História lotados na rede municipal.

Em novembro de 2023 foi realizada uma formação com a temática muito parecida, em que a autora estudada foi Conceição Evaristo, e o foco foi na “Escrivência”, termo que será explicado posteriormente. A partir desse momento, surgiu a ideia da elaboração de um projeto de pesquisa de mestrado, buscando compreender o impacto dessa formação para a equidade racial no município de Maranguape. No entanto, para a realização do objetivo três desta pesquisa, foi realizada uma nova formação com a temática deste projeto, em março de 2025.

Essa formação, apesar de ter a temática parecida, teve um outro olhar desta formadora, com novas perspectivas, pois deste então, novas leituras foram realizadas e outras abordagens foram feitas. Como embasamento para as discussões durante a formação, foram trabalhadas as dez intelectuais negras que fundamentam essa pesquisa: Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Cida Bento, Nilma Lino Gomes, Wlamyra Albuquerque, Djamila Ribeiro e Bárbara Carine, e, com destaque durante uma atividade prática sobre Carolina Maria Jesus, que teve sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), analisada mais profundamente, por considerar a autora dentro da perspectiva da interseccionalidade de raça, classe e gênero, contribuindo ainda mais para as discussões tanto na formação, quanto no desenvolvimento da pesquisa. Após o momento formativo, serão observadas as estratégias que os três professores utilizarão para trabalharem a temática com suas turmas do 9º ano. Durante essas observações, serão analisados os planos de aula pós-formação, também serão realizadas entrevistas com cada docente, para ao final ocorrer a compilação dos dados.

A escolha das dez intelectuais foi feita a partir de critérios individuais, em que cada uma das autoras contemplava assuntos que eu gostaria de estudar e aprofundar na minha pesquisa. Como por exemplo, compreender como duas mulheres negras desafiaram os anos 70, 80 e 90, período em que o Brasil se encontrava em plena Ditadura Civil-Militar ou se redemocratizando e ocuparam as universidades, período em que ainda era muito difícil para os homens e, principalmente, para as mulheres ocuparem tais espaços. Como também gostaria de compreender o fenômeno Carolina, em meados do século XX, conseguir tal feito, se mostrar uma intelectual em um dos lugares mais improváveis que era a favela dos anos 60. Também propunha conhecer a “escrevência” e sua importância para tantas mulheres que se veem nas ficções reais de Conceição Evaristo. Também relacionar a minha pesquisa com o chamado Pacto Narcísico de Cida Bento. Aprender um pouco de mulheres negras acadêmicas

em que uma se tornou reitora da primeira Universidade feita com intenção de reparação e promoção da equidade racial (UNILAB). E, por fim, conhecer as intelectuais que dialogam com o racismo estrutural, como Djamila e Bárbara Carine, que sempre considereei que ajudaria a explicar e justificar minha pesquisa. Desta forma, as intelectuais serão estudadas nos mais variados gêneros literários. Logo, foram esses os critérios citados acima que me direcionaram às dez intelectuais estudadas neste trabalho. E com isso também elucidamos o caráter interdisciplinar desta pesquisa entre história e literatura.

Sei que muitas outras intelectuais com significativa importância trariam muitas contribuições à esta pesquisa, como Ana Maria Gonçalves, autora de *Um defeito de Cor* (2006) e que merecidamente foi eleita recentemente para a Academia Brasileira de Letras. Também lembro Geni Guimarães, outra intelectual, autora de *Leite do Peito* (2001), que já tive a satisfação de ler suas obras. Elisa Lucinda, além de escritora é atriz, a cearense Jarid Arraes, autora de *Heroínas Negras Brasileiras* (2017), dentre outras, deixo aqui meu reconhecimento a cada uma delas e minhas desculpas por não poder contemplá-las. Ao menos não desta vez.

Considerando que essa pesquisa elucida as contribuições de intelectuais negras na formação de professores de História para a promoção da equidade racial, apoia-se na leitura das dez autoras citadas e estudadas durante a formação. Para a compreensão da interseccionalidade, buscaremos luz em Kimberlé Crenshaw (2004), Patrícia Hill Collins (2021) e no que concerne à formação docente, consideramos as contribuições de Imbernón (2010) e Tardif (2017).

A pesquisa está dividida de forma que contemple os objetivos já citados anteriormente. No segundo capítulo, a pesquisa se debruça em evidenciar, valorizar e relacionar a luta histórica dos (as) intelectuais negros (as) contra a invisibilização enquanto sujeitos históricos, tanto no âmbito estadual quanto nacional. Assim, convém neste capítulo, compreender os conceitos de identidade, mais precisamente identidade racial para compreender o contexto em que ocorreram os movimentos sociais no Brasil e no Mundo. Dentro desta valorização dos (as) intelectuais, abordaremos o protagonismo feminino de forma transversal ao longo do capítulo.

No terceiro capítulo, a abordagem é sobre o protagonismo de dez intelectuais negras brasileiras, que serão trabalhadas de forma interseccional, em que diante de um país com características históricas de opressão, sofreram e/ou sofrem preconceitos em várias frentes, o

que são chamados de marcadores sociais da diferença⁸ ou opressões cruzadas, ou seja, quanto mais marcos, mais preconceitos o sujeito sofre. Nessa perspectiva, analisaremos as intelectuais negras considerando raça, gênero e classe, avaliando o processo lento e gradual de aceitação e inclusão no mercado editorial.

No quarto capítulo, analisaremos as formas de acesso dos(a) professores(as) às obras de intelectuais negras tanto em caráter inicial de formação quanto posteriormente. A perspectiva também é observar a aceitação e os possíveis usos das intelectuais negras estudadas na formação pelos(as) professores(as) de História em suas aulas nas turmas do 9º ano.

⁸ Albuquerque, Côrtes e Gaudêncio (2018, p. 30), citando Brah (2006), nos dizem: nos explicam, contudo, antecede adentrar a esta reflexão a partir da ideia do que seja marcador social da diferença. Em 2006, Avtar Brah escreveu um artigo nos Cadernos Pagu, intitulado: “Diferença, diversidade, diferenciação”. Neste, dentre seus posicionamentos teóricos, é possível observar o conceito de diferença como relação social. Na assertiva, a autora indica que “a diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo”.

2 ORGANIZAÇÕES HISTÓRICAS DO MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E NO CEARÁ

Para melhor entender o Movimento Negro, é necessário pensar nos contextos dos movimentos sociais existentes no Brasil e no Mundo desde o final do século XIX, até meados do século XX. Warren, define movimentos sociais da seguinte forma:

Grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social (Warren, 1987 apud Domingues, 2007, p. 1001).

A autora traz essa definição, ao tempo em que reforçamos que é necessário também refletir que definições e conceitos podem mudar ou apresentar outras conotações e variações dependendo do período. Goss e Prudêncio (2004) nos diz que no início do século XX, os movimentos sociais contemplavam apenas ações e organizações sindicais. A partir dos anos 60 e 70, os movimentos apresentariam então, novas características. As discussões remetem às indagações acerca de se a luta de classes de Marx e Engels⁹ dariam conta das novas demandas:

Nesse período foram introduzidas questões diferenciadas na análise da realidade social, como a ênfase na microestrutura e não somente no macro, a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise, além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classes para os movimentos sociais (Goss; Prudêncio, 2004, p. 17).

Diante de uma sociedade cada vez mais complexa, vivenciou-se então um processo de enfraquecimento dos sindicatos como únicos atores de reivindicações, surgindo a seguir novos sujeitos, com novas pautas, principalmente nas questões identitárias e de gênero. Para Laclau (1986, p. 9), o conceito de "lutas de classes", por exemplo, não é correto nem incorreto, ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos. As novas ações coletivas saem, então, dos conflitos que não representam apenas discussões relativas ao proletariado e à burguesia, e apresentam ao mundo os mais diversos problemas sociais, cada um com sua profundidade, relevância e urgência. Como nos

⁹ Para Marx e Engels (2018, p. 45-46) “a história de todas as sociedades até nossos dias, é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma batalha ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada, uma luta que terminava sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das duas classes em luta.

diz Nilma Lino, “os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade” (Gomes, 2019, p. 7).

Com isso, elucidado também a discussão a respeito da definição, características e atores do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo. Por Movimento Negro, Regina Pinto define como:

É a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (Pinto, 1993 apud Domingues, 2007, p. 1001).

Porém, antes de continuarmos com a discussão, pensamos ser de extrema importância dialogarmos sobre o (s) conceito (s) de identidade e identidade negra. Pois é certo que nem sempre os negros tiveram esse sentimento de pertencimento ou de irmandade. O termo identidade não é tão simples de definir. Teóricos como Philip Gleason (apud Gomes, 2005), nos traz que é necessário sensibilidade e responsabilidade, tendo em vista a popularização do termo atualmente.

Identidade tem vários usos diversos, seja quando falamos das questões racial, de gênero, dentre outros. Mas penso que, quando eu digo quem eu ou nós somos, eu também digo o que não somos e de certa forma, quem é (são) o (s) outro (s), pois cada povo busca no mais íntimo de cada sociedade, organização, seja das mais tradicionais às mais complexas, as características mais pertinentes, ou seja, o que há de comum entre o grupo, como por exemplo, a língua, a religião, ritos, etc., que na maioria das vezes também está ligada à questão geográfica, porém, nem sempre isso acontece, pois o importante é estabelecer sentido com o grupo ao qual se identifica, o que pode ser explicado através de redes de relações. Como no caso dos negros, que perceberam algo em comum, suas raízes africanas:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (Gomes, 2005, p. 43).

No caso da construção da identidade negra, foram necessários vários contextos, realidades e acontecimentos para que fosse sendo tecida, gradativa e lentamente. Ressalto que nas décadas de 1960 e 1970 vão surgir vários movimentos simultâneos e interligados pela libertação das colônias africanas, como Moçambique, Angola, Cabo Verde, África do Sul

(teve o processo de libertação mais lento e gradual), e que somado à luta dos norte-americanos pelos direitos civis, em que teve o pastor Martin Luther King como líder e também mártir, impulsionou um crescente sentimento de pertencimento. Nesse caso, foi necessário também acontecer uma percepção e definição do conceito de raça. O que ainda hoje é um assunto delicado, principalmente no Brasil, devido às relações de poder que foram estabelecidas desde o período da colonização e o processo violento da escravidão.

Porém, para o Movimento Negro e muitos teóricos, o seu uso hoje é político e social. Diferentemente de quando era usado em períodos históricos em que vinham com conotações de superioridade entre os povos. E é a partir dessa apropriação do termo que tornou possível o engajamento de pessoas negras de diferentes partes do mundo. Deixo explícito aqui que foram ou são descendentes da diáspora¹⁰ e se sentiam pertencentes a uma causa comum e aderiram e fizeram acontecer através das organizações mundo afora. A identidade negra vai se firmando ao mesmo tempo em que o Movimento Negro vai se formando, ao passo que no fundo, um precisa do outro para existir e se fortalecer. Neste capítulo, ao tratarmos dos protagonismos no Movimento Negro, não teremos um tópico específico para falarmos da participação feminina, pois abordaremos o seu protagonismo de forma transversal em todo o texto.

2.1 O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Falar de conquistas da população negra no Brasil é falar de luta. Ninguém lutou e luta mais pelos direitos dessa população, do que o próprio negro. É certo que a população negra do Brasil sempre desenvolveu intensa vida organizativa, como bem fala Petrônio Domingues (2025). Tanto durante a escravidão, quanto posterior a esse período. Porém, essas organizações de caráter voluntário, tinham objetivos diversos, sejam como associações, clubes, mas o que mais se destacava era a busca da liberdade. Mas, enquanto associações mais organizadas e com viés mais político e social, foi preciso muitos séculos de ações que se somam a toda essa história de resistência e conquistas, o que nos remete ao Movimento Negro, como nos fala Nilma Lino (2011), o Movimento Negro tem se destacado no nosso país como um sujeito político, tendo a partir dos anos 2000, conseguido influenciar o governo e muitas de suas reivindicações atendidas, sobre as quais podemos citar as Leis 10.639 e 11.645 já explicadas anteriormente, bem como a Lei 12.711/ 2012, mais conhecida como Lei

¹⁰ A diáspora ou a dispersão dos povos africanos pela Europa, Ásia e América se produziu em escala massiva durante o período do tráfico de escravos entre os séculos XV e XIX (Santos, 2008).

de Cotas, a qual torna obrigatório vagas em instituições públicas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Cabe aqui destacar que tais conquistas já eram reivindicadas pelo Movimento Negro. Tais reivindicações evidenciam que o Movimento Negro enquanto sujeito político tem sido responsável por muitas mudanças sociais ao propor radicalmente revisão curricular e mudanças na legislação brasileira. Sobre o assunto, voltaremos a falar mais adiante.

Mas fazendo uma breve retrospectiva, vale lembrar que no final do século XIX ocorreram dois eventos que mudariam os pilares da sociedade brasileira: a libertação dos escravizados em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Ressalto que essa última, simbolicamente e materialmente, não supriu as necessidades da população recém liberta. Sendo naturalmente levados a se organizarem por questão de sobrevivência e na tentativa de reverter a marginalização brutalmente imposta aos negros, aumentando assim o surgimento de clubes e organizações negras, dentre eles destaco a Sociedade Floresta Aurora, no Rio Grande do Sul. Clube que surgiu ainda durante o período escravocrata, em 1832, é considerado o Clube Negro mais antigo do Brasil. Escobar (2010 apud Gomes, 2025), afirma que além de compra de cartas de alforria, o Clube era conhecido pelo caráter recreativo e cultural. Após a abolição, vão se tornando mais visíveis por todo território nacional muitos Clube e organizações compostos por pessoas negras:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor;⁶ em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).⁷ Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897 (Domingues, 2007, p. 103).

À medida que essas organizações iam aumentando, um elemento novo ia surgindo, a *Imprensa Negra*. Tendo José Correia Leite¹¹ como um dos principais idealizadores. De acordo com Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006), surge nesse tempo a necessidade de noticiarem as reivindicações e atividades dos negros organizados. Surgindo assim, ainda em 1910 alguns jornais escritos por negros e a eles também destinados. A *Alvorada*, A

¹¹ José Correia Leite, paulista, filho de uma empregada doméstica, foi fundador e um dos redatores do jornal *O Clarim d'Alvorada*. Esse jornal foi fundado em 1924 e mais tarde marcou a dissidência de um grupo de protagonistas da Frente Negra Brasileira. José Correia Leite nunca frequentou a escola e, antes de se dedicar ao jornalismo, foi entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpintaria. Os seus depoimentos são fonte de informações muito importantes para os estudos sobre a trajetória negra em São Paulo (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 262).

Vanguarda, *A Cruzada* e *O Exemplo*, todos esses no Rio Grande do Sul. Porém, de acordo com Albuquerque e Filho (2006), em São Paulo, foi onde realmente a *Imprensa Negra* se expandiu. Muito se deve ao crescimento econômico que vinha ocorrendo nas últimas três décadas, devido a economia do café. Sendo que neste estado, ainda em 1890, surgiu o primeiro jornal “negro”: *A Pátria*. Com objetivos claros de discutir e também noticiarem problemas que naturalmente eram ignorados pelo poder público e que não encontravam espaço na imprensa de grande circulação. Aos poucos foram surgindo ainda em São Paulo *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920.

Destaco aqui que as mulheres, desde o início das associações e da *Imprensa Negra*, já estiveram presentes. Como é o caso da *Sociedade Brinco das Princesas* (1925), em São Paulo, e a *Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul* (1908), em Pelotas, e o *Clube das Margaridas* também em São Paulo, bem como sua participação efetiva na redação de periódicos como o *Clarim da Alvorada*. Segundo Domingues (2007), elas não tinham só participação simbólica, mas de fato, ativa.

Contribuindo com as causas da *Imprensa Negra*, muitas mulheres vendiam jornais ou trabalhavam na própria redação dos periódicos. José Correia Leite, fundador do *Clarim da Alvorada*, num momento de gratidão a vários parceiros, cita nomes de algumas mulheres que contribuíram para que as publicações e vendas pudessem acontecer:

[...] As senhorinhas Iracema dos Santos, Valentina Miranda, Maria de Lourdes, Herminia Cruz e Nair Cruz, que se encarregam de vender no XV de novembro. Ao grupo das Margaridas, pelas senhorinhas Izaura Vianna e Lazineira Horta, e a senhora Anna Cunha da União Militar (Aquino, 2020, p. 40).

De acordo com Aquino (2020), o Jornal *O Clarim da Alvorada*, no seu período de vigência (1924-1940), teve 129 editores homens que somaram um total de 284 publicações, e 19 editoras mulheres com um total de 28 publicações, conferindo um percentual de 12,8%. O que acredito, representa um número considerável, haja vista os tipos de discriminações que essas mulheres eram submetidas constantemente, tanto pelo fato de serem mulheres, como de serem negras, inclusive dentro do próprio movimento. Lembrando aqui a interseccionalidade que foi discutida durante todo o percurso deste trabalho.

Trago destaque aqui para Benedita Correia Leite que, como ela mesma se descreve em uma publicação, era mulher, mãe e esposa. Nesse caso, era esposa de José Correia Leite. Benedita teve uma grande importância nas redações do periódico. Usando a coluna muitas

vezes, para conclamar a união entre o povo negro e atestando a importância da mulher para o movimento, sendo usado com frequência o termo “*irmandade*”. Destaco aqui a fala forte de Benedita:

Sou mulher, sou mãe e esposa; são essas as razões que me levam a desejar que o congresso da minha raça seja realizado. Discute-se em minha casa sobre todos os assuntos com respeito à questão racial, porém, eu vejo nesse momento que a influência da mulher negra é necessária neste grande momento (...) (O Clarim da Aurora, 1928 apud Aquino, 2020).

Infelizmente, as mulheres deixaram de publicar neste periódico no ano seguinte a essa chamada de Benedita. Elucido aqui, que a inserção de mulheres – não negras – no jornalismo, data de 1855¹², o periódico chamava-se *Jornal das Senhoras*. Era comum as pautas dessas mulheres serem sobre modas, maquiagem e penteados. Nesse caso, considero uma conquista das mulheres negras que contribuíram com suas escritas, com o debate sobre as causas negras de várias formas, seja através de poemas, poesias e, principalmente, denúncias. Reforço que as mulheres não negras também sofreram preconceitos ao iniciarem sua jornada como escritoras.

Com os periódicos, os negros podiam reivindicar e denunciar desde a violência à falta de direitos básicos, como por exemplo, a negação de trabalho às pessoas de cor, ou os critérios de contratação para os trabalhos nas indústrias. Em que existia fortemente uma hierarquia: brancos, depois mulatos e por último os de pele mais escura, Albuquerque e Fraga Filho (2006). Interessante observar que a própria imprensa que anteriormente tinha apoiado a libertação, agora, negligenciava as condições do negro pós -Liberto.

As condições degradantes da população negra em todo país eram, no geral, bem parecidas, porém com as especificidades de cada lugar, estado ou região. E falar de preconceito no início no início do século XX, era então motivo de censura ou negação, haja vista, a sociedade está mergulhada nas teorias eugenistas¹³ e ao mesmo tempo com discurso de uma democracia entre as raças. Porém, o preconceito racial, seja ele antes ou agora, pode ser justificado pela tentativa de manutenção dos privilégios, pois de todas as formas que ele é

¹² CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e na imprensa alternativa: primeiras experiências no século XIX. Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 02, Volume 01, Edição 03, jan./jun. 2011.

¹³ Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” ou, como foi definida por um de seus seguidores, ao aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade. No Brasil, ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País que seria de um atraso e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação (Maciel, 1999, p. 121).

praticado, é na tentativa de que a população negra não tenha acesso aos bens “naturais” da sociedade, o que mostra a falta de responsabilidade e atuação do estado. Por isso, a *Imprensa Negra* surge, para mostrar o que a população branca e dominante, não queria ver.

Em 1931, surge a Frente Negra Brasileira - FNB, fundada na rua Liberdade na cidade de São Paulo, e a partir daí se espalhou por vários estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, tornando assim a maior e mais importante organização da causa negra no país. Importante destacar a participação das mulheres negras na FNB, chamadas de frentenegrinas. Como elucida Petrônio Domingues (2007), apesar de todo o contexto de início de século XX, a mulher negra pós-liberta ainda ser considerada como a única responsável pelos afazeres domésticos dentro e fora de casa e com pouca ou nenhuma possibilidade de ascender em funções de maiores visibilidades, elas foram de grande importância dentro da Frente Negra Brasileira e se destacaram em grupos na cidade de São Paulo, como *As Rosas Negras* com destaque para Benedita da Costa. Essas mulheres se vestiam de branco e usavam uma rosa preta no peito, realizavam festivais e eventos dançantes, Domingues (2007, p. 3060). Outro grupo era o *A Cruzada Feminina*, conhecido por suas muitas atribuições como nos traz,

1º – Durante 12 meses consecutivos perseverar em trabalhos beneficentes e auxiliar o quanto possível no orçamento de provimento de material escolar para os cursos de formação social e preliminares diurno e noturno.

2º – Organizar as biografias dos fundadores da F.N. Brasileira e se possível, a galeria dos antepassados heroicos (ao menos com 20 retratos) para a inauguração no próximo 13 de maio.

3º – Aumentar o número de assinantes d’A Voz da Raça (Domingues, 2007, p. 362)

O grupo se comprometeu com as atribuições apresentadas acima, se responsabilizando com a educação dos alunos da FNB desde a conquista de local para as aulas à compra de material. A FNB atuava, além da educação, com grupo teatral, música, futebol, departamento jurídico, atendimento médico até em questões trabalhistas, tornando-se uma espécie de central sindical de trabalhadores negros. No Jornal *A Voz da Raça*, as mulheres escreviam sobre situações cotidianas bem como conclamava às leitoras a se preocuparem com comportamentos sociais e com suas vestimentas, de acordo com o padrão da época como escreve Noemia de Campos:

Minhas irmãs negras; nós, antes de usarmos, boina, sapatos sem meia, blusa sem mangas e brincos argolão, devemos primeiramente consultar com as nossas costureiras ou pessoas amigas, para ver-se nos fica bem, para não sermos vítimas do

riso dos transeuntes e vergonha das nossas irmãs que sabem trajar-se bem (Domingues, 2007, p. 364).

Lembramos que esse padrão de “boa imagem” era o padrão do homem e da mulher branca que a maioria dos negros almejavam alcançar, sendo um pensamento não só das mulheres que escreviam, mas do ideário do *Jornal* e como um todo. Moldar e inserir os (as) leitores na perspectiva de civilidade do branco. Além de Noemia de Campos, destacamos Celina Veiga e Maria de Lourdes Rosário, essa última foi a mulher que mais escreveu no *Jornal*, segundo (Domingues, 2006).

O surgimento da FNB coincide com o golpe de estado orquestrado por Getúlio Vargas, em 1930. Nos seus primeiros seis anos de existência, pode-se considerar que, apesar das discriminações, ainda se podia ter um certo diálogo com o governo vigente. Os negros, de certa forma, se viram representados nos primeiros atos e decretos do governo, como o decreto sobre contratação nas empresas e indústrias de um percentual obrigatório de brasileiros natos ou naturalizados há pelo menos 10 anos.¹⁴ Ao se verem “defendidos” da concorrência com imigrantes, as lideranças da FNB, ofereceram apoio a Vargas, pois viram uma interferência nas formas como davam as relações de trabalho historicamente. Isso não significava que o governo representasse a população negra, tendo em vista que outros atos, levavam em consideração justamente as teorias racistas, dentre elas o Darwinismo Social, Eugenia, Frenologia, dentre outras, que configuravam o racismo científico¹⁵, a qual acreditava-se que geneticamente a população negra era inclinada à degeneração sexual, violência, ao crime e doenças mentais. Reforço que tais teorias foram tão bem difundidas na construção do imaginário social, que podemos ver representadas em nossa sociedade, através do racismo estrutural, em que se replica atos racistas mesmo “sem perceber”. O que não torna a pessoa isenta de punição.

¹⁴ BRASIL, Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm. Acesso em: 08 fev. 2025.

¹⁵ A partir da publicação da obra *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural*, do inglês Charles Darwin, em 1859, muitos pensadores da Antropologia, Sociologia, Biologia, Filosofia, utilizaram as ideias de Darwin para justificar a sociedade estratificada, na época, pelo capitalismo industrial. Assim, originou-se o chamado darwinismo social. (...) Herbert Spencer (1820-1903), criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”. (...) em 1883, o primo de Darwin, Francis Galton, funda a eugenia (bem nascidos), defendendo que por meio do controle científico, o favorecimento de uma elite genética, onde os inferiores (menos aptos) seriam eliminados ou desencorajados de procriar. Visava essencialmente o aperfeiçoamento da raça. (...) As ligações do darwinismo social com o racismo “científico” foram estabelecidas pelo antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) em sua obra *L'Arien*. Para ele, as raças dividiam-se em superiores (arianos) e inferiores (judeus, negros etc.) O primeiro grande teórico do racismo foi o Conde Joseph Artur Gobineau (1816-1882), que abertamente defendeu a superioridade da raça ariana- “a mais nobre de todas”, na obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853).

Uma reviravolta mudaria os rumos da FNB e suas lutas, quando instaurado o “Estado Novo”, em 1937. Nesse momento, a FNB foi tornada ilegal, assim como as demais organizações ou partidos políticos. Ocorrendo inclusive, a extinção do jornal em 1938, que restara como o único foco de resistência. Coincidentemente ou não, foi no ano em que a abolição completava seus 50 anos. Mais à frente, com o enfraquecimento de Vargas, surgem alguns agrupamentos em várias partes do país, como a União dos Homens de Cor, que ficou conhecida como UHC, fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. No final dos anos 1940, esse agrupamento teve representantes em vários estados do país como Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Petrônio Domingues (2007) traz que esses homens chegaram a ser recebidos na década de 1950 por Vargas, lembrando que ele estava de volta à presidência, dessa vez por voto popular. Nesse encontro, algumas petições pelos povos de cor, foram feitas ao então presidente. A atuação de alguns representantes do UHC, foi crescendo que, figuras como José Bernardo, chegou a ser eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos.

Nessa nova fase do Movimento, outra figura se destaca, Abdias, nascido em 14 de março de 1914 e faleceu em 23 de maio de 2011, foi escritor, dramaturgo, artista plástico, poeta e também político. Também ficou conhecido como um dos mais importantes personagens na luta contra o racismo e as desigualdades entre negros e brancos. Ele já era conhecido no Movimento Negro desde os anos 1930, contribuindo com o ressurgimento da imprensa e o Movimento Negro, quando cria o jornal *Quilombo*. Durou em média dois anos, e se caracterizou pelas denúncias e também por exaltar a população negra em sua diversidade. Valorizando manifestações culturais, moda e beleza da população negra. Mas, a aposta também estava na tentativa de aproximar intelectuais das duas etnias na escrita do periódico. Prática que já vinha ocorrendo em outros países europeus, então tivemos figuras como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Raquel de Queiroz dentre outros. Inclusive essa tentativa fazia parte do projeto imaginário da existência de uma democracia racial no Brasil. Nesse caso, unia no mesmo jornal e destaque aqui, da imprensa negra, autores que defendiam o racismo científico no Brasil, como é o caso de Nina Rodrigues. Por isso, Kabengele Munanga (1996) chama a atenção para essa forma de movimento, não como uma luta com um ideário político claro e definido, mas, sendo na verdade, uma busca pela salvação no processo de assimilação do branco e negação de sua identidade. O que se caracterizou de forma distinta do modo de organização que surgirá mais à frente.

Nesse período, Abdias, lidera na criação de outro agrupamento, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Seu surgimento ocorre num período que as aspirações eram de um período democrático 1944, então ele surge também para dar prosseguimento às pautas já reivindicadas pela população negra e traz um elemento novo, valorizar o teatro e seus atores e atrizes negras que costumeiramente eram ridicularizados (as) no palco, com papéis pejorativos e caricaturados:

(...) na minha pátria, tão orgulhosa de haver resolvido exemplarmente a convivência entre pretos e brancos, deveria ser normal a presença do negro em cena, não só em papéis secundários e grotescos, conforme acontecia, mas encarnando qualquer personagem – Hamlet ou Antígona – desde que possuísse o talento requerido (Nascimento, 2004, p. 209).

Abdias teve o pensamento acima, durante uma peça, em que assistia em Lima no Peru, *O imperador Jones*, de O'Neill, onde refletiu ao ver o personagem negro sendo interpretado por um ator branco pintado de preto. Isso também ocorreria aqui no Brasil, anos mais tarde na novela *A Cabana do Pai Tomás*. Ao voltar ao Brasil, Abdias inaugura o Teatro Experimental do Negro na tentativa de valorizar a cultura negra através da arte e educação. No primeiro momento, recebe a adesão de advogados, pintores, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida, dentre outros. Nesse caso, os primeiros atos foram alfabetizar essas pessoas inscritas, em torno de 600, ao mesmo tempo que trabalhavam a consciência social e histórica dos sujeitos, fazendo-os enxergar os seus devidos papéis na construção da sociedade brasileira.

O Teatro Experimental serviu para tornar mais visível a luta e colocar o Brasil em evidência e proporcionou o surgimento da Convenção Nacional do Negro Brasileiro e do 1º Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Interessante observar que ao mesmo tempo em que O TEN defendia a cultura e as tradições africanas e condenava o padrão estético do branco imposto aos negros, também defendia as mestiçagens como algo positivo para a nação e nos anos 50 Abdias do Nascimento considerava que no Brasil tudo tinha a marca da mestiçagem e não cabia ao negro perturbar o curso natural da mistura de sangue, cultura, religião, arte e civilização que caracterizava o país (Albuquerque; Fraga Filho, 2007).

O TEN se tornou um marco e uma referência para o engajamento de muitos homens e mulheres negras que se esforçaram para desmascarar a tão falada “democracia racial” através da arte e da escrita (Nascimento, 2019). Inclusive, os líderes do movimento foram muitas vezes acusados de estarem praticando o que seria um racismo ao contrário. Estariam, pois, perturbando a ordem natural da construção histórica nacional, em que cada grupo étnico

estava inserido e no caso, “muito bem inserido” em seu lugar, ou seja, não existiriam motivos para extraem separando os negros dos brancos, haja vista, o Brasil nem parecesse que um dia tivesse tido escravizados. A primeira apresentação do grupo foi feita no dia 8 de maio de 1945, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a peça *Imperador Jones*, escrita por Eugene O’Neil e na qual se destacou a interpretação de Aguinaldo Camargo. Trago aqui destaque também para as mulheres negras dentro do Teatro, como Ilena Teixeira, Marina Gonçalves, Arinda Serafin, Guiomar Ferreira Matos, Léa Garcia e Maria Gonçalves do Nascimento, e trago um destaque para Ruth de Souza. Nascida em 12 de maio de 1928 no Rio de Janeiro e faleceu em 2019. Primeira atriz negra a ganhar projeção na dramaturgia brasileira, com repercussão internacional. Ingressou no TEN em 1945, aos 17 anos, após uma reportagem do Teatro retrucando atores negros. Atuou em várias peças de Eugene O’Neil, realizou seu primeiro papel profissional em 1947 na peça *Terra dos Sem Fim*, texto de Jorge Amado. No mesmo ano, iniciou também no cinema, no filme *Terra violenta*. Ruth fez aperfeiçoamento nos Estados Unidos e visitou universidades de Harvard e Howard e a Academia Nacional de Teatro Americano,

O trabalho de ator que vi em Karamu House, universidade norte-americana onde estudei, me convenceu de que não estávamos muito errados no TEN – e tínhamos trabalhado por intuição, de orelha - Ruth de Souza, entrevista à revista Dionysos (Ministério da Cultura), número especial sobre o TEN, n. 28, 1988 (Ipeafro, 2025).

De volta ao Brasil, em 1953, Ruth realizou inúmeros trabalhos no teatro, cinema e televisão, atuando ao lado de Léa Garcia, outra atriz negra de renome. Em 2004, as duas atrizes ganharam o maior prêmio do cinema brasileiro, no Festival de Cinema de Gramado, pelos papéis no filme *Filhas do Vento*. Junto a outras celebridades que lutam pelos direitos humanos, em 2010, Ruth foi agraciada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com o *Prêmio Almirante Negro*.

Segundo Domingues, apesar dos dois agrupamentos citados acima (Imprensa Negra e TEN) terem ficado mais conhecidos, não foram os únicos, dentre dezenas de outros grupos, surgem também *Grêmio Literário Cruz e Souza*, criado em 1943 em Minas Gerais, em São Paulo, surgem a *Associação José do Patrocínio*, a *Frente Negra Trabalhista* e a *Associação Cultural do Negro* e trago destaque aqui para o *Conselho Nacional das Mulheres Negras*, criado em 18 de maio de 1950 no Rio de Janeiro e considerado o primeiro registro de organização autônoma de mulheres negras. Esse grupo surgiu como desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro, reivindicava principalmente

melhorias nas condições de trabalho doméstico tanto para homens quanto para mulheres, essas últimas sendo maioria nessa categoria de trabalho. A principal líder foi Maria de Lurdes Vale Nascimento.

A luta da população negra por seus direitos, acaba por sofrer uma interrupção na década de 1960, quando o Brasil sofre o golpe militar em 64. Os anos que se seguiram ao golpe, foram de muita repressão e autoritarismo, desarticulando inúmeros grupos organizados, como sindicatos, grupos estudantis, ligas populares e grupos ligados ao Movimento Negro, levando a muitas dessas organizações a atuarem na clandestinidade. Apesar de toda repressão, denúncias de racismo continuavam a estampar nas páginas de jornais, conflitando ainda com a elite branca que queria manter esse assunto fora das pautas do governo (Albuquerque; Fraga Filho, 2007). Como foi o caso das frequentes denúncias de racismo trabalhista em 1968, levando aos próprios técnicos do Ministério do Trabalho defender a pauta para inclusão de dois terços das vagas para a população afrodescendente nas empresas. Como era de se esperar, representantes da alta sociedade, bem como os jornais, logo se manifestaram. Em suas defesas, nada melhor do que dizer que o Brasil era mestiço e que o mesmo sangue corria nas veias tanto de “índios”, quanto de brancos e negros.

Ainda no auge da repressão política, período que vai de 1968 a 1973, jovens negros na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, passaram a se reunir e defender pautas significativas sobre a situação do negro na sociedade, na busca de uma nova releitura dos símbolos e dos marcos legais que marcaram a vida da população negra no Brasil. O Grupo Palmares surgiu em 1971 e teve duração até 1978. Era formado por jovens intelectuais: Oliveira Silveira, professor de Letras, Antônio Carlos Côrtes, estudante de Direito, Ilmo Silva, estudante de Economia e Vilmar Nunes, estudante de Administração e dentre os (as) componente do Grupo também incluíam as mulheres: Nara Soares, a folclorista Lilian Argentina Braga Marques, Marisa Carolino, Helena Vitoria Machado dos Santos, Anita Abad, Vera Dayse, dentre outras. A presença de mulheres no Grupo Palmares foi de suma importância, chegando em alguns momentos da história do grupo a assumirem postos de liderança, como foi o caso de Helena Vitoria Machado, apesar da pesquisadora Elenir Gularte Marques elucidar que elas foram em muitas ocasiões silenciadas e invisibilizadas pela maioria do Grupo que era masculina:

Nenhum dos entrevistados homens mencionou que houve uma coordenadora mulher, eu soube através de documentos e entrevistas do grupo a jornais locais. Os homens negros repetem e reproduzem as práticas do patriarcalismo que não admitem

lideranças femininas a grupos de homens como no caso de Helena Vitoria cuja coordenação foi esquecida pela maioria dos integrantes do grupo (Marques, 2019, p. 23).

A citação acima dialoga fortemente com nossa abordagem interseccional e mostra a luta da mulher negra sempre em várias frentes. Ainda segundo Marques (2019), elas foram as responsáveis pela introdução do aspecto cultural ao grupo, para além do aspecto político, introduzindo assim, a dança, poesia, religião e música. Reforçamos seus protagonismos, principalmente por serem mulheres em período de recessão e que dialogavam com os militares em prol da existência e permanência do Grupo Palmares e seus anseios.

A principal proposta do Grupo era substituir o 13 de maio pelo 20 de novembro. Aqui podemos ver a disputa por símbolos e sua importância para a afirmação identitária de um grupo. Como bem fala Deivison Campos,

O Grupo, simbolicamente, propunha romper com a ideia de liberdade concedida por concepção de liberdade conquistada, tendo em Palmares e em Zumbi seu referente, levando os negros daquele momento, a uma tomada de consciência de sua condição social (Campos, 2009, p. 234).

No tocante a este ponto, Freire (2022, p.72), afirma que, “somente os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência com o regime opressor”. O resultado dessa reivindicação, é que desde 2023, o 20 de novembro se tornou feriado nacional, através da Lei nº 14.759/2023.

O Movimento Negro, ou os Movimentos Negros como falam Lélia Gonzales e Carlos Hasenbarg em *Lugar de Negro* (2022, p. 25) voltaria a se organizar no final dos anos 70, e o estilo que reaparece nesse período, recebe o nome de contemporâneo. Ao retomar, o movimento buscou muito de influências das organizações anteriores, mas agora com perspectiva e reivindicações com ideário mais político e na tentativa de um resgate identitário mais definido. Essa força foi muito influenciada pela efervescência de movimentos sociais surgidos no cenário internacional. Nesse período, na verdade, vivia-se uma grande efervescência de movimentos pelo mundo. Desde a Guerra do Vietnã, em que repercutiu uma série de movimentos de jovens pedindo o fim da Guerra, passando pela luta antirracista no Estados Unidos, com destaque como Martin Luther King, Malcolm X e Rosa Parks, e os governos autoritários na América Latina. Todo esse contexto influenciou muitos intelectuais negros brasileiros, os quais abraçaram a causa e avançaram rumo às novas conquistas.

Nessa onda de luta pelos direitos de classe e raça, surge também a presença forte de mulheres negras que, rompendo barreiras, vão aos poucos e, legitimamente, se inserindo nos espaços reivindicatórios. Cabe deixar registrado que as mulheres negras ao aderirem ao movimento, estão fortemente influenciadas pelos movimentos sociais aflorados, mais precisamente o feminismo contemporâneo. Essas mulheres vão militar em espaços ainda dominados majoritariamente por homens, como na academia, na música, na literatura dentre outros, na luta incessante de mudar uma estrutura colonial patriarcal em que os espaços ainda estavam muito delimitados, e, com toda certeza, os espaços da mulher, mais especificamente a negra, não eram esses, sendo frequentemente tratado pejorativamente tanto pelo do Movimento Negro como pelo Feminismo.

Assim, chegamos ao ponto em que essa pesquisa se debruça sobre a “interseccionalidade”, pois o espaço que sempre estivera reservado a mulher negra nos movimentos, ainda era muito indefinido. Para os homens, bastava lutar contra o racismo, para o feminismo, bastava lutar contra a opressão masculina. E quanto à mulher negra? Ela é mulher e negra. Mas no que se refere à luta por direitos raciais, estaria sempre em segundo plano, pois em uma sociedade machista, os homens têm prioridades. Como fala Gonçalves (2018), para o homem negro em uma sociedade racista, dominar esse espaço, significa de certa forma ter um pouco de protagonismo. E ao lutar por seus direitos enquanto mulher, também não estaria bem representada no feminismo, por não terem suas pautas priorizadas, pois em uma sociedade racista, os brancos, nesse caso as brancas, é quem detém os privilégios. Como era o caso da luta por creches compartilhadas, por exemplo. Pois ao trabalhar de babás, nas casas de mulheres brancas, os filhos das mulheres negras ficavam sem proteção. Por não ser uma pauta das mulheres brancas, tornou-se uma barreira entre os interesses do feminismo. O que podemos perceber é que em ambos os casos, a mulher negra era e é muitas vezes silenciada, pois o feminismo surge com a ideia de uma mulher universal, e nesse caso, não contempla as subjetividades do ser mulher em seus vários contextos, tempos e espaços.

O conceito de “interseccionalidade” já explicado anteriormente, nos lembra que quanto mais marcadores estiver, mais preconceito sofrerá. No caso da mulher negra, ela está inserida em dois marcadores de diferença: gênero e raça. Mas não impede que ela também esteja inserida no marcador classe dentre outros. Aqui no Brasil, desde a década de 70 e 80, mulheres negras, como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, já discutiam a questão da

mulher para além da questão racial, pois entendiam que para conhecer de fato a história e os anseios da mulher negra era necessário associar e cruzar os conceitos de raça, gênero e classe.

Nesse contexto de militância, nomes como o de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Edna Roland e Luiza Barros se unem para atuarem e se articularem. Essas mulheres foram e continuam sendo fundamentais na luta por conquistas interseccionais. Destaco aqui a força e coragem dessas mulheres, que enfrentaram uma estrutura machista, patriarcal e desigual, num período ditatorial. O que torna ainda mais significativa a luta e o engajamento de cada uma pelos direitos da mulher negra, como bem fala Abdias Nascimento,

O ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foi um momento inesquecível, ainda em pleno regime militar. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo, participamos de reuniões de consolidação do movimento, sempre com a presença da saudosa irmã Lélia Gonzalez. Foi ao mesmo tempo o início e um momento culminante, pois a fundação do MNU deu expressão a toda uma nova militância negra, que vinha se firmando através da década de 1970 (Nascimento, 2019 apud Ratts, 2010, p. 83).

A fala acima, de Abdias, mostra que, de fato, as mulheres negras participaram dos movimentos democráticos do país. Suas reivindicações enquanto ato intencional na perspectiva interseccional - por mais que não usassem o termo -, foram ganhando mais força a partir do momento em que perceberam o que podemos chamar de um feminismo branco hegemônico.

No final de 1970 e início de 1980, as mulheres negras brasileiras vão além. Iniciam os grandes Encontros e Congressos, na tentativa de fortalecer suas lutas e cobrar, tanto da sociedade como do governo, melhorias em todos os setores em que estavam inseridas. Em 1975, a ONU decretou a abertura da Década Internacional da Mulher, ano que ocorreu o Congresso de Mulheres Brasileiras, onde um grupo de mulheres negras, lideradas por Lélia Gonzalez, apresentou o *Manifesto das Mulheres Negras*. Que foi o primeiro manifesto de muitos que viriam depois, sobre o Feminismo Negro e que torna Lélia uma personagem essencial para as conquistas da mulher negra, tanto para o contexto em que vivia, quanto para as conquistas que só viriam a acontecer posteriormente. O Manifesto foi alvo de muitos debates, uma vez que demonstrava tanto a fragilidade dentro do feminismo, como também a diversidade e as várias experiências dentro do movimento. O que significa de fato que a agenda e pautas não contemplavam a todas. De janeiro a março de 1979, ocorreu o Encontro Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro. Nesse Encontro, Lélia se queixou que as pautas das

mulheres negras não eram aceitas pelas feministas brancas. Mais uma vez pode-se perceber que as relações raciais eram um abismo que separava as feministas (Gonçalves, 2018).

Após esses reincidentes conflitos de pautas e agendas, as mulheres negras veem a possibilidade de realizar encontros com temáticas que contemplasse a questão de raça e gênero. É nesse contexto que influenciadas pelo II Congresso Feminista Latino-Americano que ocorreu em Bertioga, em 1985, realizam em 1988 o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, RJ. “Sem se darem conta, as mulheres negras já estavam em movimento, estavam em plena efervescência por todo o território, apresentando uma alternativa ao feminismo tradicional” (Gonçalves, 2018. p. 8).

O ato foi pensado estrategicamente no ano em que completava cem anos da abolição. Ressaltando a importância de reivindicar melhorias na situação da população negra, em especial a da mulher negra, que passado um século, ainda convivia com as opressões cruzadas cotidianamente. Importante pensar que o sucesso do evento muito provavelmente se deu justamente pela escolha da data, e a intrínseca relação entre os anseios da época com as comemorações do centenário. Para o período – final do século XX –, tornava ainda mais significativo, pois existia a necessidade urgente de combater o mito da democracia racial, que insistia em passar uma imagem de boa convivência entre os povos. Sendo que a mulher negra era e ainda é um dos grupos de maior vulnerabilidade social. Sendo a que mais sofre com violência doméstica, feminicídio, violência sexual, a que exerce a maior carga horária de trabalho, tendo a jornada dupla, e a que mais sofre com o desemprego e com a desigualdade salarial, mesmo exercendo a mesma função que os homens¹⁶, segundo dados do IBGE. Nesse ponto, elucida Sueli sobre a distância que separa negros e brancos a respeito da posição ocupacional. O que torna mais evidente a questão interseccional que vemos debatendo, mostrando que o discurso universal do feminismo é contraditório e frágil. Por isso, os temas escolhidos para o debate no encontro foram:

[...] mito da democracia racial, família, organizações da sociedade civil (movimento feminista, movimento negro, sindicato, associações, igrejas partidos políticos entre outras), trabalho, educação, ideologia do embranquecimento, meios de comunicação, sexualidade, arte e cultura, saúde, maternidade, política de controle da natalidade,

¹⁶ Segundo a matéria do Ministério do Trabalho e Emprego de 2024, as mulheres negras enfrentam taxas de desemprego mais que o dobro das de homens não negros, enquanto negros são maioria entre trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro#:~:text=%E2%80%9CDas%2025.336%20guias%2C%2016.902%20foram,expedi%C3%A7%C3%B5es%20militares%2C%20ele%20foi%20morto>. Acesso em: 19 mar. 2025.

violência, estética, estereótipo das mulatas, sexismo, história das mulheres na África” (Boletim, 1988, p. 3).

Nesse mesmo período foram surgindo inúmeros grupos de mulheres negras em vários estados do país, como: *Aqualtune*, no Rio de Janeiro em 1979; *Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras* em 1983, também no Rio de Janeiro; *Mãe Andresa* em São Luís, em 1986; *Mulheres Negras do Espírito Santo* em 1987; *Maria Mulher*, 1987, em Porto Alegre; *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, 1988 em São Paulo. Essas organizações, tornaram o movimento das mulheres negras, de certa forma, mais independente, tanto do movimento negro, quanto do feminismo, por não se verem representadas nem contempladas nas duas manifestações. Pois isso, Sueli Carneiro (2023) fala da importância de enegrecer o feminismo. Tendo em vista a necessidade de quebrar as barreiras não apenas da opressão e hegemonia masculina, mas também de todas as formas de opressão, como é o caso do racismo e da hierarquização da sociedade capitalista, o que tem tornado historicamente a vida de mulheres negras e pobres, ainda mais difícil.

A organização do movimento da mulher negra foi se tornando cada vez mais necessária. Com intensa negociação, a mulher negra começa a partir dos anos 80, ocupar espaços políticos institucionais, como é o caso da Comissão da Mulher Negra CMN/SP ligada ao Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo CECF/SP, que apesar de o Conselho ter sido criado em 1993 tem, a partir de 1995, a primeira mulher, a psicóloga Aparecida de Laia na Comissão.

Voltando ao Movimento em linhas gerais, a partir do final dos 90 e início dos anos 2000, intensifica-se a mobilização em âmbito transnacional. Em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou uma Conferência Mundial, através da Resolução nº 52/111 em que declarava a necessidade de se tomar medidas mais eficazes em relação às formas de racismo e preconceito racial e xenofobia em âmbito nacional e internacional. Dentre os seus objetivos, destaco os seguintes: formular recomendações concretas sobre modos de aumentar a efetividade dos mecanismos e atividades de que dispõem as Nações Unidas através de programas voltados ao combate ao racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância, avaliar os fatores políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais que conduzem ao racismo e sustentam a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância a eles correlatas (Alves, 2015, p. 20).

A partir dessa convocação, acontece em Durban, na África do Sul, entre os dias 31 de agosto a 07 de setembro de 2001, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação

Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas. Esse evento reuniu mais de 2.500 representantes de 170 países, incluindo 16 Chefes de Estado, cerca de 4.000 representantes de 450 organizações não governamentais (ONG) e mais de 1.300 jornalistas, bem como representantes de organismos do sistema das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos e público em geral. No total, 18. 810 pessoas de todo o mundo foram acreditadas para assistir aos trabalhos da Conferência. Apesar de não ter sido a primeira conferência sobre o racismo, pois as primeiras ocorreram em 1978 e 1983, a conferência de Durban, representou uma importância crucial no que se refere à tomada de medidas mais significativas em relação ao racismo e outras formas de preconceito.

A presença do Brasil na Conferência de Durban foi significativamente importante, principalmente pela forte presença do Movimento Negro e ONGs. Outro fator bastante relevante foi a forte presença de mulheres negras no evento, com o intuito de levar as questões de raça e gênero ao debate em âmbito internacional. Destaco o ponto primordial da forte presença feminina, o fato de ter Edna Roland como relatora da Conferência Mundial contra o Racismo e representante da Coordenadoria da Mulher e da Igualdade Racial. Edna é uma conhecida do Movimento Negro Feminino, ao lado Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas significou um marco para as questões raciais em escala mundial, mas principalmente para o Brasil, significou uma tomada de consciência no que se refere a medidas mais eficazes de combate ao racismo e intolerância racial, inserindo em sua agenda as discussões que não eram novas, pois o Movimento Negro constantemente “colocava o dedo na ferida” há anos. Porém, agora com caráter institucional. Por isso, assuntos como cotas em universidades, renovação no currículo escolar e criar a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Esta, apesar de ser órgão estatal, só foi possível sua existência devido a luta histórica do Movimento Negro (Alves, 2015).

É a partir dos compromissos assumidos pelo Brasil em Durban, em 2002, que tornou possível as Leis 10.639 de 2003, posteriormente 11.654 em 2008, bem como as ações afirmativas através na modalidade de cotas em que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília como as pioneiras e posteriormente, em 2012, torna possível o acesso pela obrigatoriedade da Lei em cada instituição federal de ensino superior vagas para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, estendida também aos concursos e em vagas empregatícias, numa ação reparatória do Estado contra todo o histórico descaso, falha, opressão e falta de oportunidade a esses grupos que foram e são marginalizados. Com

isso, é perceptível que nos anos pós Durban houve um significativo avanço, porém, há muito ainda a se avançar em conquistas.

2.2 O MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ

Falar do movimento negro no Ceará é desconstruir a ideia errônea da inexistência de negros neste Estado, motivo pelo qual, teriam sido libertos os “poucos” escravizados que ainda restavam. O processo de abolição no Ceará ocorreu em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. Mas o negacionismo já era de conhecimento da população cearense, em relação aos povos indígenas também. No ano de 1863, foi decretado pelo então presidente da província, extintos os povos nativos do Ceará¹⁷. Contudo, a melhor forma de lidar com o negacionismo é apresentando os fatos. As duas notícias falsas foram desmentidas, quando na década de 80 do século XX, os cearenses passaram a ter conhecimento de grupos étnicos indígenas que até então eram desconhecidos, ou, de fato, dados como extintos, ao mesmo tempo em que comunidades negras também se tornaram conhecidas. Como é o caso dos Tremembés de Almofala, em Itarema, e os São Caetano de Conceição em Tururu, respectivamente comunidades indígena e negra (Ratts, 1998).

Tal pensamento equivocado se deve muito à própria condição de ser negado ao negro e ao indígena a oportunidade de contar suas histórias, pois o domínio da escrita, como já foi citado, vem pertencendo ao branco há séculos, e no Ceará, o poder de pesquisar e contar nossa história foi por muito tempo responsabilidade do Instituto Histórico do Ceará, instituição esta composta por homens intelectuais brancos e pertencentes à aristocracia cearense. Como fala Antônio Vilamarque de Sousa, esse foi o grande desafio do Movimento Negro Cearense: lutar contra essa invisibilidade (Sousa, 2006). É importante analisar e ficar atento (a) a essas falas e discursos, pois de fato, estão repletos de significados. O que ocorre é que, se certo grupo é considerado inexistente ou invisível, ele não possui direitos, e por consequência, o estado se

¹⁷ Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribus de Tabjaras, Cariris e Potiguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba, que os Jesuítas no principio do seculo passado formaram em Villa Viçosa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Benedicto com os índios chamados Camussis, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara. Com a extinção dos Jesuítas, que os governavam theocraticamente, decahiram esses aldeamentos, e ja em 1818 informava um ouvidor ao governador Sampaio que os indios iam-se extinguindo na Ibiapaba, onde tinham aqueles religiosos um celebre hospicio no lugar denominado Villa Viçosa, que com os outros acima indicados abrangem a comarca deste nome. E nelles que ainda hoje se encontram maior numero de descendentes das antigas raças; mas andam-se hoje misturados na massa geral da população. Relatório apresentado à Assembleia legislativa Provincial por José da Cunha Figueiredo Júnior em 09.10.1863 (Ratts, 1998).

exime de qualquer responsabilidade sobre tal, ao mesmo tempo em que toma posse de suas terras, bens, e seus direitos são suprimidos.

Não podemos compreender a história da invisibilidade ou negação da existência do negro no estado do Ceará, sem fazer uma análise do poder das narrativas na construção do imaginário local, através dos discursos historiográficos vinculados pelo Instituto Histórico do Ceará. Essa instituição foi fundada em março de 1887 na cidade de Fortaleza. A construção dos institutos estaduais era ligada à ideologia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Tais instituições tinham um claro objetivo que era construir a história nacional, nesse caso, a partir do modo de pensar do branco colonizador. Portanto, dariam sentidos aos “grandes nomes e fatos”. Passava a ser então, local de privilégios, e seus membros tinham a liberdade de legitimar em suas escritas, uma história pautada na visão de um pequeno grupo de homens brancos, uma vez que em seu estatuto trazia que era o único veículo (oficial) que poderia escrever a História do Ceará. Por isso, era imprescindível que seus membros fossem recrutados da elite branca cearense, ou seja, o prestígio social e intelectual, era o principal requisito para ocupar o cargo. Assim, a maioria dos seus fundadores foram professores do Liceu do Ceará, da Escola Normal e da Escola do Exército, como: Antônio Augusto de Vasconcelos, Guilherme Studart (Barão de Studart), Antônio Bezerra de Menezes, Joaquim de Oliveira Catunda, José Sombra, Juvenal Galeno, dentre outros. Importante pensar no poder de escrita desse grupo de homens, uma vez que eles também atuavam na imprensa, nos arquivos e museus.

Importante lembrar da influência da história positivista do filósofo francês Augusto Comte¹⁸, na escrita do século XIX, logo, esses homens, se sentiam na responsabilidade de contar uma história científica para os cearenses, uma vez que a ciência, nessa corrente filosófica, ocupa o lugar de maior importância, baseados em estudos de documentos considerados oficiais, ou seja, apenas os documentos produzidos pelo Estado. Com isso,

¹⁸ Comte criou a corrente filosófica conhecida como Positivismo, que, segundo o professor J. Cruz Costa (1950, p. 363) o nome de positivismo indica, ao mesmo tempo, uma disposição interior de espírito, um método de pesquisa científica e uma certa concepção da síntese filosófica. Para Comte, (...) tôdas as nossas principais concepções, cada ramo dos nossos conhecimentos, passa, sucessivamente, por três estados teóricos diferentes: o estado teológico, o estado metafísico e o estado positivo ou científico. A inteligência emprega, no evoluer histórico, nas suas indagações, três métodos de filosofar, cujo caráter "é essencialmente diferente e até radicalmente oposto". O primeiro método constitui o ponto de partida necessário de toda inteligência; o terceiro o seu método definitivo e o segundo serve unicamente de transição entre o primeiro e o último. Esta lei domina inteiramente, como se verá, a filosofia e a política positivas (...) O conteúdo da experiência e a determinação das leis que a regem, constituem o domínio de pesquisa da filosofia positiva. Somente o conhecimento dos fatos é fecundo.

podemos compreender o motivo da invisibilidade da história dos povos que por ele (Estado) eram oprimidos e subjugados.

O conhecimento de comunidades negras no Ceará muda o rumo da narrativa histórica, pois traz novas possibilidades e passa a tornar ainda mais legítima a busca pela organização a partir da construção de uma identidade étnica, tanto no âmbito pessoal quanto social, tornando possível o surgimento de grupos organizados no estado. O “aparecimento” dos Conceição dos Caetano coincide com o surgimento de grupos ligados ao Movimento Negro no Ceará, sendo possível, inclusive, uma aproximação entre eles nos anos 80. A história dos Caetanos remete ao final do século XIX. Terreno adquirido por Caetano José da Costa e residido por um pequeno grupo de moradores entre o litoral e o sertão, há 119 km de Fortaleza. A maioria dos membros do povoado era pertencente à religião católica, com rituais de novenas dentre outros ritos culturais, com aproximação de protagonistas do Movimento Negro, foram sendo introduzidos assuntos referentes ao povo negro. Como fala Ratts (1998), tiveram conhecimento sobre África, Zumbi, escravidão dentre outros.

Com a aproximação de grupos ligados ao Movimento Negro com essa comunidade, com ampla divulgação na imprensa, contribui para o surgimento de organizações sobre a temática aqui no próprio estado, pois ainda não há registros de organizações negras bem articuladas ao longo do século XX. Logo, os primeiros focos de organização nesse sentido datam de 1982, sendo evidenciado como o surgimento do Grupo União e Consciência Negra (GRUCON), tendo como fundadores Lúcia Simão Pereira (falecida recentemente, em 12 de agosto de 2025, aos 76 anos de idade, configurando uma grande perda para a história do Ceará e para o povo negro cearense), e seu esposo William Augusto Pereira, grupo diretamente ligado à Igreja Católica (Sousa, 2006).

Não podemos deixar de ratificar que as novas articulações do Movimento Negro, que passara a ser chamado de Movimento Negro Contemporâneo e o período em que o Brasil se encontrava, deixou o terreno fértil para o favorecimento dessas organizações, não só no Ceará, como também em outras partes do país. Na passagem dos anos 70 para os anos 80, o processo de redemocratização do país estava com toda força.

Trago aqui a importância da mulher cearense na formação do Movimento Negro neste estado. Seu início está diretamente ligado à Lúcia Simão Pereira. Mulher negra, natural de Aquiraz no Ceará, coordenou, junto ao esposo William, o Maracatu Iracema. Com interesses em se tornar uma mulher religiosa, da fraternidade da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, ela mantinha contato com algumas irmãs religiosas de outros estados, chegando a viajar

à Recife para participar da Missa dos Quilombos. Com os preconceitos que passou dentro da comunidade religiosa, ela percebeu que ali não era seu lugar. “Eu queria ser Lúcia e só poderia ser Lúcia longe da congregação (O Povo, 2024).

Em viagem a São Paulo, Lúcia conhece o GRUCON. Esse grupo era inicialmente articulado com a igreja católica e, por volta dos anos 1981, buscava sua autonomia. De volta ao Ceará, já nomeada como articuladora estadual do GRUCON cearense, em 1982, Lúcia inicia assim o Movimento Negro no Ceará com sua mãe e irmã. Os primeiros encontros eram focados em estudos sobre as questões do negro e com o propósito de difundir as causas raciais. Nesse caso, os integrantes precisaram primeiramente tornar-se estudiosos do assunto para fundamentarem suas discussões e melhor abordarem as questões subjetivas do que significa ser negro no estado Ceará com seus preconceitos e suas negações. Tendo em vista também que como fala (Nascimento, 2019 apud Ratts, 2012), um elemento que dificultaria no Ceará abordagem das questões raciais era a miscigenação, uma vez que no interior das famílias, muitos sujeitos apresentariam características peculiares, como tom de pele mais claro, cabelo liso ou outras, sendo que quando isso ocorre, poucas pessoas se identificam como negro. O que se tornaria assim, uma problemática, identificar os protagonistas do movimento unicamente pelas características biológicas. Surgindo assim a necessidade de tratar as questões de forma descentralizada das questões individuais.

Em entrevista ao Jornal *O Povo* (2024), Lúcia diz que não há separação entre a história de vida e a história do movimento:

Trabalhou como empregada doméstica em casa de família, viajou para a casa de irmãs católicas na tentativa de seguir um caminho religioso, mas foi na casa em que cresceu, no bairro Jardim Iracema, na periferia de Fortaleza, que ela entendeu que o que lhe movimentava era a necessidade de se aquilombar junto aos seus (O Povo, 2024).

O esposo de Lúcia, William Pereira, também considerado um dos pioneiros, afirma que o Movimento Negro no Ceará surge da necessidade de despertar uma consciência crítica em algumas pessoas negras (Sousa, 2006). O GRUCON teve início no bairro Jardim Iracema pelo fato da grande quantidade de pessoas negras naquele bairro e de acordo com William, muitos dos seus membros eram pertencentes aos Caetanos, a comunidade negra que anunciamos no início do tópico.

Tão logo o Movimento Negro foi se firmando no estado do Ceará, seus intelectuais foram desenvolvendo pesquisas a respeito da história e presença do negro no Estado, como

mostra o pesquisador e também militante do GRUCON por 15 anos, José Hilário Ferreira Sobrinho¹⁹. Ao encontrar em registros do próprio Instituto Histórico, além do Arquivo público, da socialização do negro e suas manifestações culturais, como o Maracatu, Reisados, dentre outras, tais pesquisas mostraram as fortes contribuições dos povos negros na formação do cearense desde o surgimento dos primeiros municípios, e possibilitou a desconstrução do mito em torno de sua ausência neste Estado.

Nos interessa também reforçar a presença de outras mulheres dentro do Grupo desde o início, além de Lúcia Simão, que foi sua precursora. Aos poucos elas vão surgindo e vão se percebendo dentro do Movimento. De acordo com uma entrevista concedida à Joelma Nascimento (2012), Lúcia fala da dificuldade no início de convidar as mulheres negras, até mesmo por que abordar uma pessoa chamando-a de negra, não era fácil naquele período. Ao serem convidadas, geralmente davam uma resposta de que não eram negras. O que se tornou necessário usarem nos estudos, as cartilhas que vinham do GRUCON nacional, onde, em forma de História em Quadrinhos, intitulada *A história que não foi contada*, tornava mais fácil a compreensão sobre a temática, facilitando o reconhecimento e também pertencimento. Como elucida Hilário (2009), os estudos no início da formação do Grupo foram de suma importância, pois um povo que não conhece sua história encontra-se perdido. No caso dos negros que estavam tendo a oportunidade de fazer parte de um grupo organizado, saber a sua história é se fortalecer enquanto sujeito e lutar por direitos civis e políticos.

De acordo com Lúcia, existiram reuniões que eram formadas apenas por mulheres. Mas segunda ela,

Não tinha discussão sobre a mulher no grupo, a reunião começava com uma roda, cada uma dizia que não tinha problema. Acontecia que a maioria das meninas dizia que não eram negras. Depois que refletia em casa, e dizia: eu em casa comecei a pensar..." depois diziam que achavam não arranjavam emprego por que eram negras. (Depoimento de Lúcia Simão à Joelma Nascimento, 2012, p. 92).

Ao negar que não tinham problemas, as mulheres nos mostram um cenário estadual em que as discussões sobre gênero, raça e classe ainda não haviam chegado por aqui, apesar de já "ferverem" discussões a esse respeito, dentro e fora do país, ou se tinha chegado, havia a

¹⁹ José Hilário Ferreira Sobrinho, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1994), mestrado (2005) e atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor da UniAteneu. Tem experiência na área de História, Sociologia e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais - cultura negra, africanidade - africanos no Ceará - bantos - violência cotidiana do racismo - negros no Ceará - racismo e branquitude no Ceará. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2637865/jose-hilario-ferreira-sobrinho>. Acesso em: 27 mar. 2025.

possibilidade de certo silenciamento dentro do próprio GRUCON nesses primeiros encontros, o que já discutimos acima, que era prática muito comum dentro do Movimento Negro. Mas, além de Lúcia Simão, outras mulheres contribuíam com a construção e história do Movimento Negro no Ceará nesse período de formação. Como é o caso de Ana Rosa dos Santos, que veio da Bahia, contribuiu com as discussões do GRUCON, porém, sua fala forte sobre religiosidade, gerou conflitos dentro do Grupo. Faleceu em 2024. Rosa Maria Barros Ribeiro, cursou filosofia, é doutora em educação, professora no Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UECE, desenvolve pesquisas, eventos e publicações sobre Leitura e Conhecimento na Universidade e coordena o Grupo de Pesquisa Ética, Educação e Formação Humana. Também destaco Francisca Sena - feminista negra, ativista política da Rede de Mulheres Negras do Ceará e integrante do conselho político do Instituto Negra do Ceará - INEGRA. Ingressou no GRUCON no mesmo período que Hilário, a partir de sua relação com a igreja católica, nas pastorais.

Ao passo em que os anos vão passando, novos integrantes dentro do GRUCON vão surgindo e novas mudanças vão acontecendo. José Hilário e Alex Ratts²⁰, além das mulheres citadas acima, foram alguns (as) intelectuais que ingressaram nesse período. Segundo a própria Lúcia, a chegada de novos integrantes propiciou um ambiente de conflitos de ideias, pelas concepções desses novos sujeitos, que, para os primeiros integrantes do Movimento, poderiam descaracterizar o desenho original do GRUCON estadual,

Com as novas pessoas que entraram, começou o racha num encontro. Noutro encontro, fizeram uma assembleia. Quando chegamos lá, tiraram uma diretoria, havia reunião no Trilho. E saiu todo mundo do Jardim Iracema. Falamos, vamos ficar com o grupo negro do Jardim Iracema, eles com o GRUCON. Ficamos com a missa afro (Simão, 2012 apud Nascimento, 2012, p. 94).

A fala de Lúcia nos mostra o que vemos dialogando desde o início, os movimentos não são homogêneos em suas ideias e concepções. O que entendemos também que a sociedade e as organizações e instituições nela contidas, são dinâmicas, estando propícias a

²⁰ Educador popular junto ao movimento negro e ao Instituto da Memória e do Povo Cearense (1993-2000). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (1988), mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1996), doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2001), com estágio pós-doutoral em Geografia na Universidade Federal do Ceará (2015). Professor Titular na Universidade Federal de Goiás nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e de pós-graduação em Antropologia. Coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG). Trabalha com as questões étnicas, raciais, de gênero e sexualidade em perspectiva interseccional e, também, com a obra e a trajetória de intelectuais negros. Participa das redes Geografias Negras e Antropólogas/os Negras/os. Integra o conselho consultivo da Casa Sueli Carneiro. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 27 mar. 2025.

mudanças, o que nos faz refletir sobre as mudanças e permanências. Como é o caso do próprio pensamento original do Grupo, de serem contrários a aproximação com a política (entenda-se política como questão partidária), porém, com o passar dos anos, essa concepção já sofre outra interpretação dos membros do Grupo, uma vez que fazer parte da política na forma partidária, poderia fortalecer o Movimento através de conquistas de políticas públicas e ações afirmativas, como bem fala William Pereira em entrevista à Joelma Nascimento.

Sobre essa ruptura, podemos perceber que questões ideológicas foram o estopim para que ocorresse. Principalmente nas questões ligadas à religiosidade, uma vez que, segundo Hilário, o grupo original ainda mantinha uma forte ligação com a igreja católica, algo que ele não concordava, uma vez que a história da igreja era intrinsecamente ligada à escravização dos povos africanos e seus descendentes. Hilário, ao ingressar no GRUCON, já tinha protagonizado um primeiro contato com o Movimento Negro Unificado (MNU), logo, cedo ou tarde, esses conflitos de ideias surgiriam. Com a ruptura, o grupo de formação original, sai, e focam suas reuniões no bairro Jardim Iracema, bairro onde teve início o Grupo de União e Consciência Negra, mas mudaram o nome para Abógun Bolu, para eles, significava uma filosofia de vida que reflete a maneira de se comportar.

Hilário explica que a história do GRUCON é dividida em três fases. A primeira, seria caracterizada pela forte ligação com a igreja católica. Na segunda, seria a fase de amadurecimento do grupo e sua formação identitária, o que decorreria com isso, uma desarticulação e afastamento da igreja, e na sua terceira e última fase, é caracterizada pela adesão de novos intelectuais com seus ideários, em que um deles era o de pesquisarem sobre a história dos negros no Ceará. Chama atenção também nesse período, o surgimento de novos grupos, como sujeitos políticos na luta pelos direitos dos povos negros no Estado do Ceará, dentre eles destaca: o GRUCON dos Trilhos, Filhos D'África, que tem como um dos seus fundadores, Francisco Antônio Ferreira Lopes, mais conhecido como Kim Lopes. O grupo surgiu na localidade de Santa Maria no Jangurussu, com aproximadamente 15 pessoas, e foi crescendo posteriormente. Eles buscaram uma forma de articular novos elementos e expressões artísticas dentro do Movimento Negro, como a dança, a capoeira, peças teatrais que percorriam os bairros de Fortaleza e oficinas de afoxé. Além de Kim Lopes, também outros ativistas como era o caso de Francisco Gilvan da Silva e Robson Sousa, ambos da pastoral do menor, bem como algumas mulheres que davam todo o suporte nas reuniões e nas peças teatrais. Outro grupo que surgiu foi o “Agentes de Pastoral Negros-AP”, que teve como um de seus líderes o Frei Fernancio Barbosa Carneiro, frade capuchinho. Segundo ele, o

grupo surgiu de uma associação chamada Tarefa, em São Paulo, no final da década de 80. Trago um destaque para o Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza. Surgido em 1901, por um grupo de mulheres que também tinham feito parte do GRUCON, como era o caso de Vânia Martins. As reuniões iniciaram na casa de sua irmã, Vanda Martins. A necessidade de se organizar, segundo Vânia em entrevista a Joelma Nascimento, estava muito ligada à questão da saúde feminina e o controle sobre seus corpos, pois nos anos 80, eram noticiados muitos casos de violência obstétrica, como a esterilização involuntária, por exemplo. A forma do grupo atuar, era através de reuniões e momentos informativos sobre o corpo da mulher, como a própria esterilização, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis dentre outros. Não restringiam apenas a mulher, alguns homens participavam, como era o caso de Alex Ratts, que foi um dos impulsionadores do grupo, porém, algo era claro, o comando e as questões a serem tratadas, ficavam ao cargo das mulheres (Nascimento, 2012).

Todos esses grupos, juntos com o pessoal do jardim Iracema, apesar dos conflitos, organizou ainda nos anos 80, seu primeiro projeto, O Fórum Cearense de Entidades Negras para a construção do Centro de Referência – Casa ka’Noambo (Coisa de negro). Configurando a primeira referência do Movimento Negro Cearense. Reunidos no Seminário da Prainha, na tentativa de valorização e preservação da cultura material e imaterial da população negra do Estado. Esse protagonismo inicial deixou um legado de força nos debates sobre os direitos dos povos negros, inclusive no que se refere à educação. Como eles costumam falar, a educação tinha um papel importante, desde o início da formação do grupo, primeiramente para os próprios sujeitos organizados, tanto para o conhecimento de e compreensão de si, da história do povo negro como sujeitos históricos e políticos, quanto para dialogarem com os poderes instituídos, inclusive com as universidades e as unidades escolares, mesmo ainda no início não existindo um projeto de fato com propostas para serem trabalhadas nesses ambientes, caracterizando mais como uma forma de divulgação e conscientização (Nascimento, 2012).

Com o passar do tempo, as ideias vão se estruturando e ganhando mais propósitos. Reitero ainda a importância dos intelectuais pesquisadores com vínculos nas universidades públicas, já citados acima, e apresentamos a mais recente conquista no que se refere ao assunto, a defesa de mestrado realizada por seu William Augusto Pereira sobre o GRUCON e o próprio Movimento que ele ajudou a construir no passado e ajuda a construir diariamente. Sua pesquisa, intitulada *História e Memória do Grupo União e Consciência Negra*

(GRUCON) e a atuação intelectual no reconhecimento da presença negra no Estado do Ceará (1982 a 2022), foi defendida no mês de maio deste ano pela UNILAB.

Em sua pesquisa, Pereira (2025) evidencia o protagonismo do Movimento Negro no Ceará e traz falas fortes dos (as) principais integrantes e fundadores (as), dentre eles (as) estão fortificadas as falas de Lúcia Simão e Cleide Simão Freire, que como já falamos, foram as precursoras e essenciais para o Movimento,

Eu sou Maria Cleide Simão Freire. Nasci em Fortaleza no Bairro do Otávio Bonfim. Minha formação - sou pedagoga, com especialização em Planejamento Educacional e administração. No social faço parte da pastoral social - Pastoral Afro da capela de Santo Antônio na Paróquia de Santo Antônio de Pádua - Jardim Iracema. Participo do Movimento Negro. Iniciei no Grupo de União e Consciência Negra, depois Grupo Negro do Jardim Iracema, depois Abógun Bólu e Hoje no Nação Iracema (...) neste momento tão conturbado diante de um trabalho que vem sendo realizado na questão social e o racismo que cada dia mais torna tão presencial em cada local, quanto mais chique o local, mais encontramos o racismo sutil, camuflado e perverso que nunca fica velho ou esquecido e sim sempre presente cada vez mais (Pereira, 2025, p. 107).

A fala de Cleide Simão e seu envolvimento em vários grupos e pastorais nos mostra que sua luta e ativismo contra o racismo é bem consolidada, assim como Lúcia Simão, pois estão nessa jornada há mais de 40 anos. Importante observar a força na fala de Lúcia,

Articulei simpatizantes no interior do Estado do Ceará, visitei comunidades negras e fortifiquei o grupo. Na minha caminhada pelas comunidades negras no Estado do Ceará, senti que a cultura negra precisava ter espaço, voz. Ao articular os grupos de Consciência Negra no interior do Ceará como Iracema, Tauá, Parambu, Horizonte, Pereira, Crato incentivei os processos de transmissão de saberes dessas comunidades negras e quilombolas (Pereira, 2025, p. 113).

Os relatos acima nos mostram o papel feminino negro nesse contexto de auto (re)conhecimento enquanto pessoa negra e seu papel social e político na luta antirracista no Ceará a partir dessa percepção. Gostaríamos de fortalecer também a importância que foi dada à educação desde o início, como já citamos anteriormente, uma vez que a responsabilidade com a temática da educação foi elevando de certa o nível de discussão no sentido de almejar propostas consideradas mais ousadas, pois para o Movimento Negro, seja ele no âmbito nacional ou estadual, lutar pela entrada e permanência nas universidades era uma conquista a ser adquirida. Segundo Joelma Nascimento (2012), o GRUCON, criou um projeto educacional que nunca foi publicado, que tinha o objetivo de combater o racismo através de instrumentos pedagógicos. Uma vez que historicamente ao negro foi cessado o direito à educação, e mesmo após a abolição, tendo que logo cedo, ingressar no mercado de trabalho, a

ideia de uma continuidade educacional, e o acesso à educação não era algo a ser almejado, tornando cada vez mais difícil uma pessoa negra com curso superior ou uma profissão técnica.

As conquistas dos povos negros cearenses estão intrinsicamente ligados a esse breve resumo histórico apresentado nesse tópico. Para as ações mais atuais do Movimento Negro neste estado, destaco as lutas em favor das cotas, que como elucida Gomes (2024), apesar de já existirem no Brasil desde os anos 2000, no Ceará é instituído em 2017, pela Lei 16.197/17 e propõe a vigência de dez anos. Outra pauta na histórica luta é por mais negros nos espaços de poder. Um exemplo de conquista nesse quesito, é a Secretaria da Igualdade Racial, órgão criado em 2023, com o claro objetivo de combater o racismo através de ações valorativas afirmativas e quem tem uma mulher negra como secretária, Zelma Madeira,

Quando falamos de composição étnica no Ceará, entendemos que entre pretos e pardos, que é igual à população negra, nós temos para mais de 70% [da população] no último Censo. Então, nós temos problemas a serem enfrentados pela via das políticas de igualdade racial, quer pela dimensão de uma agenda própria como da Igualdade Racial, como também transversal, junto a políticas importantes como a Secretaria, a política de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, e tantas outras (Madeira, Secretaria da Igualdade Racial, 2024).

Sobre essa questão acima, analisaremos agora os *lôcus* em que se dá a presente pesquisa: Maranguape. Município cearense, localizado à 27 km de Fortaleza, constituindo com outros municípios a Região Metropolitana de Fortaleza. Faz fronteira com Caucaia, Maracanaú, Palmácia, Caridade, Guaiúba, Pacatuba e Pentecoste. Segundo o último Censo, realizado em 2022 durante a pandemia de Covid-19, o município que mede 583,505 km, possui 105.093 habitantes. Quanto a autoidentificação racial, encontra-se registrado da seguinte forma: brancos 25.261, pretos 8.602, amarelos 73, pardos 71.044 e indígenas 113. Percebe-se que a população negra de Maranguape, que considera a soma dos pretos e pardos, consta um total de 79.646 pessoas, logo, a maioria da população²¹.

Um ponto interessante nos dados acima é referente à quantidade de autodeclarados indígenas no município, pois como bem fala Thiago Fernandes (2023), “a autodeclaração racial diz respeito a um campo social extremamente difuso na construção da cor ou raça: branca, preta, amarela, parda ou indígena”. Sobre isso, cabe a análise da quantidade de pessoas que se declaram indígenas (113), uma vez que no período da colonização, era povoado pelos povos indígenas Potiguaras e carrega na formação de seu nome (Maranguape),

²¹ Site do IBGE com dados sobre Maranguape.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 26 mai. 2025.

a origem Tupi-Guarani e significa “Vale da Batalha” ou “Vale da Guerrilha”, que faz referência à história da região, que teria sido palco de diversas batalhas entre diferentes tribos indígenas. O que nos leva aqui ao que estudamos acima, sobre a negação e apagamento dos povos indígenas no estado do Ceará e o processo brutal em que se deu a ocupação no estado e no município. Como bem fala Gomes (2024), uma das formas de apagamento dos povos indígenas e negros do Ceará, foi o uso da literatura (com destaque para a literatura alencarina-Iracema) como reforço da narrativa que a população cearense seja formada pela junção apenas do branco com o indígena e a designação desse último como “caboclos”, constando nos primeiros censos nacionais, 1872 e 1890 (Gomes, 2024).

Sobre a população auto declarada no município, é importante observar que apesar da maioria se considerar negra, não encontramos indícios de grupos organizados enquanto defensores dos direitos sociais e políticos, na perspectiva da trajetória estudada até aqui, fortalecendo a perspectiva do processo de marginalização a que esse ou esses grupos sofrem historicamente, considerando a força da ideologia dominante, como bem fala Fernandes (2023) “a ideologia hegemônica do catolicismo, na produção subjetiva dos indivíduos, oprime os grupos, ofuscando o conhecimento das africanidades nas lutas pelo poder”. Nessa conjuntura, apesar da ausência de grupos organizados na perspectiva acima, alguns grupos religiosos, chamados de povos de terreiros, vem se constituindo enquanto resistências, bem como propulsores identitários coletivos e individuais apesar da forte intolerância religiosa²² e suas práticas de demonização das religiões africanas.

Thiago Fernandes (2023) elucida que, em um cenário de histórica escassez e falta de políticas públicas para os povos afrodescendentes do estado do Ceará, foi criado o Inventário dos Povos e Comunidade de Matrizes Africanas do Ceará (IPCMAC), elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário, através do Edital de Chamada Pública nº 14/2019²³, e ancorado no diálogo político entre a sociedade e as comunidades de terreiros. Tal documento é feito com a perspectiva de gerar debate sobre os povos tradicionais no estado, mapeando suas necessidades com o objetivo de gerar visibilidade socioeconômicos e culturais, porém, vale ressaltar que o município de Maranguape, apesar de ser encontrado múltiplas

²² Importante ressaltar que de acordo com a Lei nº 9.459 de 1997, é proibida discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Acesso em: 26 mai. 2025.

²³ FORTALEZA (CE). Edital de Chamada Pública nº14/2019. Processo nº 05953035/2019 [Edital de Chamada Pública para seleção de proposta e celebração de parceria com entidade privada sem fins lucrativos para prestação de serviço de elaboração de inventário de terreiros de matriz africana no Ceará e implantação de projetos produtivos] Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Agrário. 2019. Disponível em: https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/09/EDITAL_014_2019_Invent%C3%A1rio_Terreiros_COM_ALTERA%C3%87%C3%95ES_19_09.pdf Acesso em: 26 mai.2025.

organizações, apenas um grupo foi registrado no inventário. Deixo claro aqui que certamente não esgotamos as discussões a respeito da história do Movimento Negro no Ceará, bem como as contribuições de seus (suas) intelectuais, e que apesar de muitas conquistas nesses anos de lutas do povo negro cearense, muitas ainda estão por vir.

Ainda na perspectiva de luta, no próximo capítulo abordaremos as intelectuais negras brasileiras e o processo de saída de invisibilidade para o protagonismo intelectual. Cada intelectual será abordada dentro de seu contexto, analisando os temas abordados em suas obras e os impactos e contribuições para as relações étnico-raciais no Brasil.

3 INTELLECTUAIS NEGRAS COMO SUJEITAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Escrever este livro, foi, de fato,
uma forma de transformar,
pois aqui eu não sou a “Outra”,
mas sim, eu própria.
Não sou o **objeto**, mas o **sujeito**.
Eu sou quem escreve a minha própria história e
não quem é descrita.
Escrever, portanto, emerge como um ato político.
(Kilomba, 2019, p. 27-28, grifo nosso).

Na citação acima, Grada Kilomba faz uma reflexão, baseada em bell hooks (1989), sobre a importância de a mulher negra deixar de ser objeto para se tornar sujeita do conhecimento, saindo da marginalização. Para isso, compreendemos que é um processo contínuo e de muito significado. Por isso, refletir sobre as intelectuais negras brasileiras é refletir sobre uma mudança de paradigma. É pensar como essas mulheres saem da condição de invisibilidade para se tornarem, como bem fala Ângela Figueiredo (2020), novas sujeitas na produção do conhecimento e conquistarem um espaço praticamente inacessível, pois até meados do século XIX, pouco se ouvia falar em mulheres negras que estudavam ou sabiam ler quanto mais escrever. Tal infortúnio tornava-se ainda pior, pelo fato de o século XIX ter sido conhecido pelas teorias raciais, o que contrapõe a outra forma como também ficou conhecido, como o século da ciência. No tocante a esse assunto, fala Quijano (2005, p. 117) “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”. Essa classificação reflete ainda hoje como as mulheres são tratadas quando são pensadas em relação a sua posição social. Uma vez que, historicamente os papéis sociais configuram-se em construções sociais e foram divididos inicialmente por sexo e posteriormente por classe, reservando à mulher em várias sociedades, o papel atrelado às funções domésticas e aos cuidados, permitindo aos homens ocuparem espaços de poder. O que Guedes e Sousa (2016, p. 125) nos dizem: “As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro”.

Mais recentemente o mercado editorial proporcionou uma abertura maior para outras mulheres negras se engajarem no mundo da escrita, e o que se tem visto faz parte do engajamento e da luta por direitos, pois como bem se observa, a valorização dessas autoras vem de um processo lento e que teve força com o advento do Movimento Negro e também

pela entrada de mulheres negras no Movimento Feminista. Lembrando que, desde o século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, esse movimento foi tomando força em virtude das reivindicações por direitos iguais de mulheres, mais precisamente as mulheres brancas e posteriormente o ingresso das mulheres negras, como já falamos. Sobre esse assunto, Carmo, Ramos e Silva (2021), nos elucidam que o Movimento Feminista, em seu processo histórico, e considerando suas características, é dividido em quatro ondas, e é na última onda, que surge a partir de 2010, que a historiografia considera a presença forte e o domínio dos meios de comunicação, mais precisamente as redes sociais,

Portanto, redes sociais, facebook, WhatsApp, Instagram, blogs, sites, youtube e outros são meios de informação e comunicação via internet, através desses aplicativos e sites permite-se a disseminação de informações sobre as causas feministas, alcançando inúmeros públicos. Com isso, possibilitou-se expandir as ideologias feministas como a defesa dos direitos de igualdade através de discursos virtuais, empoderando cada vez mais as mulheres, propiciando um novo mecanismo de fala (...) A maioria dos coletivos femininos são formados por acadêmicos que promovem discussões, debates sobre questões de gênero, raça e sexualidade dentro da universidade. Com a ampliação do ensino superior, através da implementação de cotas raciais, possibilitou-se o ingresso dos alunos menos favorecidos e negros na universidade [...] (Carmo; Ramos; Silva, 2021, p. 113).

De acordo com os autores acima, esse período foi de grande importância para as escritoras negras, dadas as devidas ressalvas que algumas já estavam presentes desde os anos 1970 e 80. Mas esse período mais recente da história é marcado por esse advento, como bem lembra Ângela Figueiredo (2020), o que proporciona ampla divulgação e engajamento, contribuindo para essa inserção mais recente de escritoras negras no mercado editorial. A partir de muita luta e debate, essa mulher tem conseguido ocupar seu lugar apesar de que até recentemente obras de autores negros não chegavam a ser ou pouco foram indicados em bibliografias para estudo e quase não se via essas obras em bibliotecas escolares ou salas de leitura. Contudo, nos últimos tempos, como bem fala Evaristo (2020) a sociedade se atentou mais para as questões raciais e percebeu que o racismo não é uma questão apenas do negro. Aos poucos revertendo o que foi visto por muito tempo, como disse Fanon (2008, p. 27) “O branco está fechado em sua brancura e o negro em sua negrura”.

Chama-se a atenção também para outra autora, Djamila Ribeiro, que em sua obra *Pequeno Manual Antirracista*, apresenta uma reflexão sobre várias atitudes que, se bem trabalhadas, podem contribuir com a diminuição dessas práticas no Brasil. Pensando em contribuir com a cultura brasileira, com a academia e influenciar outras mulheres negras que também têm interesse em se tornar escritoras, debruçamos aqui sobre a história e contribuição

de mulheres negras na literatura e na academia. Sem nenhuma pretensão de esgotar o conhecimento e as discussões sobre cada uma delas, não nos propomos em analisar toda a bibliografia, nem toda a vida acadêmica, mas analisar, através de obras e/ou textos as falas que dialogam mais diretamente com a temática desta pesquisa, sendo assim, como já falado anteriormente, elas serão estudadas em seus mais variados gêneros discursivos. A tabela abaixo, feita de forma sistemática, as intelectuais aparecerão na ordem em que serão estudadas no decorrer da pesquisa:

Tabela 1 – Os gêneros discursivos e as abordagens de cada intelectual pesquisada

INTELECTUAL	GÊNERO DISCURSIVO	ABORDAGEM DE ESTUDO
Maria Firmina dos Reis	Romance	Abolicionismo
Carolina Maria de Jesus	Poema, diário, autobiografia	Testemunho e ato de resistência, Crítica Social
Conceição Evaristo	Poema, ensaio, conto, romance	Escrevivência, principalmente da mulher negra
Lélia Gonzalez	Ensaio	Intersecção entre raça, classe e gênero, Amefricanidade
Beatriz Nascimento	Ensaio, poema	Intersecção entre raça, classe e gênero, Quilombos
Cida Bento	Ensaio, não ficção	Estudo Relações Étnico-Raciais, Branquitude e Filosofia
Nilma Lino Gomes	Textos acadêmicos, ensaio, ficção juvenil	Identidade negra, Educação antirracista e a reafirmação cultural
Wlamyra Albuquerque	Textos acadêmicos, ensaio, não ficção	Estudos étnico-raciais, Emancipação
Djamila Ribeiro	Textos acadêmicos, ensaio	Intersecção entre raça, classe e gênero, Racismo Estrutural
Bárbara Carine	Textos acadêmicos, ensaios, não ficção e literatura infantojuvenil	Educação Antirracista e Racismo Estrutural

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3.1 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE MULHERES NEGRAS

Sobre a produção literária, abordaremos três mulheres negras que, cada uma em sua época contribuiu e ainda contribui com a literatura brasileira através de suas vivências, quebrando barreiras e também tabus numa sociedade machista e misógina que está

acostumada historicamente a subalternizar, humilhar e classificar a mulher no geral, mas principalmente a mulher negra, bem como refletiremos sobre suas dificuldades que cada uma passou para se tornarem escritoras renomadas dentro de um sistema racista que é estrutural e também institucional, quando pensamos os meios editoriais e seu controle sobre a escrita. O estudo dessas intelectuais não levará em consideração a lógica da ilusão biográfica como bem lembra Bourdieu (1986), como histórias transcorrendo de forma linear, com começo meio e fim, mas buscaremos analisar aspectos da vida de cada intelectual que dialogue conosco e com as demais de forma transversal, interseccional, histórica e contemporaneamente, enriquecendo esta pesquisa nos mais variados aspectos.

A primeira intelectual que trago é Maria Firmina dos Reis. Nasceu em São Luís, em 11 de outubro de 1825 e faleceu em Guimarães, Maranhão, aos 95 anos. Filha de João Pedro Esteves e da ex-escravizada alforriada Leonor dos Reis. Era sobrinha do professor, gramático e filólogo Sotero dos Reis, com o qual foi morar após ficar órfão aos cinco anos de idade. Firmina é considerada pioneira na inserção de mulheres negras na literatura, com a escrita do romance *Úrsula* em 1859.

Imagem 01 – Maria Firmina dos Reis (1822 -1917)



Fonte:

<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2024/11/20/conheca-maria-firmina-dos-reis-a-primeira-escritora-negra-do-brasil/>

Pensar na escrita de Firmina é também discutir sobre a mulher do século XIX, nesse caso específico, a mulher negra, pois o que temos de narrativa desse período, é majoritariamente escrito por homens brancos, existindo poucas mulheres alfabetizadas e o

número fica menor quando se fala de mulheres escritoras. A educação feminina e a inserção no meio literário, só se torna uma possibilidade com advento da vinda da Família Real em 1808. Como nos diz Boulos (2022), nesse período, por mais que as mudanças que se seguiram, não mudasse radicalmente a estrutura social, principalmente quanto à escravidão, foi possível novos hábitos sociais, principalmente no que se refere a leitura, ainda que para uma pequena parcela da população, pois apesar de muitas perdas durante a viagem, D. João conseguiu trazer a Biblioteca Real para o Brasil e a partir desse momento, o Brasil passa a produzir e imprimir seus próprios jornais, antes impressos em Londres. Com a abertura dos portos e a chegada da imprensa, tornou possível, ainda que em passos lentos, a emancipação intelectual da mulher, mais especificamente a mulher branca. Não esqueçamos que, mesmo fazendo parte de uma estrutura colonial machista, também o racismo, através da força que foi a escravização, era um pilar da sociedade brasileira colonial e imperial.

Com a implantação da primeira gráfica chamada Imprensa Régia ainda em 1808, foi publicado o primeiro jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, com conteúdos num primeiro momento mais ligados ao governo. Porém, um dossiê de Zahidé Muzart publicado pela Universidade de Santa Catarina, publicado em 2003, afirma,

Mesmo que a fundação de um jornal de mulheres tenha acontecido, no Brasil, somente em 1852, pode-se afirmar que antes da segunda metade do século XIX já se observa a participação de mulheres em alguns jornais. É o caso dos primeiros escritos de Nísia Floresta no jornal *Espelho das Brasileiras*, periódico que, apesar de dedicado às senhoras pernambucas, era dirigido por homens. Estreando, em 1831, nas letras, Nísia participou com artigos nos 30 números publicados. Houve vários jornais dedicados às mulheres durante a primeira metade do século XIX (*O Espelho Diamantino*, Rio de Janeiro, 1827; *O Espelho das Brasileiras*, Recife, 1831; *A Fluminense Exaltada*, Rio de Janeiro, 1832, e outros), mas todos eles 'fundados e dirigidos por homens (Muzart, 2003)²⁴.

Muitas dessas mulheres eram jornalistas, ensaístas e poetisas, e uma das principais reivindicações era o sufrágio universal. Mais uma vez, deixo claro que os anseios e apelos nesses jornais, feitos por essas mulheres que se sentiam silenciadas e subjugadas, eram apelos de uma classe que sofria com o machismo, mas não com o racismo, logo, essas manifestações de subversão, não se estendiam e nem tão pouco contemplavam o total da população feminina brasileira do século XIX.

²⁴ Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. Dossiê Publicações Feministas Brasileiras: Compartilhamento Experiências. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 11, n. 1, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QFg3mNfZzjCK3B4YJSNF7vs/#>. Acesso em: 28 jul. 2025.

A descoberta de Firmina, segundo Machado (2018), acontece na década de 1970, ou seja, depois de passado mais de um século de sua publicação, quando o colecionador e bibliográfico Horácio de Almeida, descobriu um volume pequeno em meio a um lote de livros antigos que tinha adquirido no Rio de Janeiro, um pequeno volume que tinha escrito: “Úrsula/Romance Original Brasileiro/ Por uma Maranhense/San’Luis/na Typographia do Progresso/Rua Sant’Anna,49-1859”. Tal descoberta levou Horácio a realizar buscas por diferentes fontes, a identidade da autora. Descobrindo o nome de Firmina por trás do codinome A Maranhense.

Depois da descoberta de Horácio, muitas pesquisas sobre Maria Firmina foram surgindo. A primeira foi realizada por José Nascimento Moraes Filho no ano de 1975, um intelectual negro, ativista e ensaísta maranhense. Em seu livro, apresenta o conjunto de obras de Firmina. Para a realização da pesquisa, Nascimento, além de analisar poesias, contos, músicas, Hino pela Libertação dos Escravos, também realizou entrevistas e colheu depoimentos de ex-alunos de Maria Firmina, que, por aquela época, tinham seus noventa anos. É a partir desses depoimentos que descobre que Firmina era uma mulher de cor. Também é importante refletir sobre o peso dessa informação naquele momento, pois o Brasil encontrava-se em plena Ditadura Civil Militar, e justamente nesse período, as mulheres negras engajadas no Movimento Negro reclamavam o silenciamento e a invisibilidade de ser mulher e negra na sociedade brasileira. Além de Nascimento (1975), Luiza Lobo (1988) em homenagem ao Centenário da Abolição, Eduardo de Assis Duarte e Zahidé Lupinacci Muzart em 2004 e Algemira Macêdo em 2006, escreveram, cada um(a) a partir de suas visões de mundo, fazem uma análise diferenciada sobre vida e obra de Maria Firmino.

A presença de Maria Firmina dos Reis nesse cenário vai de encontro aos padrões estruturantes que rapidamente relatamos acima, pois, até onde sabemos, ela foi a primeira negra a escrever um romance. É responsável também por inserir a temática da escravidão em seus escritos. Ao que parece, Firmina não teve educação formal, uma vez que meninas menos abastadas não tinham muito acesso à educação, e quando tinham, era uma educação mais voltada aos afazeres domésticos, dessa forma, podemos supor que Firmina tenha aprendido de forma autodidata, tornando-se professora primária e passando em um concurso público para a Cadeira de Instrução Primária na cidade de Guimarães/MA. Sendo proibido escolas mistas nesse período, Maria Firmina enfrenta os valores sociais oitocentista ao criar uma escola para meninos e meninas, pois na cidade de Guimarães, de 1849 a 1850, iniciam duas turmas de doze e quinze alunos matriculados na Escola de Primeiras Letras. Nesse período, a cidade de

São Luís, tinha aproximadamente 35 mil habitantes, e matriculados no curso primário em suas escolas, aproximadamente 2400 alunos, dos quais apenas 400 eram do sexo feminino, e no curso secundário, 180 alunos, como diz Machado (2018), podemos ver o quanto era restrito o ambiente letrado dessa capital. Firmina foi obrigada a fechar a Escola dois anos depois de sua inauguração, mas é importante pensar que, mesmo sem perceber, ela abriu caminhos para outras mulheres negras que ainda com muitas dificuldades vão ocupando seus espaços na sociedade.

A partir da década de 1820, no Maranhão, alguns periódicos literários começam a surgir, como é o caso do *Minerva* (1828), *O Recreio dos Maranhenses* (1839), *A Revista* (1842), *Publicador Maranhense* (1842), *Jornal de Instrução e Recreio* (1847), *O Progresso* (1847), *A Marmota Maranhense* (1850), *O Constitucional* (1851), *O Despertador* (1852), *A Sentinela* (1855), *A Estrela da Tarde* (1859) *O Século* (1859) e a *Estrela Maranhense* (1859).

Foi justamente nesse último ano, que foi publicado o romance de Maria Firmina *Úrsula*, foi considerado por muito tempo o primeiro romance abolicionista brasileiro, segundo Muzart (2013), porém, pesquisas mais recentes indicam que Nísia Floresta publicou, quatro anos antes, em 1855, no folhetim *n'O Brasil Ilustrado*, seu romance *Páginas de uma vida obscura*. O que não tira o brilhantismo e a vanguarda da nossa autora, ao tratar o tema da escravidão em um período que ainda era um tabu, pois apesar de ser proibido o tráfico transatlântico desde 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, esse assunto vai se tornar mais forte nas agendas sociais e governamentais, ou seja, entre os brancos que ocupavam o poder, a partir das décadas seguintes. Pois entre os negros, o assunto era uma constância. Por isso, é importante lembrar que ninguém mais lutou pela libertação do que os próprios negros. De várias formas, seja nas rebeliões, no silêncio, na resistência, na fuga, enfim.

Úrsula é caracterizado como um romance²⁵, pois além da linguagem, os objetivos de Firmina através da obra, a maneira como ela inicia, descrevendo a paisagem natural, o clima e solo, tecendo dessa forma a sua própria ideia de nação, segundo Régia Agostinho da Silva (2013), era uma das principais características do romantismo brasileiro. Escrita em vinte capítulos e um epílogo, a obra representa, a partir da visão da autora, uma sociedade escravagista, por isso, violenta e hierárquica. Como bem fala Silva (2017), Firmina lutou

²⁵ [...] sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ao tentarem adquirir independência, o Nacionalismo foi manifestação de vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do próprio contra o imposto. Daí a soberania do tema local e sua decisiva importância em tais países, entre os quais nos enquadrados. Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos, carregados de sentido nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata, afirmando em contraposição o concreto espontâneo, característico, particular (Cândido, 2007 apud Silva, 2013, p. 16).

contra os discursos considerados dominantes em relação ao período de escravização, ao representar os cativos em suas escritas. Não poderia deixar de citar a impressionante forma que Firmina apresentou o próprio livro:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 47).

Conhecedora do meio em que vivia, Firmina acreditava que sua obra não seria bem aceita pela sociedade, principalmente por ser mulher e provinciana como ela já se identifica, além de não se considerar tão eloquente como os (as) demais escritores (as) de seu período. Mas nem por isso ela se deixa intimidar, pois logo em seguida, já explica o porquê de insistir em sua publicação:

Então por que o publicas? Perguntará o leitor. Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno que não tem limites, que tudo desculpa-os defeitos, os achaques, as deformidades do filho- e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado (Reis, 2018, p. 47).

Ao explicar na fala seguinte o motivo de sua insistência, Firmina nos mostra o quão importante é quebrar barreiras e escrever à sua maneira, sua visão de mundo oitocentista. Apesar de toda rejeição que certamente ela receberia, no fundo ela sabia quão subversiva – sem querer ser anacrônica – era sua obra. E ao finalizar dizendo que queria ver seu romance mimado e acariciado, ela também supunha que agradaria outro grupo de pessoas que certamente veriam em *Úrsula* uma obra à frente de sua época.

Apresentando um pouco a obra, a autora escreve um romance dentro do contexto do Brasil escravista, no século XIX, em que os personagens principais são Túlio, Tancredo, *Úrsula*, Suzana, Luiza B e o cruel Fernando. Túlio, um escravizado, de faixa etária de aproximadamente 25 anos, descrito como uma pessoa de coração nobre e bem formado. Ao apresentar seu primeiro personagem, Firmina já em seguida emite sua opinião sobre a escravização,

O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão (...). Também brada “Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a

tua máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante! Aquele que também era livre no seu país...àquele que é seu irmão?” (Reis, 2018, p. 54).

Interessante observar que a autora usa do próprio discurso contraditório do branco, a partir da religiosidade (cristã), para demonstrar seu pensamento antiescravista, pois para Silva (2017), como Firmino não vislumbrava o fim imediato da escravidão, não se insere na categoria abolicionista²⁶.

Tancredo, um jovem branco que na narrativa se vê na situação de gratidão ao jovem Túlio, pelo fato de ter salvo sua vida depois de um acidente. Para o escravizado, Tancredo foi até aquele momento, o branco de coração mais nobre que encontrou. O que de fato a amizade nutrida entre ambos, vai resultar na alforria de Túlio, comprada por Tancredo. Firmina representa, dessa forma, que nem todos os (as) brancos (as) eram cruéis e a favor da violenta escravização das pessoas negras, apesar de configurar uma exceção, ao tempo que também tece uma crítica a essa forma de adquirir a liberdade, uma vez que todos os homens devem ser livres.

Nesse ínterim, é inserida no enredo, a personagem Úrsula, uma jovem também branca que cuida de sua mãe Suzana e enlaça um romance trágico com o jovem Tancredo. Tal romance é transpassado pela figura de Fernando, um sujeito que representa o autoritarismo, o machismo, a crueldade e a ambição da maioria dos homens de poder do século XIX.

Firmina, muito provavelmente viveu o que renunciou na apresentação do seu livro. Como Régia Agostinho (2013), apresenta um fragmento de texto, que apesar de escrito por um cronista baiano, no jornal *O Progresso* de 1871, diz muito sobre o ideário feminino brasileiro naquele período:

A mulher é física e moralmente predestinada a exercer outra ordem de funções que o homem na família. O homem, ativo, robusto, trabalha lá fora, ao sol. A mulher, delicada, amante, cria o filho, administra a casa”. Isto quer dizer que a mulher não nasceu para literata; mas para mãe de família; e que não lhe é dada a disputar ao homem, se lhe é dado disputar alguma coisa aquele de quem tudo consegue e a quem tudo entrega, senão o amor de seus filhos. Deve ser mulher inteligente e instruída? Sim, para a vocação severa da maternidade [...] (Barreto, 1871 apud Silva, 2013, p. 110).

A partir do fragmento acima, podemos certificar o quanto a presença de *Úrsula* no meio literário, feria profundamente os padrões e valores oitocentistas. Lembrando que o

²⁶ No período em que Firmina escreveu suas principais obras, *Úrsula* e a *Escrava*, as discussões sobre abolição estavam em alta na sociedade maranhense. O que fez o Maranhão o segundo Estado brasileiro a libertar os escravizados, junho de 1884, logo após o Ceará, que se deu em março do mesmo ano (Silva, 2013).

Brasil foi fortemente influenciado pela corrente filosófica Positivista, já falada anteriormente, desde o século XIX até a Primeira República no século XX, principalmente no que se referia à educação, uma vez que nessa corrente filosófica, a mulher e o homem exercem papéis diferentes e adquirem conhecimentos também de formas diferentes, Martiniak e Oliveira (2018). Ao impor sua presença na educação e na literatura, além de Úrsula, também escreveu os contos *Gupeva* (1861) e *A Escrava* (1887), além de participações nos periódicos da época. Firmina contradiz todo o imaginário e representação do ser mulher num país machista e racista. Isso só fortalece a importância de valorizarmos seu legado na história da literatura brasileira, e reconhecer sua influência na abertura do novo, das muitas possibilidades, para as mulheres negras brasileiras.

A próxima intelectual que trazemos também significou uma quebra de paradigma. Carolina Maria de Jesus, que surge, de maneira peculiar, em meados dos anos 60 do século XX. Mulher que, residindo em uma favela na cidade de São Paulo, desafiou a alta sociedade ao relatar o dia a dia da favela em seu diário que produziu a partir de papéis encontrados no lixo. Com mais de um milhão de exemplares vendidos, seu primeiro livro, *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, reflete o panorama de uma sociedade hierarquizada e excludente, como enfatiza Frigotto,

E sob que condições históricas tem se constituído o processo de vida real dos homens até o presente? Sabemos que, predominantemente, esse processo se produziu sob relações de dominação, exclusão e alienação mediante a cisão dos homens em classes ou grupos sociais (Frigotto, 2008, p. 3).

Carolina Maria de Jesus, nasceu em Sacramento/MG em 1914, mudou-se para São Paulo em 1947, indo morar na então Favela²⁷ do Canindé, a primeira maior favela do Brasil,

²⁷ Favela é o nome popular atribuído a diferentes plantas brasileiras. Ao que tudo indica, a espécie da família Euphorbiaceae passou a caracterizar os agrupamentos de domicílios urbanos precários graças a um contexto geográfico e histórico muito peculiar. Esse conjunto de circunstâncias pode ser sintetizado pelo encadeamento de quatro principais elementos: planta, topográfica, combate e narrativa(...) A ocorrência da planta favela deu nome a uma encosta do arraial de Belo Monte de Canudos, o Alto da Favela (...). Nessa vila, localizada no semi-árido baiano, aconteceram violentos combates no final do século XIX, início do período republicano no Brasil. De acordo com Sgumacs (1960), a palavra favela teria sido trazida de Canudos para o Rio de Janeiro. Encerrados os combates em Canudos, parte dos soldados sobreviventes e das vivandeiras (mulheres que acompanham as tropas e fornecem combustíveis) se instalou no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, capital do país na época. Também trouxeram uma cruz, que foi instalada numa pequena capela no topo do morro, em devoção a Antônio Conselheiro. Uma das decorrências dessa ocupação foi o surgimento do novo nome para o local, o Morro da Favela (Queiroz, 2011, p. 5-6).

Em 1950, o IBGE decidiu, pela primeira vez, incluir a favela na contagem de população (Guimarães, 1953, *apud* Preteceille e Valladares, 2000). Na publicação para São Paulo, entretanto, dados específicos apareceram apenas em 1980. Segundo Guimarães, “a conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados que possuísem, total ou parcialmente, as seguintes características: agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta, predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos

onde hoje fica a Avenida Marginal Tietê. Tendo saído de Minas Gerais devido à miséria em que vivia, assim como inúmeras famílias de todo o país que fizeram esse movimento de ir em busca de melhoria no estado de São Paulo. Trabalhou em casas de famílias, como doméstica e lavadeira de roupas. Depois de algum tempo, passou a ser catadora de papel em ruas paulistas.

Imagem 02 – Carolina Maria de Jesus (1914-1977)



Fonte:

<http://conexao.ufrj.br/2022/03/carolina-maria-de-jesus-a-mulher-negra-que-criou-mundos-do-quarto-de-despejo/>

A escolha de Carolina se dá pela sua intrínseca relação com o referencial teórico metodológico deste trabalho. Não podemos falar de escritoras negras brasileiras numa perspectiva interseccional, sem estudar Carolina Maria de Jesus em sua complexidade enquanto mulher, negra, pobre, favelada, mãe solteira e semialfabetizada. Deixo claro que todas as citações de Carolina estarão de acordo com a escrita original do texto.

Sua inserção no mundo da escrita, e saída do anonimato, deu-se de forma não convencional. Carolina foi descoberta pelo então jovem jornalista Audálio Dantas²⁸, que,

principalmente com folha de flandres, chapas, zincadas ou materiais similares, construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou propriedade desconhecida, Cadernos Metrópole – n. 512, ausência, no todo ou parte, de rede sanitária, luz, telefone água encanada; área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento”. Entre os critérios utilizados, quatro referem-se aos aspectos físicos: tipo de habitação, tamanho do assentamento, melhoramentos públicos e urbanização (Tascher, 1984).

²⁸ Audálio Dantas nasceu em Alagoas, mas foi em São Paulo que começou como repórter da Folha da Manhã (antiga Folha de S. Paulo), em 1954, escrevendo textos sobre temas cotidianos, sem usar expressões que a

como bem fala José Carlos Sebe Meihy (1998), vivia-se uma fase da cultura de comunicação de massa no Brasil e colocava a público o jornalismo denúncia. Lembrando que nesse período, que foi da superação do Estado Novo em 1945 à instalação da Ditadura Militar, o Brasil viveu o que costuma chamar de uma experiência democrática. Nesse período, Audálio foi encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia pelo rio Tietê, no bairro Canindé. Foi lá que se deparou com alguém que tinha o que dizer. Como ele bem fala no prefácio do livro de Carolina:

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela” (Dantas, 1993 apud Jesus, 2014, p. 6).

Como elucida Meihy (1998), nesse período, décadas de 50 e 60, a sociedade brasileira iniciava seu reconhecimento como uma sociedade “moderna”, o que se deu dois processos complementares importantes: a vivência em uma sociedade democrática e, em contrapartida, os movimentos de contracultura brasileiras. O que acabou por demonstrar as patologias sociais, principalmente urbanas e foi nesse contexto que os jornalistas se tornaram agentes de suma importância, ao registrarem essas transformações sociais. O que possibilitou Audálio Dantas ser um dos pioneiros e inovadores nessa percepção, e fazendo bom proveito dessa oportunidade. Ao publicar os diários de Carolina, Dantas espelhou para a sociedade, as contradições e falhas das políticas de modernização do governo.

No período chamado de “experiência democrática”, trago destaque para o segundo governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954 eleito dessa vez de forma democrática, e o governo de Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961. Durante a campanha eleitoral e a forma de atuar no segundo mandato, Vargas, adotou o chamado Projeto Nacionalista, que defendia que o Estado devia intervir na economia, investindo em áreas estratégicas, como petróleo, siderurgia e transporte, incentivando os investimentos privados, bem como a entrada do capital estrangeiro deveria ser controlada pelo Estado, que também deveria regular as

publicação considerava elegantes na época. Em 1955, quando perceberam na redação o seu interesse por assuntos culturais, foi guindado à Secretaria do Suplemento Dominical, dirigido pela escritora Maria de Lurdes Teixeira – que viria a ganhar dois *Prêmios Jabuti*. (...). Em 1975, assumiu a Presidência do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. No dia 29 de outubro daquele ano, em pleno período ditatorial, o órgão denunciou as omissões do caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, quatro dias antes, sem temer as repercussões. Foi um marco importante no processo de redemocratização do País. Deixou a presidência do sindicato em 1978, eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Audálio faleceu em 2018, deixando um grande legado para o jornalismo brasileiro. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/audalio-dantas/> Acesso em: 18 abr. 2025.

remessas de lucros para o exterior e, por fim, o governo deveria manter uma posição de independência em relação aos Estados Unidos da América. Nesse período, é criada a Petrobrás, depois de intensa disputa de ideais com demais grupos políticos sobre a extração e refinamento do produto e o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Vargas também intensificou ações referentes ao trabalhismo, falando diretamente através do rádio no Programa a Voz do Brasil aos trabalhadores brasileiros, que se encontravam em grande euforia e insatisfação, devido aos altos preços dos alimentos e a inflação. Após a morte de Getúlio Vargas, assume Juscelino Kubitschek, que em sua política conhecida como desenvolvimentismo, defendia a industrialização acelerada e a modernização do Brasil, através do Plano de Metas: um plano de governo que previa investimentos públicos em cinco grandes áreas: energia, transporte, indústria, alimentação e educação prometendo um crescimento de 50 anos em apenas 5, como fala Boulos (2022):

O governo JK ofereceu facilidades e incentivos a empresas multinacionais que, com isso, instalaram fábricas no Brasil para produzir bens de consumo. Entre essas empresas estavam fábricas de veículos do ABCD Paulista, como a Willys Overland, a Ford, a General Motors e a Volkswagen (Boulos, 2022, p. 281).

Foi nesse contexto, conforme resumido acima, que viveu Carolina de Jesus. Os seus relatos contrastavam com a sociedade complexa, apresentada nos planos de governos e anunciadas através dos meios de comunicação de massa existentes no período. Em meio a investimentos e ideários desenvolvimentistas, houve um crescimento de favelas justamente nessas grandes cidades, as quais receberam maiores investimentos e incentivos, o que nos faz refletir, que os “progressos”, assim, como a noção de igualdade e cidadania, não são para todos e que as experiências vivenciadas e registradas por Carolina na favela eram as provas dessas falhas.

Na busca por sobrevivência, Carolina registrava sua rotina diária. O primeiro dia registrado feito em seu diário, datado de 15 de julho de 1955 e relata a angústia de ver sua filha necessitar de sapatos, mas que por serem naquele momento “escravos” do custo de vida, não seria possível atender a necessidade da filha, por falta de dinheiro até para comprar alimento. A escrita de Carolina é a representação dos conflitos e contradições vivenciados entre os moradores das grandes cidades brasileiras. Lembrando que essa sociedade ainda trazia muitos resquícios de uma sociedade que tinha tornado livres os escravizados a menos de 70 anos e sem nenhuma política governamental básica como: educação, moradia, saúde e segurança, e emprego. Nesse caso, o que seriam as favelas de meados do século XX, se não

uma extensão das senzalas? Era assim que Carolina de vez em quando costumava pensar, que o período da escravidão ainda não tinha acabado, “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (Jesus, 2014, p. 32).

Dos primeiros registros até o final da obra, Carolina deixa claro que era uma pessoa atenta às questões econômicas e políticas tanto em âmbito nacional quanto referente à grande São Paulo, frequentemente relatando fatos e emitindo opiniões, como o diálogo que ela registrou no dia 17 de julho de 1955:

(...) Quando uma senhora me perguntou o que acho de Carlos Lacerda, respondi conscientemente:

— Muito inteligente. Mas não tem educação. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador.

Uma senhora disse que foi na perna! A bala que pegou o major podia acertar no Carlos Lacerda.

— Mas o seu dia... chegará— comentou outra (Jesus, 2014, p. 15).

A pessoa a quem estavam se referindo no diálogo acima era o político Carlos Lacerda, ferrenho opositor de Getúlio Vargas e que tinha sofrido um atentado no ano anterior, no qual morreu o major Rubens Vaz. Esse episódio contribuiu para intensificar a crise política que já estava em andamento no país e pressionava a renúncia do então presidente. Esse fato é considerado por muitos historiadores como o estopim para o fim do governo Vargas e acabou por resultar em seu suicídio 19 dias após o atentado.

Em 20 de maio de 1958, Carolina escreve:

— Pois é. A senhora disse-me que não ia comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

— É que eu tinha fé no Kubitschek.

— A senhora tinha fé e agora não tem mais?

— Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. Nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco, a democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.

... Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido (Jesus, 2014, p. 39).

Carolina fala acima sobre a falta de esperança na política, ao citar o “desgosto” no então presidente Juscelino Kubitschek. Vale reforçar o que já falamos acima, foram muitas expectativas da maioria da população, inclusive as menos favorecidas nas grandes promessas de “progresso”.

O primeiro contato do jornalista Audálio Dantas com Carolina, se deu em 1958, mas Carolina escrevia desde 1955 e já tentava publicar antes de conhecer Audálio. Tanto

apresentando suas peças e poemas a diretores como enviando seus escritos para fora do país, todos negados. Como o registro do dia 16 de junho de 1958, “eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondiam-me: – é pena você ser preta”. E no dia 16 de janeiro de 1959, quando diz: “Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. (...) Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros” (Jesus, 2014).

Carolina tinha consciência do poder da escrita e usava isso a seu favor. Inclusive para amedrontar seus próprios vizinhos: “vou escrever um livro sobre a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro e vocês me fornecem os argumentos”. Audálio Dantas logo percebeu que mais interessante do que ele, seria uma personagem de dentro da favela contar a história da comunidade do Canindé. Como falou em uma entrevista em 2014:

Eu estava fazendo a reportagem e quando ela surgiu falando que tinha um livro que ia botar o nome das pessoas no livro, eu quis saber qual era. E ela me convidou para ir à casa dela e eu fui e descobri os cadernos. Ela tinha muitos cadernos... e havia ali contos, poesias, provérbios, parece que até um romance, mas o que me chamou atenção foi o diário começado em 1955 (Dantas, 2014 apud Fernandez, 2014, p. 305).

Foi preciso uma sensibilidade no olhar do jornalista e perceber que tinha em mãos, um documento riquíssimo, com muita força de denúncia e até mesmo literária que escancarou as fragilidades sociais. Carolina denunciava uma sociedade fortemente hierarquizada, preconceituosa, excludente e machista:

[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. (...) Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 32 e 37).

A partir das críticas feitas em toda escrita de *Quarto de Despejo*, é inevitável não perceber a noção de sujeito histórico que Carolina internalizava e a importância que ela mesma dava a sua fala, apesar de muitas vezes confessar o desejo de desistir de tudo, inclusive de sua vida. O que é até compreensível devido a tanto relato de fome e violência política, econômica e simbólica que sofria junto a todos os moradores da favela Canindé, e que certamente era a realidade de todas as outras favelas em todo o país. Considerando que as primeiras favelas no estado de São Paulo datam de 1940, uma pesquisa feita pela Divisão de

Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo, hoje extinta, e divulgada no jornal *O Diário de São Paulo* de 1 de outubro de 1950. Nesse mesmo ano o IBGE decidiu pela primeira vez incluir as favelas na contagem da população. Em 1957, a capital paulista registrava um total de 141 núcleos com 8.488 barracos e cerca de 50.000 favelados, números que se multiplicaram nas décadas seguintes. Em 1991, por exemplo, o Censo Demográfico registrou 629 favelas, com 146.892 domicílios e 711.032 pessoas, de acordo com Taschner (1984). O censo de 1950 considerou como favelas os aglomerados com as seguintes características:

Proporções mínimas – agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta; Tipo de habitação – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas, zincadas ou materiais similares; Condição jurídica da ocupação – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou propriedade desconhecida; Melhoramentos públicos – ausência, no todo ou parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; Urbanização – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (Taschner, 1984, p. 11-12).

Considerando que algumas favelas que concentravam as características acima, sofreram certa mudança ao longo do tempo, porém, muitas ainda se configuram em locais insalubres e precários. Atualmente, de acordo com o IBGE, as favelas predominam nas grandes concentrações urbanas do país, e de acordo com o site *Agência notícias IBGE*²⁹, que traz o censo de 2022, cerca de 83,5% das Favelas e Comunidades estavam nas Grandes Concentrações Urbanas do país. O censo também apresenta informações quanto à população negra residindo nessas comunidades, segundo a pesquisa, as proporções de pessoas que se declararam pardas (56,8%) e pretas (16,1%) na população das Favelas e Comunidades Urbanas é superior aos percentuais observados na população total (respectivamente 45,3% e 10,2%). Não podemos esquecer que desde a sua origem, as favelas foram sendo ocupadas por pessoas negras. Sobre esse fenômeno, o professor Arilson Gomes fala em entrevista ao *Jornal Diário do Nordeste* (2024)³⁰ “há a influência do período colonial e da escravidão, fruto de um racismo antinegro. É nos lugares tidos como “perigosos”, “informais” e “periféricos” — ou os “não-lugares” — que a população “majoritariamente de pele mais escura” vai sendo colocada

²⁹ Agência IBGE Notícias. Censo sobre comunidades urbanas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas#:~:text=O%20%C3%ADndice%20de%20envelhecimento%20nas,idosos%20para%20cada%20100%20crian%C3%A7as>). Acesso em: 12 ago. 2025.

³⁰ Jornal Diário do Nordeste. Proporção de pessoas pretas nos bairros de Fortaleza. Disponível em: diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/proporcao-de-pessoas-pretas-e-maior-nos-bairros-de-fortaleza-com-menor-idh-veja-dados-por-local-1.3589524. Acesso em: 12 ago. 2025.

(Gomes, 2024). Trazendo essa realidade para o estado do Ceará e percebendo a intrínseca relação entre a baixa qualidade de vida e o racismo, a mesma reportagem, diz: “a proporção de pessoas pretas é maior nos bairros de Fortaleza com menor IDH”³¹*Diário do Nordeste* (2024).

Voltando à Carolina, faz-se necessário apontar que a autora conseguiu registrar as consequências dessa exclusão em massa, característico do processo de favelização. Em seu diário há muitos relatos de alcoolismo, violência física contra mulheres, falta de saneamento básico, de educação, fome, dentre outros. Carolina sempre demonstrava sua revolta com toda aquela situação e se sentia muito nervosa por seus filhos presenciarem tais cenas, como esse registro do dia 25 de junho de 1959:

Que gargalhada sonora! Que espetáculo apreciadíssimo para o favelado que aprecia profundamente tudo que é pornográfico! As crianças sorri e batem palmas como se estivessem aplaudindo. Depois as crianças se dividem em grupos e ficam comentando:

—Eu vi.

—Eu não vi.

—Eu queria ver.

Atualmente as crianças não mais emocionam quando vê uma mulher nua. Já estão habituadas. As crianças acham que nas mulheres os corpos são iguais (Jesus, 2014, p. 45).

Em registro anterior, no dia 18 de julho de 1955, Carolina relata que muitas mulheres na favela do Canindé, além de mendigar o pão, apanham de seus companheiros constantemente, “parece tambor” e gritam pedindo socorro. Saliento que assim como nos anos 50, a mulher ainda é constantemente vítima de violência. Segundo dados do Atlas da Violência, na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres. Esses registros em comparação com a pesquisa anterior, em 2018, teve uma diminuição nos registros de quase 5 mil mortes. Mas é preciso reforçar que estamos falando apenas de registros. Muitos casos de violência e morte, não chegam sequer a serem denunciados.

Outra consequência dessa exclusão, e que podemos aprender com a obra de Carolina, é a precariedade da educação, que infelizmente era uma realidade dos moradores da favela do

³¹ Agência IBGE Notícias. Censo sobre comunidades urbanas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas#:~:text=O%20%C3%ADndice%20de%20envelhecimento%20nas%20idosos%20para%20cada%20100%20crian%C3%A7as>). Acesso em: 12 ago. 2025.

Canindé e demais favelas pelo país. Carolina sempre demonstrou preocupação com a educação de seus filhos. Algo que ela sempre se orgulhava era de não deixar que eles faltassem aula, mesmo que não tivesse nada para comer. Ela dizia que a única chance de deixarem aquela vida, era através dos estudos. Sua filha, Vera Eunice, confirma, através de entrevista cedida à Nova Escola em 2020³², “Minha mãe sempre valorizou a Educação. Não deixava a gente faltar à aula. Nem deixava de comparecer à reunião dos pais. Pegava no nosso pé para a gente estudar”.

Como falado anteriormente, não podemos estudar e compreender Carolina, sem levar em consideração a questão interseccional. Carolina era o reflexo de uma sociedade que considerava e ainda considera a mulher negra como um dos sujeitos que deve se encontrar abaixo na hierarquia social. A autora era traspassada por muitos marcadores sociais daquele período. Além de relatar muitos xingamentos em relação a sua cor, como “negra fedida”, Carolina teve que lidar com o fato de ser mãe solteira de três crianças. “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar”, 20 de julho de 1955. E sua capacidade de usar do sarcasmo sobre a situação: “–Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai”, 20 de julho de 1958. Em sua obra, Carolina só menciona o pai de Vera Eunice, sua filha mais nova. Deixando de fora os pais dos dois filhos mais velhos, José Carlos e João José. Frequentemente Carolina ameaçava colocar o nome do pai de Vera em seu livro, caso não pagasse a pensão, deixando claro que se tratava de um homem branco e que tinha condições como faz questão de registrar:

Quando cheguei no Juizado, o senhor J.A.M.V., o pai da Vera, não levou o dinheiro. O pai da Vera sempre me pede para eu não por o nome dele no jornal. Que ele tem vários empregados e não quer ver o nome propalado. Mas ele não contribui para eu ocultar o seu nome. Ele está bem de vida e dá só 250 cruzeiros para a Vera. Ele só aparece quando eu saio nos jornais. Vem saber quanto eu ganhei (Jesus, 2014, p. 188).

Não posso deixar de trazer nessa discussão o papel da mulher preta e parda na formação do imaginário social, quanto uma sociedade democrática, muito usada por todo século XX. A formação do Brasil se deu a partir da violência, incluindo o estupro da mulher africana e indígena. Como elucida Abdias Nascimento (2016, p. 74) “Ainda nos dias de hoje,

³² Site Nova Escola. Entrevista com Vera Eunice, filha de Carolina Maria de Jesus. Disponível: <https://novaescola.org.br/conteudo/19849/o-impacto-de-carolina-maria-de-jesus-na-literatura>. Acesso em 23 jul. 2025.

a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco”. Muitas vezes os brancos usavam o termo “intercasar” como fala Abdias, para designar o tipo de relacionamento sexual que historicamente ocorria entre homens brancos e as mulheres negras. Inclusive justificando uma ideia de paraíso racial e uma democracia sexual, foi por muito tempo usada a máxima registrada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*: “No Brasil é: branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” (Freyre, 2006, p. 72). Porém, não precisa de muitos esforços de nossa parte para analisar que historicamente a mulher negra foi preterida, pelos homens brancos e infelizmente por homens negros também. Pois o corpo negro poderia ser usado sexualmente, porém, não poderia ser considerado um corpo que se dava para ter um relacionamento sério. Considerando que numa sociedade rigidamente religiosa e machista, a condição de mãe solteira, levava a mulher a ser estigmatizada para sempre na sociedade. Pois o julgamento sempre vem para a mulher, e para o homem, resta a elevação de *status* sexual e a isenção de qualquer responsabilidade. Para a mulher, fica o estigma de degeneração, lasciva e a responsabilidade de atrair o homem com seus dotes “venenosos” e cheios de persuasão.

Outro fator que cabe trazer à discussão é o fator empregatício e salarial. Considerando os primeiros trabalhos domésticos realizados por Carolina ao chegar em São Paulo, e o fato de se tornar catadora, convém relacionar também que, como bem fala Carneiro (2018) a raça associada ao gênero, interfere na determinação de desigualdades salariais.

Esse é um ponto muito relevante da pesquisa sobre Carolina, justamente pelo fato dela ser semialfabetizada e catadora de papel, que faz dela uma potência e que merece reconhecimento pelo representou para um país que historicamente excluiu o negro do acesso às riquezas da nação e da participação social e política. Carolina estudou até o 2º ano do ensino fundamental quando ainda morava em Minas Gerais. Foi com sua filha Vera Eunice que Carolina aprendeu sobre conteúdos, regras gramaticais, matemática e outras disciplinas do currículo educacional. Todos os dias ao retornar da escola, Vera dava aula para sua mãe, que como ela mesma fala, foi sua primeira professora e primeira aluna, pois com a influência da mãe na literatura brasileira, Vera Eunice se tornou professora de Língua Portuguesa. O que tornou a obra de Carolina de fato intrigante, por unir ao mesmo tempo, uma escrita com “erros ortográficos” e ao mesmo tempo, com palavras que não eram comuns no vocabulário de uma pessoa sem instrução. Sendo assim, motivo de dúvidas sobre sua autenticidade por parte de funcionários do jornal, de intelectuais e até mesmo de muitos leitores. Mas não o

suficiente para ignorarem tudo o que liam pela primeira vez sobre as favelas e escrito justamente por alguém da favela.

Quarto de Despejo teve os primeiros trechos publicados em 1958 no jornal *Folha da Noite* com o título: *O drama da favela: escrito por uma favelada*. Em 1959, foi publicado na revista *O Cruzeiro*, e em 1960, foi publicado o livro, após Audálio Dantas ter lido os vinte cadernos que Carolina tinha escrito até então. A população ficou curiosa para saber como uma mulher negra e quase sem instrução escrevia tão bem sobre a realidade dura das favelas e em pouco tempo, o livro se tornou um sucesso de vendas e logo chegou a 100 mil exemplares, desbancando, *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, sendo traduzido para 14 idiomas e até hoje é um dos livros mais vendidos no Brasil e no mundo. Carolina teve sua vida transformada a partir da publicação de *Quarto de Despejo*. O tão sonhado plano de comprar uma casa de alvenaria se tornou real, virou matéria de jornais e revistas do mundo inteiro. O compositor B. Lobo, autor de marchas carnavalescas, como *Abre Alas* (1954), *Xodó da Mulata* (1961), *Abre Caminhos* (1964) dentre outros, compôs um samba com o título do livro, “*Quarto de despejo*”. Sua história foi adaptada para o teatro por Edy Lima, em que Carolina foi interpretada por Ruth de Souza. Na televisão foi contada em um programa chamado *Caso Verdade*, exibido pela TV Globo em 1983 e também foi adaptado para o “*Despertar de um sonho*”, de 2003, do diretor Jéferson De. Com o dinheiro do livro, Carolina de Jesus comprou uma casa em Santana, bairro de classe média na zona norte de São Paulo.

A partir daí escreveu outras obras como *Casa de Alvenaria*, o que não agradou aos leitores, que já não encontravam atrações em suas escritas que denunciavam o preconceito e insultos vividos em Santana. Lançou também *Pedaços de Fome e Provérbios*. Nenhum deles, porém, repetiu o sucesso de *Quarto do Despejo*. Devido a essa rejeição, Carolina decidiu comprar um sítio na periferia de São Paulo, onde morreria em 13 de fevereiro de 1977, aos 62 anos, infelizmente esquecida pelo público.

Estudar Carolina não é estudar apenas a intelectual da favela – e deixo claro que por isso já não seria pouca coisa –, mas ler Carolina, levar para sala de aula e apresentá-la aos jovens que provavelmente nunca ouviram falar, é estudar o Brasil e suas complexidades. É estudar um país com suas mudanças e permanências, que é rico, diverso, acolhedor, mas também é excludente, segregador, violento e racista:

Fiquei alegre olhando o livro e disse: “o que eu mais invejei nos livros foi o nome do autor”. E li o nome na capa do livro. Carolina Maria de Jesus. Diário de uma

favelada. Quarto de despejo'. Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que senti (Jesus, 2014, p. 169).

O legado que Carolina deixou para a literatura brasileira, principalmente a literatura negra, foi de muito significado. Além de influenciar outras intelectuais negras brasileiras, tornou-se leitura obrigatória em vestibulares de universidades públicas da UNICAMP e UFRGS, duas das mais conceituadas universidades públicas do país³³.

A próxima autora é a escritora, poetisa, contista e romancista mineira, Conceição Evaristo, de 78 anos. É uma das autoras negras mais lidas na atualidade. Dentre as suas obras, destaco: *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da memória* (2006), *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos d'água*, (2014), *Canção para ninar menino grande* (2018), dentre outros. Um levantamento feito pelo Painel de Letras da *Folha de São Paulo*, constatou que ela vendeu mais 500 mil livros no ano de 2022, apenas pela editora Pallas. Seus livros são estudados em vestibulares, em universidades brasileiras e no exterior, e é muito citada em dissertações acadêmicas. Conceição nasceu em uma favela da zona sul de Belo Horizonte. Trabalhou como empregada ainda quando criança, sendo obrigada a conciliar com os estudos, concluindo o curso Normal em 1971, aos 25 anos de idade. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou em um concurso público para o magistério e cursou Letras na UFRJ. Conceição é mestra em Literatura Brasileira pela PUC-Rio e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Em 2023, foi eleita a intelectual do ano pelo Troféu Juca Prado, tornando-se a primeira mulher negra a ganhar o prêmio. Desde 2024 ocupa a Cadeira de número 40 da Academia Mineira de Letras e acumula dois prêmios Jabuti, em 2015 e 2019. Considerado o maior prêmio de literatura do país. Durante a década de 1980, Conceição participou do grupo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo. O grupo atuava realizando recitais de textos literários em favelas, presídios e bibliotecas públicas, entre outras atividades. Teve seu primeiro poema publicado em 1990, nos *Cadernos Negros*³⁴. Editado pelo grupo paulista Quilombhoje.

³³ *Quarto de Despejo* é leitura obrigatória.

Disponível

em:

<https://unicamp.br/unicamp/clipping/2017/09/04/quarto-de-despejo-de-carolina-maria-de-jesus-e-leitura-obrigatoria/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

³⁴ Fundado em 1978, em São Paulo, no mesmo ano da criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, hoje sob a sigla MNU, os “Cadernos Negros” representam uma trincheira editorial importante para o movimento social literário e se deve, particularmente, à determinação de um coletivo de intelectuais negros e negras que apostou em mudanças na ordem canônica estabelecida pelas academias e as igrejinhas das letras, onde o negro não tinha voz e era tratado de forma estereotipada. Quando foi lançado, simbolicamente no mês de novembro, sob a iniciativa dos escritores Cuti (pseudônimo de Luiz Silva) e Hugo Ferreira, a publicação contou apenas com oito poetas participantes: Ângela Lopes Galvão, Celinha, Jamu Minka, Oswaldo de Camargo, Henrique Cunha Jr., Eduardo de Oliveira, além dos dois mentores da ideia. Disponível em:

Imagem 03 – Conceição Evaristo (1946 - atualmente)



Fonte: <https://quatrocinco.com.br/entrevistas/literatura/literatura-brasileira/uma-escritora-a-todo-vapor/>

Conceição é autora do termo “escrivivência”. O termo é a junção de escrever e vivência, e traz em sua composição, a escrita das subjetividades do que significa ser negro e principalmente negra no Brasil. Conceição coloca em suas escritas a complexidade social em que principalmente a mulher negra está inserida, visto que em suas obras, as tramas são sobre mulheres negras que enfrentam o sistema diariamente para sobreviver e viver.

Para a construção dessa forma de escrita, Conceição passou pelo momento de consciência e compreensão do que significa de fato ser negro e negra no Brasil:

Foi em uma ambiência escolar marcada por práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros, que descobri com mais intensidade a nossa condição de negros e pobres. Geograficamente, no curso primário experimentei um ‘apartheid’ escolar. O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passei o curso primário, quase todo, desejando ser aluna de umas das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios (Evaristo, 2009 apud Machado, 2014, p. 245).

https://www.geledes.org.br/aos-45-anos-cadernos-negros-ainda-e-leitura-obrigatoria-em-meio-a-luta-literaria/?gad_source=1&gbraid=0AAAAADnS6iARPuGc61MD34rpD46mNHyaG&gclid=Cj0KCOjw2ZfABhDBARIsAHFTxGwpj6Jr5JTawLjISq2lcJluH_sqazVKrqMoq3hvoSs4yFGKEqbUr74aAvyeEALw_wcB Acesso em: 21 abr. 2015.

O relato de Conceição confirma o que vimos falando, como o Brasil é segregacionista e como os negros são historicamente excluídos de uma educação de qualidade. Conceição conta em uma entrevista a Bárbara Machado (2014), que em sua certidão de nascimento consta ser de cor parda, mas que desde criança se percebeu como uma pessoa negra. A percepção de Conceição, não estava apenas no tom de sua pele, que, por sinal, ela não compreendia o que significava de fato ser parda, mas a compreensão de Conceição perpassa pela posição social em que estava inserida e pelas relações sociais a que era submetida. Como trabalhou como empregada doméstica desde sua infância, sendo uma prática vivenciada pelas mulheres da sua família desde muito tempo atrás, Conceição cria o termo “escrevivência” para, a partir de sua escrita, dar vida a personagens que na maioria das vezes eram reais, muitas ficam no anonimato.

Contar a história de mulheres negras a partir do olhar de outra mulher negra, é trazer à luz, a marginalização, subalternização e exploração vivenciadas por essas sujeitas da história. Nessa perspectiva, Conceição deixa claro que os protagonismos em suas obras, são de mulheres negras, “Construo poucos personagens brancos na minha obra. Uma leitura um pouco mais atenta percebe que esses poucos, bem poucos personagens, estão sempre representados, construídos nos lugares, nos espaços de poder” (Evaristo, 2020, p. 27). Para Conceição, o branco já tem o seu protagonismo na vida real, logo com o seu poder de escrita, ela dá pouca visibilidade, e proporciona um protagonismo da pessoa negra, apesar de ser na maioria das vezes, uma representação das agruras vivenciadas por séculos. Em *Becos da Memória*, por exemplo, existem personagens brancos quase invisíveis, são os patrões, donos de terras, etc. Em *Ponciá Vicêncio* também, os poucos que aparecem, são a personificação do poder, em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, um homem branco se apaixona por uma mulher negra:

Algumas vezes, já comentei que, se eu fosse escrever uma cena de um romance em que uma mulher escravizada queimasse, ao passar o vestido de baile da senhora, às vésperas de uma grande festa na casa-grande, o meu foco na construção das duas personagens se concentraria na personagem da mulher escravizada. Da senhora, em poucas linhas, seriam construídos os sentimentos de frustração, de raiva, e o plano de castigo que seria imposto à outra mulher. O exercício de criação estaria concentrado na mulher escravizada (Evaristo, 2020, p. 27).

A escrita de Conceição Evaristo, principalmente em *Becos da Memória*, é uma escrita que apesar de características diferentes, aproxima-se muito do diário de Carolina. Ambas

contam as vivências diárias da maioria da população que vive nas favelas, que são retratos de um país que traz no seu gene, a violência, a dureza da vida e a facilidade com que os grupos de poder, normalizam tudo isso. Nessa obra, Evaristo faz uma narrativa envolvente, contada a partir de uma personagem carismática, que apesar de jovem é sensível a cada sujeito morador da localidade. Com os olhos de Maria Nova, ela tece toda a rede de relacionamentos vividos numa comunidade prestes a ser sucumbida pelos tratores. Na favela de Maria Nova, tinha dor, alcoolismo, estupro e também tinha generosidade, solidariedade e compaixão. Assim como no *Diário de uma favelada*, as memórias de Maria Nova remetiam a um tempo de desfavelamento. Em épocas diferentes, os personagens, sejam eles reais como os de Carolina, seja na ficção real de Conceição, sentiram na pele o que era ser desterritorializados,

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossos ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência” não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos (Evaristo, 2020, p. 30).

A fala acima de Conceição tem peso muito grande. Ela fortalece a importância da “escrevivência” como ato de subversão, assim como ela lembra na obra *Insubmissas Lágrimas de mulheres* (2011), onde ela lembra que sua fala não é inocente e apresenta através dos 13 contos que compõem o livro, narrações protagonizadas por mulheres que são resistência nesse sistema opressor. Essa colonização (que insiste nos dias atuais) de várias formas. A força motriz que Conceição encontrou para resistir, assim como as demais escritoras negras, está em não aceitar que seus (nossos) corpos ainda sejam usados pelos remanescentes dos “senhorzinhos” da Casa Grande,

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em suas vozes mudas caladas, engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade (Evaristo, 2011, p. 24-25).

A fala acima de Conceição é repleta de história, revolta, resistência, mas que também nos traz esperança. Trago aqui a quebra de paradigma no mercado editorial, que foi

tensionado pela inserção e aceitação de Evaristo e das demais escritoras mais recentes. Primeiramente é preciso estar atento ao contexto político social dos últimos anos. Como elucida Ângela Figueiredo (2020), algumas mudanças sociais contribuíram para a emergência de uma nova epistemologia feminista negra. Como já falado anteriormente, além do Movimento Negro e sua participação efetiva de mulheres negras, o período posterior á Durban e as consecutivas mudanças nas legislações brasileiras, e o acesso de pessoas negras em universidades até então nunca visto, favoreceu esse grupo ter acesso a leituras e também a fazerem parte do processo de escrita, bem como o barateamento dos livros, surgimento de editoras independentes e o advento da *internet*. Para Conceição, a mudança vai ocorrer a partir da percepção das editoras de que no Brasil, existe um público negro leitor, Evaristo (2020, p. 44). A autora lembra da Festa Literária de Paraty (Flip), ocorrida em 2003 e que não teve representação de escritores (as) negros (as) e a partir do movimento gerado a após o evento, foi inserido nas edições posteriores. Para Conceição,

A presença nas mesas oficiais de escritoras negras e escritores negros tornou a Flip um evento mais democrático. Aquela Flip se tornou histórica. Nesse momento, o mercado livreiro descobriu que há um público negro que lê e que há um público, não somente negro, que lê autoria negra (Evaristo, 2020, p. 45).

Essa insubmissão epistemológica que nos falam essas escritoras é como se resumisse na fala de um conto do livro *Olhos D'Água* de Conceição, em que um grupo de amigos adolescentes vulneráveis ao mundo das drogas faz um acordo de resistência “a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2015, p. 107). Essa fala é tão forte que cabe em muitas realidades, principalmente como ela mesma nos diz que nem sempre não morrer é sinônimo de viver, mas reforça o poder que essas escritoras têm de se tornarem figuras representativas para muitas outras meninas mulheres negras, que cresceram vendo representações de mulheres brancas na literatura, na política, na ciência, nas artes, etc.

No próximo tópico, abordaremos intelectuais que a partir das décadas de 1970/80, tiveram acesso e ocuparam a Universidade e conseguiram fazer uma interlocução entre os Movimentos sociais e a academia. Uma vez que a atuação de Cida Bento, apesar de ser mais no campo do trabalho, também se configura a atuação em movimentos sociais, com valor equiparado à atuação de Lélia e Beatriz.

3.2 INTELECTUAIS ACADÊMICAS NO SÉCULO XX E INTERLOCUÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A primeira intelectual acadêmica do século XX que estudaremos é Lélia Gonzalez. Nasceu em 1935 em Belo Horizonte e faleceu em 1994 no Rio de Janeiro. Foi importante ativista, considerada a primeira mulher negra a se dedicar aos estudos de raça e gênero no Brasil, dialogando intrinsecamente com a proposta interseccional desta pesquisa. Se tornou assim, indispensável para refletir o papel da mulher negra na sociedade. Lutou ao lado de Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento e muitos outros (as) intelectuais no Movimento Negro em plena Ditadura Civil Militar, uma vez que como bem fala Lélia (2022, p. 39), “as elites intelectuais negras foram desarticuladas pelo golpe de 1964”, levando figuras de lutas até aquele momento a se autoexilarem, devido a perseguição e repressão, como foi o caso de Abdias Nascimento.

Seu protagonismo e mobilização foram de suma importância para a consolidação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Foi membro do Conselho Diretor do Memorial Zumbi. Primeira mulher negra eleita uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em 1981. Foi candidata duas vezes ao cargo de deputada federal, em 1982, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e 1986 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sem, contudo, ser eleita em nenhuma das vezes. Foi Membro do Conselho Nacional da Mulher. Primeira mulher negra brasileira a sair do país para divulgar a situação da mulher negra. Foi autora de artigos no Brasil e no exterior. Segundo Rios e Lima (2020), “Lélia possui uma elaboração textual fina, às vezes repletas de ironias, por vezes mesclada de ortografia formal com a língua falada, um misto de coloquialismo e erudição”.

Imagem 04 – Lélia Gonzalez (1935- 1994)



Fonte: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/breve-roteiro-para-descobrir-lelia-gonzalez/>

Em seu ensaio, intitulado *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, apresentado em 1979 na *Latin American Studies Association (Lasa)*, Lélia apresenta um estudo sobre a situação do negro, em especial a mulher negra, na participação econômica do Brasil, evidenciando o descaso, falta de emprego ou subemprego, a intrínseca relação entre o racismo e o capitalismo e consequência marginalização dessa população frente aos privilégios do branco dominador. A autora ratifica que essa marginalização ocorre de várias formas, tanto na participação do lucro nas riquezas da nação, quanto na distribuição geográfica, uma vez que após a abolição a população negra passaria a se localizar periféricamente em relação às regiões hegemônicas. “Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa” (Gonzalez, 2020, p. 28).

Lélia discute a situação da mulher negra no Pós-abolição, uma vez que sem amparo de qualquer natureza, essa mulher se tornou na maioria das vezes, a base familiar, sentindo-se obrigada a trabalhar dentro e fora de casa, realizando dessa forma, a dupla jornada de trabalho, tornando assim um fator predominante de analfabetismo entre as mulheres negras, pois, frente a essa estrutura, o acesso à educação foi, por sua vez, negado. Dialogando com o que temos visto, uma sociedade complexa e contraditória, uma vez que a partir da segunda

metade do século XX, o Brasil passava a investir na industrialização. Lélia faz duras críticas ao sistema que opera severamente sobre as mulheres, na tentativa de excluí-las sempre dos setores e postos de trabalhos mais bem remunerados, pois a partir do momento em que algumas mulheres negras vão tendo acesso, por mais que ainda timidamente, a educação, setores econômicos criam ou aprimoram mecanismos de exclusão, como no caso de pedir “boa aparência” para mulheres assumirem cargos ou funções que remetesse a atendimento ao público. Essa violência simbólica, aliada a ainda alta de analfabetismo, foram impossibilitando as mulheres de assumirem postos de poder ou de intelectualidade, com resquícios vistos ainda hoje.

A leitura dos textos de e sobre Lélia Gonzalez é de fundamental importância para a compreensão do contexto de sua formação pessoal e profissional. Em 1979, Lélia declarou: “A barra é pesada. Eu sou uma mulher nascida em família pobre. Meu pai era operário, negro. Minha mãe, uma índia analfabeta. Tiveram 18 filhos, e eu sou a décima sétima” (Gonzalez, 1979 apud Ratts; Rios 2010, p. 21). A frase citada reflete de onde a autora tirou toda a força de luta, pois o fluxo “natural” da população negra e da família de Lélia, era estudar até o primário e depois, iniciar os trabalhos para contribuir com o sustento da família. Lélia, nesse caso, foi uma exceção em sua família, pois conseguiu ter acesso aos estudos, devido uma série de situações, inclusive pelo fato de ser uma das mais novas da casa. Recebendo assim, um tratamento diferenciado dos mais velhos. Pôde assim, investir na formação acadêmica, tornando-se bacharel em História e Geografia com 23 anos de idade, em 1958, e a segunda graduação aos 27 anos.

No processo de construção identitária, também merece atenção o acesso ao meio acadêmico e sua inserção no mundo intelectual, que era considerado um espaço apenas para pessoas brancas, Lélia foi bem aceita. Segundo a própria autora, sua aceitação nesses círculos deveu-se pelo fato de sua inteligência e sua assimilação ao mundo do branco,

Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz filosofia e História. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior. E claro, que enquanto estudante muito popular na escola, como uma pessoa legal, muito inteligente, os professores gostavam, esses baratos todos (Gonzalez, 1979 apud Ratts, 2010, p. 41).

Importante analisar a frase dita acima por Lélia, pois nos mostra que para o negro e, mais precisamente a mulher negra ser aceita (a) em locais de conhecimento, ele (a) precisa ser ou se apresentar como uma pessoa calma, “legal” e não revolucionária, pois, na ideologia da

“democracia racial”, o negro conhece o seu lugar, como disse o humorista Millôr Fernandes. Eis aí a máxima dessa ideologia. Ratts e Rios (2010) nos elucidam que se pode concluir que essa aceitação se devia ao fato de Lélia se conformar com os padrões de comportamentos e ao mesmo tempo se destacar nos estudos, reflexões e argumentações com seus alunos. Porém, no decorrer do tempo, Lélia passou por mudanças significativas que a levou a um processo de autoconhecimento e descolonização, que a levou a se tornar nessa figura de representação negra feminina aliando sua intelectualidade ao ativismo. Como disse Fanon (1961, p. 32), “A descolonização é realmente a criação de homens novos. Mas esta criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma força sobrenatural: a ‘coisa’ colonizada converte-se, no homem, no próprio processo pelo qual ele se liberta”.

No ensaio intitulado *O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades*, publicado em 1983, Gonzalez fala das contradições existentes no Brasil, ao condenar abertamente o *Apartheid* na África do Sul e a ocupação da Namíbia, uma vez que internamente os negros brasileiros sofriam diariamente as violências simbólicas e físicas, mas era disfarçado seu racismo através do racismo velado. Importante ressaltar que Gonzalez já trazia dados do censo de 1980, que registrava que o Brasil era o segundo país em população negra, ficando atrás apenas da Nigéria. Fato que ainda é confirmado até os dias de hoje, mas que eram e ainda são as que menos têm acesso às riquezas da nação.

Gonzalez também relata a importância do Movimento Negro para o sucesso dessas questões tanto em âmbito nacional quanto internacional,

Quando falamos sobre o movimento negro, estamos nos referindo a um complexo de organizações e instituições herdeiras de um longo processo histórico de resistência pan-africanista e de luta por libertação da comunidade afro-brasileira, sujeita a condições extremas de exploração econômica e opressão racial. E, devido ao fato de enfrentarem o racismo e suas práticas, elas levam às últimas consequências o processo de desmascarar a lógica da dominação capitalista (Gonzalez, 2020, p. 63).

Em seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, publicado em 1983, Lélia, muito antes de Djamila (*Lugar de fala*), já nos dizia que o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o fenômeno do racismo e do sexismo.

Nesse texto, a autora denuncia a opressão de raça e sexo, uma vez que o termo gênero ainda não era usado, focando na figura da “mulata” tão bem desenhada, que fica muito clara a dubiedade em relação a essa mulher que essa sociedade com características machista e racista, a elege como símbolo sexual nacional. Usando o carnaval como referência e pano de fundo, ela reflete que a mesma mulher sofre duas violências simbólicas em nossa sociedade, pois ela

pode brilhar nas passarelas dos desfiles carnavalescos, desnuda, mostrando seu corpo desejado e sexualizado, seja de rainha da bateria e passista ou outra caracterização, e essa mesma mulher, no dia seguinte, se encontrará nas cozinhas, na sua vida de empregada doméstica, encarando o seu cotidiano naturalizado (Gonzalez, 2020). Além de refletirmos sobre o sexismo, como dizia Lélia, também é importante analisar a ocupação da mulher negra no mercado de trabalho e sua participação na economia do país, pois as funções que mais exerciam eram as de empregadas domésticas ou outros serviços que historicamente oferecem baixa remuneração. Por isso, a importância de intelectuais negras no movimento, com as reivindicações das opressões que a mulher brasileira era submetida diariamente. Nesse contexto, um grupo de mulheres escreveu essa Carta Renúncia de 1984,

Numa sociedade onde a divisão racial e a divisão sexual do trabalho fazem dos negros e das mulheres trabalhadores de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados (afinal, sobre quem recai o peso da recessão?); numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020, p. 98).

A Carta foi escrita pela organização *Nzinga Coletivo Mulheres Negras*³⁵ no Rio de Janeiro em 08 de fevereiro de 1984 e denunciava inúmeras situações de racismo e violência de gênero sofridas por mulheres e meninas negras que foram noticiadas em jornais de 1983 a 1984.

Lélia foi uma das poucas intelectuais negras a viajar e pesquisar dentro e fora do país. Como explica Ratts (2010), apesar dos recursos serem escassos e estarem em plena Ditadura Civil Militar, Lélia conseguiu realizar viagens com financiamentos de organizações estrangeiras e também por recursos próprios. Lélia viajou pelo chamado Atlântico Negro (o espaço que liga as Américas, Caribe, Europa e África). Essas viagens contribuíram para sua formação pessoal e intelectual. Com essas possibilidades, foi muito influenciada no que se refere a ideologias europeias naquele momento pelo feminismo, com destaque para Simone de Beauvoir e também pelo Marxismo. Diante de sua forte ligação com a África, foi muito influenciada pelas lutas anticoloniais dos anos 1960 e 1970. Como elucidam Lima e Rios,

³⁵ Nzinga foi o primeiro jornal do feminismo negro no Brasil. Fundado por Lélia Gonzalez o Nzinga Informativo existiu em prol dos direitos das mulheres negras e da justiça social (Dias, 2025).

[...] cuja fonte africana emana da produção de Amílcar Cabral, um dos principais teóricos da independência via luta armada para fazer frente ao colonialismo europeu e fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (...) outra referência destacada é o autor senegalês Cheikh Anta Diop, pelo qual se encantou e em cujas pesquisas viu a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos sobre as civilizações africanas (Lima; Rios, 2020, p. 123).

Nessa conjuntura, Lélia defendia um feminismo negro que representasse as lutas e intelectualidade em escala abrangente, que rompesse fronteiras. Defendia assim um feminismo *afro-latino-americano*, buscando dessa forma, dialogar com intelectuais norte-americanos, caribenhos, europeu e africanos. Dessa forma, o conhecimento adquirido por toda essa vivência, aliado ao fato de Lélia ter se aproximado também da psicanálise, mais precisamente da linha de pensamento de Jacques Lacan³⁶, discípulo de Freud (fundador psicanálise) que escolheu a linguística e a lógica para reconfigurar a teoria do inconsciente, a intelectual propôs dentro do Feminismo Negro, uma consciência de opressão racial, sexista e de classe, em âmbito mais global, o que ela chamou de *Amefricanidade*, o que aproximaria muito das discussões sobre a diáspora africana, termo bem discutido na contemporaneidade. O que Lélia estava chamando atenção era para a hierarquização das sociedades colonizadas e a forte repressão, principalmente sobre as mulheres. Nessa perspectiva, ela elucidava para a importância do reconhecimento dos movimentos étnicos como movimentos sociais. Como movimento indígena, que segundo a autora estava cada vez mais forte na América do Sul (Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Equador) e América Central (Guatemala, Panamá e Nicarágua). Propôs também novas discussões sobre estruturas sociais tradicionais na busca da reconstrução de sua identidade ameríndia buscando um resgate de sua própria história. Dentro dessa mesma perspectiva, Gonzalez criou também o termo “pretuguês”, uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil, Lima e Rios (2020). Inclusive sendo muito comum em seus textos, o uso de termos mais informais, como “negada”, “cuca”, “a barra tá pesada”, “cumé”, dentre outros.

Lélia escreveu muitos outros artigos e ensaios, como: *A mulher negra na sociedade brasileira* (1982); *Uma abordagem político-econômica*; *Mulher negra* (1985); *O Movimento Negro Unificado* (1985); *A categoria político-cultural de Amefricanidade* (1988); *A mulher*

³⁶ Jacques Lacan (1901-1981), foi psicanalista, discípulo de Sigmund Freud. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1373/jacques-lacan-o-analista-da-linguagem?utm_source=adwords&utm_medium=ppc&utm_network=x&utm_campaign=trafegopago_grants_srj&utm_content=&utm_term=&gad_source=1&gad_campaignid=22344173677&gbraid=0AAAAADRpNJxgzARY9DksqZD2TM3QCkgid&gclid=Cj0KCQjwxo_CBhDbARIsADWpDH4Nr6fRCdsJwLRafu8MzU6XWOW0jb__nEWjFEdm4gho0J6pyX7fAaAqsaEALw_wcB. Acesso em: 07 jun. 2025.

negra no Brasil (1995), dentre outros. Com isso, continuou e continua influenciando intelectuais de várias gerações, contribuindo para as discussões sobre racismo e sexismo tanto no Brasil quanto para a América, Europa e África. Como nos elucida Alex Ratts, ela é reconhecida e reverenciada de várias maneiras: é nome de um colégio estadual no bairro de Ramos (Rio de Janeiro), de um Centro de Referência Negra em Goiânia, de uma Cooperativa Educacional em Aracajú, e virou grafite para a fachada de um ponto de cultura voltado para mulheres em Guarulhos, pela artista Anna Rigato. Além de ser lembrada em circuitos políticos de mulheres e do feminismo. Na UNILAB - CE, Lélia é lembrada através do Projeto de Pesquisa e Extensão coordenado pela professora Jaqueline Costa³⁷, chamado *Lélia Gonzalez, presente!* que teve início em 2022. Esse projeto é gratuito, distribuído em 13 encontros, entre os meses de abril a dezembro, com reuniões mensais ou quinzenais, aos sábados pela manhã, de 9h às 12h, (horário de Brasília), online, pela plataforma Zoom. Os encontros são Ciclos de Diálogos de Afetos e Escuta Afetiva que tem como objetivo o estudo e diálogo da produção de intelectuais negras. As formações são mediadas por mulheres negras, em sua maioria professoras universitárias, mestrandas, doutorandas, mulheres quilombolas, de axé, professoras da rede, lideranças sindicais e pesquisadoras da temática.

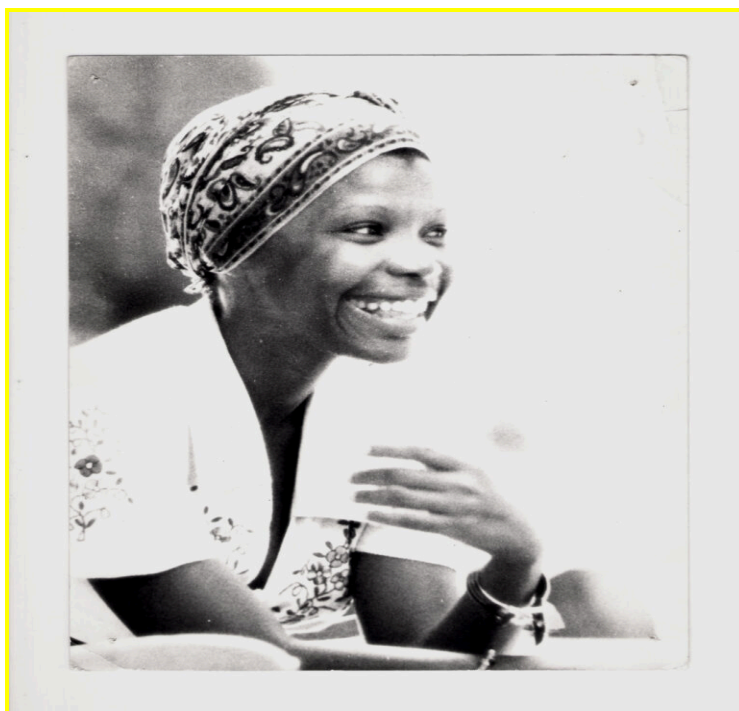
A segunda intelectual acadêmica do século XX é Beatriz Nascimento. Nascida em Aracaju, Sergipe (1942-1995). Historiadora, professora, ativista e roteirista, considerada uma das principais intelectuais negras do país, dedicou-se a resgatar a história do negro no Brasil e dos Quilombos, com produção acadêmica intensa entre 1974 e 1994, partir de suas pesquisas foi produzido o documentário *Ôrí*, o qual falaremos mais adiante.

Beatriz inicia seu protagonismo ainda no período universitário, mais precisamente a partir de 1968, quando entra para o curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo marcada pelos acontecimentos revolucionários que o mundo e o Brasil viviam naquele momento, principalmente o Movimento Negro, onde irá, junto a Lélia Gonzalez e outros protagonistas, fazer história.

³⁷ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta III da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab/Ceará). Instituto de Humanidades, ligada ao curso de Pedagogia e curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Profa. Permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Unilab. Coordeno o Projeto de Extensão e Pesquisa Rede de Estudos e Formação Coletivo Lélia Gonzalez, Presente! Formação Interdisciplinar, Intelectual e Político sobre o Pensamento Feminista Negro, Conhecimento e Empoderamento de Mulheres Negras (Unilab-Ce). Líder do Grupo de Pesquisa: Lélia Gonzalez, Presente! Rede de Estudos e Formação sobre o Pensamento Feminista Negro, Interseccionalidades, Trajetórias e Escrevivências. Dedico-me em estudar trajetórias de vida e educacional de estudantes negras (os), Desigualdades raciais, Racialização da experiência, Racismo, Ações Afirmativas, Educação e Literatura Negra, Escrevivência, Intelectuais Negras e o Pensamento Feminista Negro. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3988962683769172>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Nesse período, com forte efervescência de movimentos estudantis e de questões raciais, Beatriz se juntou a um grupo de estudantes. Normalmente os encontros eram realizados aos sábados e o objetivo era debater sobre questões raciais. Nesse contexto, surgem grupos e instituições como: Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), a Sociedade Brasil-África (Sinba) e o Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar) na UFF.

Imagem 05 – Beatriz Nascimento (1942-1995)



Fonte: <https://conexao.ufrj.br/2022/03/maria-beatriz-nascimento-mulher-negra-e-transatlantica/>

As contribuições de Beatriz Nascimento ocorrem principalmente em torno da participação dos africanos e afrodescendentes na construção da história nacional, não apenas sobre o período da escravidão, mas também as contribuições que ocorrem nos dias atuais, como sujeitos históricos. “Quando cheguei na universidade a coisa que mais chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda e para a mineração” (Nascimento, 2021, p. 8). A autora, estava, na verdade, iniciando um estudo em que o negro é construtor ativo da história do Brasil em vários sentidos. Não só como mão de obra, mas também, como protagonista, intelectual, e pesquisador, uma vez que a história do Brasil tem sido contada na maioria das vezes pelo branco, como falamos no início deste trabalho. É justamente nessa perspectiva, que Beatriz Nascimento se torna peça fundamental para esta pesquisa. Pois, além

de reivindicar um lugar epistemológico dos saberes do negro e a representatividade intelectual na academia, uma vez que o estudo sobre a África e afrodescendentes ainda se limitava ao período da escravidão, Beatriz foi uma representante de muito peso no feminismo negro e seu desdobramento interseccional – antes de o termo ser usado –, onde desde os primeiros textos, relacionava e dialogava sobre raça, sexo e classe, recebendo convites, como nos diz Ratts (2021), para participar de debates no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo – Comissão da Mulher Advogados e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Programa da Mulher Negra e do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 1986, recebeu o título de Mulher do Ano pelo Conselho Nacional da Mulher Brasileira.

Sua pesquisa sobre o povo negro inicia na metade da década de 1970 e resultou em um enorme acervo documental com inúmeras possibilidades de estudo e escrita a partir de seus registros. Para tanto, realizou, assim como Lélia Gonzalez, inúmeras viagens pelo Brasil e exterior, além de experiência em arquivos documentais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Arquivo Nacional. Foi bolsista durante especializações na Casa Léopold Senghor e também na Fundação Ford, porém, parte de sua pesquisa se deu de forma independente da academia, dando-se através de observação em campo e documentação.

Em seu artigo, *Por uma história do homem negro*, publicado na década de 1970, Beatriz inicia indagando como abordar a história do negro no Brasil, não como uma forma fragmentada, mas como um todo, uma vez que o negro é um indivíduo, um sujeito histórico. Assim, o estudo do negro, não deveria se ater apenas aos aspectos econômicos, mas também no aspecto racial. “Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos?” (Nascimento, 2021).

Por toda sua escrita, a autora questiona sobre o mito da democracia racial e sempre refletia sobre a presença do negro também na literatura. “A representação que se faz de nós na literatura, por exemplo, é a de criado doméstico, ou em relação à mulher, a de concubina no período colonial” (Nascimento, 2021, p. 41). A autora criticava nunca ter havido de fato uma tentativa séria de estudar o negro. O que nos cabe aqui refletir sobre ser de fato essa intenção, de ficar nessa superficialidade, focando no estereótipo cada vez mais forte, numa tentativa de permanecer no imaginário social a ideia que negro (a) não pensa, não é inteligente, não pode ser intelectual.

Importante saber que Beatriz, por ser uma estudiosa sobre o assunto, dialogava com a sociedade sobre as representações da figura do (a) negro (a) não só na literatura, mas também na dramaturgia e teledramaturgia. Como é o caso da crítica feita ao diretor Cacá Diegues pelo modo como abordou a personagem histórica Chica da Silva³⁸, no filme homônimo em 1976.

Portanto, Xica da Silva vem reforçar o estereótipo do negro passivo, dócil e incapaz intelectualmente, dependente do branco para pensar. Seu comportamento com o contratador é o de uma criança piegas que não atina com o que quer. A Xica da Silva da história é uma mulher prepotente e dinâmica, atenta ao seu redor, que está de acordo com sua situação da mulher em determinadas estruturas africanas e que em parte foi transferida para o Brasil (Nascimento, 2022, p. 12).

A autora deixa claro que as críticas não foram direcionadas ao trabalho e interpretação da atriz Zezé Motta, intérprete de Chica da Silva, mas, a forma que eram e ainda são elaborados os papéis do (a) negro nas representações, pois se dão de forma que estimula a narrativa do colonizador. Papéis de cunho pejorativo, em que o homem negro se apresenta como alcoólatra, a mulher negra como doméstica ou prostituta, constituíam uma forma de uso da imagem dos sujeitos como representações “fieis” da sociedade, logo, fortalecendo a ideologia “democrática”, ficando no imaginário social, que quando pensa um (a) protagonista de telenovela ou cinema, não se vê o (a) negro (a) representado.

Considerando que da época em que Beatriz Nascimento escreveu essa crítica (1976), para os dias atuais, muito tem mudado, atualmente é possível ver negros protagonizando novela em rede nacional, mas cabe destacar, que só se tornou possível por que homens e mulheres negras como Beatriz Nascimento, não se calaram, e que muito ainda precisa mudar.

Em seu artigo, *A mulher negra no mercado de trabalho*, publicado no jornal *Última Hora* em julho de 1976, Beatriz faz um breve resumo histórico da sociedade brasileira e tece duras críticas por ser uma sociedade extremamente hierarquizada e patriarcal em sua estrutura. Nessa conjuntura social, a mulher negra foi e tem sido a base da exploração dentro e fora da casa grande. Mesmo com o processo de transformação social, política e econômica, os papéis que foram atribuídos à mulher negra, não mudaram muito, ficando uma herança escravocrata, uma espécie de continuidade das opressões, como sendo algo natural, na maioria das vezes sendo recrutada apenas para cargos menos remunerados, pois, apesar de ser uma

³⁸ Francisca da Silva Oliveira, conhecida como Chica da Silva, foi uma mulher negra que nasceu escravizada, sob as leis da Colônia do Brasil do Reino de Portugal (...) Francisca foi tornada propriedade de João Fernandes de Oliveira quando tinha 22 anos, com quem teve um relacionamento duradouro. Logo em sequência, tornou-se oficialmente cidadã livre. O relacionamento de Francisca e João se tornou publicamente uma relação de concubinato. O casal teve 13 filhos, sendo nove mulheres e quatro homens. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/chica-da-silva-1732-1796/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

sociedade machista, quando a mulher branca passou a ingressar no mercado de trabalho, devido a todo um contexto econômico interno e externo, a mulher negra continuou em desvantagens, principalmente pelas condições educacionais desfavoráveis, pois não podemos esquecer que uma sociedade racista e machista, faz parte de uma lógica hierárquica e capitalista,

A pesquisa que Beatriz mais se dedicou foi ao estudo sobre os Quilombos. Realizando estudo antropológico sobre sua formação, ligação e relação com a África e com os terreiros, bem como o papel da mulher nos quilombos brasileiros. A autora define Quilombo em seu contexto histórico, como um sistema social alternativo e trabalha na perspectiva de uma continuidade dos quilombos como forma de resistência organizada e sua importância para os grupos negros contemporâneos como um símbolo de caráter libertário desse povo (Nascimento, 2021). Contudo, a pesquisadora analisa e critica como que, didaticamente, na historiografia oficial, foram construídos os conceitos preconceituosos, estereotipados e depreciativos de quilombos a partir de falta de estudo aprofundado, representando os quilombolas como seres primitivos incapazes de se organizarem de forma política. Numa citação de Vicente Tapajós, a autora escreve,

Os escravos rebeldes que não queriam aceitar a escravidão fugiam para a mata virgem, nela acabavam formando aldeias do tipo que haviam deixado na África, escolhiam chefes e “viviam mais ou menos à moda primitiva”. Estes aldeamentos(...), no século XVII, chamavam-se de quilombos (Tapajós, 1970 apud Nascimento, 2021, p. 110).

No entanto, a autora elucida que os negros que formavam os quilombos eram procedentes de várias etnias, inclusive muitos já nascidos no Brasil, o que fazia com que não tivessem tanto essa noção de aldeias africanas, bem como com o passar do tempo, as estruturas dessas organizações foram mudando. Essas informações são encontradas no texto sobre seu projeto de pesquisa intitulado *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas*, desenvolvido entre 1978 e 1981. Importante observar que dada as temporalidades, a autora faz uma relação de continuidade na vida das populações negras em que compara quilombo com as favelas pensando as suas complexidades e resistências.

Em seu texto, *Quilombos: Mudança social ou conservadorismo?*, a pesquisadora propõe uma perspectiva, diga-se, de uma epistemologia³⁹ decolonial (termo que será explicado posteriormente) de estudo e escrita da história do negro, em que os conceitos relativos ao negro e sua cultura, devem ser reexaminados não sob o ponto de vista da ideologia dominante, mas sim, à luz dos próprios descendentes, na tentativa de erradicar ou diminuir os preconceitos, buscando dessa forma, uma história do Brasil mais fiel, uma vez que o negro assuma posições de intelectualidade e ocupe espaços até então ocupados pelo dominador e colonizador.

Nesse texto a autora faz análise das fases que se davam do período de formação de um quilombo às suas transformações, passando da fase de maturação à complexidade da organização a partir do comportamento individual e coletivo do grupo, em meio ao contexto e contato com a sociedade vigente, considerando também a marginalização desse povo por parte da sociedade constituída e dominante. O que levaria a constituição mais à frente, da relação de quilombola e banditismo pela visão do branco.

A pesquisa de Beatriz Nascimento sobre quilombos, serviu de embasamento teórico para o documentário *Ôrí*⁴⁰ (“cabeça” na língua africana yorubá), de Raquel Gerber, lançado em 1989. O documentário tem duração de 1h:33min e tem narração da própria Beatriz, onde ela inicia,

A terra é circular. O sol é um disco! Onde está a dialética? No mar. Atlântico-mãe! Como eles puderam partir daqui a um mundo desconhecido? Aí eu chorei de amor pelos navegadores, meus pais. Corei por tê-los odiado, chorei por ainda ter mágoa dessa História. Mas chorei fundamentalmente diante da poesia do encontro do Tejo com o Atlântico. Da poesia da partida para a conquista. Eles o fizeram por medo também e talvez tenham chorado diante de todas as belezas além do mar Atlântico. Oh paz infinita podeis fazer eles de ligação numa história fragmentada. África e América e novamente Europa e África. Angola, Jagas e os povos de Benin de onde vem minha mãe. Eu sou Atlântica!

A autora, através do poema, fala do encontro e da diáspora. Em poucas palavras, deixa o leitor perceber o misto de emoções e sensações das diversas nações africanas que cruzaram o Atlântico, num caminho sem volta. Fala das novas experiências desses sujeitos. Experiências do sofrer, da perda da imagem, do real e do subjetivo, através do exílio. Esse poema inspirou o antropólogo Alex Ratts a escrever a obra *Eu sou Atlântica*, em 2006. Na

³⁹ Segundo Boaventura Sousa, Epistemologia é toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais (Santos, 2009, p. 9).

⁴⁰ Documentário Ôrí. Visto em: <https://drive.google.com/file/d/1PBQutmbgkx63IUUD8qOgIM2wKVId4n/view>. Acesso em: 09 jun. 2025.

obra, Ratts reuniu e sistematizou muitas das escritas de Beatriz Nascimento e sua pesquisa, num resgate das contribuições que Beatriz deixou sobre os povos negros da diáspora e seus descendentes que ainda hoje resistem às tentativas de visibilizá-los e silenciá-los.

A próxima intelectual é Cida Bento. Ativista, professora com doutorado em psicologia, Co Fundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, uma das mais relevantes intelectuais e ativistas do Movimento Negro Contemporâneo. A autora teve sua tese de doutorado intitulada " *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*" de 2002, transformada em livro com o título de *O pacto da branquitude* (2022). É autora de outras obras como: *Cidadania em preto e branco* (1999), *Inclusão no trabalho e perspectivas* (2001), *Ação afirmativa e diversidades* (2000).

Imagem 06 – Cida Bento (1952 - atualmente)



Fonte:

<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/em-evento-em-sp-cida-bento-debate-legado-do-movimento-negro-na-democratizacao-do-brasil/>

Em sua obra mais conhecida, *O pacto da Branquitude*, de 2022, Cida dialoga com o/a leitor/a sobre as relações étnico-raciais no Brasil, a partir de uma perspectiva de mulher negra que sofreu e sofre com o racismo estrutural. O livro é dividido em dez textos que trabalham

essas questões. Primeiramente, gostaria de falar sobre os dois termos que compõem o título da obra. O primeiro termo, “pacto”, de acordo com o dicionário online, significa: ajuste, contrato, convenção entre duas ou mais pessoas. Mas nesse caso, se caracteriza como uma aliança repressiva e excludente. Já “Branquitude”, é necessário buscar refletir sobre o que a literatura traz. Segundo Lourenço Cardoso (2010), esse termo já é usado desde os anos 1990 nos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil. No entanto, W. E. B. Du Bois⁴¹ talvez seja o precursor em teorizar sobre a identidade racial branca, ou seja, falar de branquitude é falar de como o homem branco se percebe diante de outros povos (racializados por ele) e como ele constrói, aprimora e se apropria de mecanismos que o coloque sempre em situação de poder e destaque, ou seja, situação de privilégios. Sobre o título e a problemática, Cida diz: “É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse” (Bento, 2022, p. 18).

O que impulsionou Cida Bento a pesquisar sobre a branquitude e seus privilégios, foram suas experiências enquanto recrutadora de pessoal, onde podem vivenciar inúmeros casos de racismo institucional. Em que as pessoas negras solicitadas e contratadas pelas empresas, na grande maioria das vezes, eram para realizar trabalhos menos remunerados ou relegados a ficarem nos bastidores. Os (as) brancos (as) deveriam ser o cartão de visita das empresas.

Em seu capítulo, intitulado *Pacto narcísico*, a autora nos mostra que essa situação não acontece isolada numa sociedade racista como a brasileira. Faz parte de um conjunto de ações, teorias, opressões e subjetividades que são bem pensadas, uma estrutura bem montada. Arelado a esse conjunto estrutural, é disseminado por vários mecanismos, o discurso da meritocracia, o que na verdade é uma violência simbólica a qual tem mantido o negro sempre em situação de inferioridade frente aos privilégios dos brancos, seja em instituições públicas ou privadas, de viés partidário de direita ou de esquerda. O que nos faz lembrar a fala de Sueli Carneiro (2000) “Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta”⁴².

⁴¹ Sociólogo, historiador e ativista William Edward Burghardt Du Bois, nasceu em 23 de fevereiro de 1868, no estado de Massachusetts (EUA), foi, ao longo da primeira metade do século XX, um dos principais nomes da luta pela justiça social e contra o racismo e é, até hoje, celebrado como o pai do movimento de tomada de consciência pelo povo negro da constante violência e violação de direitos a que era submetida. Visto em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-du-bois>. Acesso em: 09 jun. 2025.

⁴² Site O Tempo. Fala de Sueli Carneiro. Visto em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/fatima-oliveira/recadim-eu-entre-esquerda-e-direita-continuo-sendo-preta-l-765100>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Como meritocracia, entende-se em sua explicação mais simplista, que os indivíduos obtêm êxitos nas mais variadas áreas, por seus próprios méritos. Porém, deixamos claro aqui, que para que isso aconteça, é necessário que todos os sujeitos envolvidos estejam em condições de igualdade. O que, visivelmente, não acontece entre o branco e os negros e seus respectivos descendentes, pois historicamente, um desses grupos, (o branco) vem se beneficiando do sistema escravocrata e suas cruéis consequências, contribuindo assim para a “supremacia branca”.

A obra de Cida Bento dialoga muito com esta pesquisa. Em seu texto, *Racismo Institucional*⁴³, a autora mostra como as desigualdades de raça e gênero são engendradas no interior de instituições. E cabe aqui refletirmos sobre atuação das editoras como propagadoras desse racismo, uma vez que como instituições, elas mantiveram e ainda mantêm esses discursos meritocráticos, mesmo que velados, para negligenciar o acesso de mulheres negras a esses espaços. Cabe aqui lembrarmos que como bem a fala de Cardoso (2010), sobre a branquitude não ser homogênea e se caracterizando de duas formas, a branquitude crítica e branquitude acrítica,

Lembrando que a branquitude crítica seria aquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprovam publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva a branquitude acrítica seria a identidade branca individual ou coletiva que argumenta em prol da superioridade racial (Cardoso, 2010, p. 16-17).

Essa fala de Lourenço Cardoso corrobora com Djamila Ribeiro (2019) quando diz que o branco deve reconhecer seus privilégios e também na perspectiva de conhecer seu lugar de fala, pois o papel desse sujeito branco que tem essa consciência é de extrema importância para diminuição do racismo e favorecimento de novos caminhos para as relações étnico-raciais. Um dos caminhos citados por Djamila é a pessoa branca que ocupa lugares de poder, criar estratégias que possibilitem a reflexão sobre o racismo, crie mecanismos de ações afirmativas que visem o acesso, permanência, promoção e visibilidade de funcionários negros, sempre relegados às funções de baixa remuneração. Sobre essa tomada de consciência, recentemente, uma empresa de grande porte, liderada por uma mulher⁴⁴, que após ler o livro de Djamila,

⁴³ Cida Bento (2022).

⁴⁴ Os dois links abaixo referem-se à matérias sobre TRAINEE, Programa criado pela empresa Magazine Luiza. Visto em: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download.aspx?Arquivo=MQIFpHE6v0pa1c+RcgMp6A==>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Visto em: https://www.geledes.org.br/acoes-como-o-programa-de-trainees-do-magalu-apanas-para-negros-devem-ganhar-forca-no-pais/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iBnmD94Ncr_4LhA0A78

Pequeno Manual Antirracista (2019), criou esse mecanismo (vagas apenas para *trainees*⁴⁵ negros), em plena Pandemia de Covid-19, porém, além de ser acusada de praticar o “racismo reverso”⁴⁶, também sofreu sanções no Mercado de Ações da Bolsa de Valores, como punição por estar burlando o “pacto da branquitude”.

Cida Bento, como já foi citado anteriormente, é uma das fundadoras do Ceert, que aconteceu em 1990, mas as discussões já vinham desde o final dos anos 1980. É uma organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. Importante lembrar que em períodos anteriores, parte da sociedade brasileira lutava por direitos sociais, humanos e políticos, e via, nesse período, muitas de suas conquistas legais serem apresentadas à nação através da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Porém, como Cida Bento fala, os trabalhadores brasileiros continuavam sendo representados por lideranças brancas, mais precisamente homens brancos, sendo necessário para a implementação dessa organização, realizar debates com lideranças sindicais e trabalhadores. Importante destacar a impressão que a autora tinha sobre a noção de “ser”, que o homem branco apresentava durante esses encontros,

As negras frequentemente reconheciam que havia uma diferença no tratamento que a sociedade lhes dispensava, mas as brancas respondiam: “Ser branca significa ser uma pessoa como outra qualquer! Significa ser humano”. Pelas respostas era possível perceber que as brancas não se pensavam como brancas, mas como um ser universal (Bento, 2021, p. 91).

É com essa percepção de igualdade de raça e gênero que Cida Bento, junto a outros integrantes, trabalham nessa organização em defesa da população negra, investindo na produção de conhecimento e pensando numa sociedade mais justa e menos racista.

[39eOA&gclid=CjwKCAjwr5_CBhBIEiwAzfwYuPVaT8TybnLFa2M1009rr-2Pogkm3t8mG5M3BqnYKsjpw5AQdNfETRoC7aMQAvD_BwE](https://www.google.com/search?q=trainee&sca_esv=02a881f72cac3b2d&sxsrf=AE3TifOYZbTFgUnkr8N8ZbrEahmKRqzXOg%3A1749588756604&source). Acesso em: 10 jun. 2025.

⁴⁵ Em Portugal, “trainee” refere-se a um programa de formação profissional em empresas, geralmente para jovens recém-formados ou em fase final de formação superior, que visa desenvolver as suas competências e experiência profissional. É um tipo de contrato de trabalho temporário, mais focado no aprendizado, em que o profissional é treinado e orientado por mentores e responsáveis da empresa. Visto em: https://www.google.com/search?q=trainee&sca_esv=02a881f72cac3b2d&sxsrf=AE3TifOYZbTFgUnkr8N8ZbrEahmKRqzXOg%3A1749588756604&source. Acesso em: 10 jun. 2025.

⁴⁶ Segundo Silvio Almeida, o racismo é processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. Por isso, é absolutamente sem sentido a ideia de racismo reverso. O racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias (Almeida, 2019, p. 35).

Por fim, cabe nos atentarmos para a importância do significado simbólico, cultural e intelectual para a população negra e mais exclusivamente para as mulheres negras, o fato de Lélia, Beatriz, Cida, dentre outras, ocuparem espaços de universidades, realizarem pesquisas, dialogarem e confrontarem os costumes e os saberes instituídos na academia, relacionando com seus engajamentos nos movimentos sociais há mais de cinco décadas. Considerando que, com suas pesquisas, nos entregaram um acervo de valor inestimável, contribuindo para uma nova forma de contar a história do (a) negro (a) brasileiro (a) a partir de um outro olhar, saindo do viés de uma história única, como diz Chimamanda Ngozi Adichie (2009).

O protagonismo dessas intelectuais nos movimentos e na academia foi muito importante para que novas escritoras fossem surgindo e se destacando, cada uma à sua forma. Por isso, no próximo tópico, iremos conhecer quatro escritoras negras que, na atualidade, se destacam e desenvolvem trabalhos importantes na academia, e que também dialogam com o contexto atual de transformações rápidas em vários setores, principalmente o tecnológico.

3.3 INTELECTUAIS NEGRAS ACADÊMICAS NO SÉCULO XXI

A primeira intelectual negra contemporânea que estudaremos é Nilma Lino Gomes. Graduada em Pedagogia e mestra em Educação pela UFMG, doutora em Antropologia Social pela USP. Atuou nas áreas de Educação e Antropologia Urbana, de onde propiciou a realização de pesquisas de relevo em tópicos como organização escolar, formação de professores para a diversidade étnico-racial, movimentos sociais e educação, relações raciais, diversidade cultural e gênero. Em 2002, fundou o Observatório Juventude da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Em 2013 foi nomeada reitora da UNILAB, em Redenção, no Ceará. Entre 2013 e 2014, integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, quando emitiu um parecer sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, argumentando que a obra apresenta os sujeitos negros e o universo africano de forma estereotipada, contribuindo dessa forma para naturalizar o racismo no Brasil. Em 2015, assumiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, onde permaneceu até 2016. Foi Ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. Algumas de suas publicações são: *Mulher negra que vi de preto* (1995), *Sem perder a raiz* (2006), *O Movimento Negro educador* (2017), *Infâncias negras: Vivências e lutas por uma vida justa* (2023), dentre outros. Possui coautoria com outros autores e autoras, dentre eles (as) Lília M. Schwarcz e Marlene de Araújo.

Imagem 07 – Nilma Lino Gomes (1961 - atualmente)



Fonte: <https://revistaeducacao.com.br/2023/04/03/nilma-lino-gomes/>

Nilma conseguiu chegar ao posto de maior representatividade intelectual e acadêmica, que foi ser reitora de uma universidade, o que tem um significado real, material e simbólico para a população negra, principalmente a feminina, pois estamos falando até aqui da histórica exclusão do (a) negro (a) na academia, em locais estratégicos e de poder. Importante nos atentar para o fato do período histórico vivido por Nilma e outras escritoras negras atuais, pois nos últimos anos, mais precisamente de 2003 a 2025 (deixo claro que com algumas interrupções e tentativas de volta à Ditadura), tivemos governos um pouco mais atentos às questões sociais, com criação de secretarias mais voltadas aos direitos humanos e mais atentos à questão racial, como foram os governos Lula e Dilma Rousseff. Importante lembrar que as conquistas mais atuais sobre as relações étnico-raciais estão diretamente ligadas à Durban, evento já falado anteriormente e a chegada desse grupo ao poder.

A escrita de Nilma Lino, é muito voltada para educação, na perspectiva das relações étnico-raciais. Sua obra mais conhecida é *O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*, de 2017. Nesse livro, Lino discorre sobre a importância que o Movimento Negro teve em relação à inclusão da temática do negro na educação, principalmente em âmbito institucional e legal, mas também nas questões sociais. A autora fala de um movimento engajado na produção do conhecimento e dos saberes e a importância

dos intelectuais negros engajados nessa luta. Mas fala também da responsabilidade do Movimento Negro na questão da identidade do negro, considerando todo um processo de valorização da estética como o corpo, cabelo crespo e do uso das cores da África para a representatividade, pois de acordo com Gomes, o Movimento Negro traz a característica política para as lutas que já vinham há muito tempo: “No caso do Brasil, o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explica como ela opera na construção de identidades étnico-raciais” Lino (2019, p. 21). Essa fala de Nilma Lino, nos remete ao que já falamos anteriormente, que o termo raça usado hoje, tem novo significado daquele quando foi cunhado pelos brancos eugenistas, na tentativa de inferiorizar e subjugar um grupo.

Como um instrumento pedagógico social diverso, a autora nos lembra das ações do Movimento Negro como agente integrador, quando a Imprensa Negra e do TEN, (como também citamos anteriormente) usava ações integradoras ao alfabetizar seus integrantes da imprensa e do teatro. Também nos elucida das ações mais politizadas e visando um maior alcance, como o caso do Jornal *Quilombo*, que era a voz do Teatro Experimental do Negro em que suas edições seriam mais tarde a base para Abdias Nascimento publicar uma de suas mais importantes obras *O Quilombismo* e reivindicava, mudanças no currículo educacional e no ensino, onde deveria ser gratuito para todas as crianças brasileiras, e a entrada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário, o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino e com a devida incubência de esclarecer uma imagem positiva do negro ao longo da história.

Nessa obra, Nascimento apresenta as propostas que foram apresentadas no Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac) realizado em Lagos, Nigéria, em 1977, das quais, destaco aqui três:

4. inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior;
5. tome medidas ativas para promover o ensino e o uso prático de línguas africanas, especialmente as línguas Ki-suaíli e ioruba. O mesmo em relação aos sistemas religiosos africanos e seus fundamentos artísticos, que o dito governo promova válidos programas de intercâmbio cultural as nações africanas;
6. estude formule compensações aos afro-brasileiros pelos séculos de escravidão criminosa e decênios de discriminação racial depois da abolição; para esse fim, deverá drenar recursos financeiros e outros(...) (Nascimento, 2019, p. 302).

O que vemos acima, na fala de Abdias Nascimento, se não as recentes conquistas, como a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB de 1996, através

da Lei 10.639/2003, já citado anteriormente, da construção da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB⁴⁷, e implementação da Ações Afirmativas através das Cotas, sendo reivindicadas pelo Movimento Negro na década de 1970? O que nos faz concordar com Nilma Lino Gomes, ao dizer que o Movimento Negro é educador com intenções emancipatórias quanto as opressões sociais, ou seja, muitas dessas conquistas não seriam possíveis se grupos de pessoas negras não resistissem a exclusão e opressão através de várias formas e não tivessem se organizado, lidando com as consequências, cada uma em sua época, e conquistando um lugar afirmativo na sociedade.

Na obra mais direcionada à Educação Infantil, intitulada *Infâncias Negras: Vivências e lutas por uma vida justa* (2023), que organizou junto a Marlene de Araújo, também na perspectiva de produção de conhecimento sobre a temática, Nilma dialoga com vários textos acadêmicos, elaborados a partir de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, da FAE/UFMG, que tiveram em suas pesquisas a vida e infâncias de crianças negras no Brasil, mais especificamente, as residentes em Minas Gerais. A maioria dos pesquisadores escolhidos para a obra são negros, os quais se lembram a partir dos estudos e vivências das crianças pesquisadas, suas próprias infâncias marcadas pelo racismo.

Nilma Lino Gomes é autora de inúmeras outras obras e textos sempre na perspectiva de uma educação pautada na emancipação e descolonização do currículo e do saber, como: *Cultura negra e educação* pela Revista Brasileira de Educação de 2003, *Relações étnico-raciais, educação e descolonização do currículo*, pelo Currículo sem Fronteiras de 2012, *Movimento Negro e Educação: Resinificando e politizando a raça*, também de 2012, publicado na Educ. Soc., Campinas, e *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas*, publicado na RBPAE em 2011, dentre outros.

Outra intelectual que merece destaque é Wlamyra Albuquerque. Historiadora e professora universitária, mestre em História pela UFBA, doutora em História Social e da Cultura pela UNICAMP. É professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, Realizou Pós-doc no *Latin American Studie/Harvard* em 2015, desenvolve e orienta pesquisas sobre emancipação, abolição e racialização. Autora das obras: *Algararra nas ruas* (1999), *O jogo da*

⁴⁷ Em outubro de 2008, criou-se a Comissão da Implementação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) que, ao longo de dois anos, desenvolveu uma série de atividades relacionadas ao planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, et. (...). Em 20 de julho de 2010, a Presidência da República sancionou a Lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Visto em: <https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

dissimulação (2009), *Uma história do negro no Brasil* (2006), *De que lado você samba?* (2021).

Imagem 08 – Wlamyra Albuquerque (?)



Fonte: <http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?entrevista=entrevista-wlamyra-ribeiro-albuquerque>

Wlamyra, junto a Walter Fraga Filho, escritor também negro, escreveram a obra *Uma história do Negro no Brasil*, em 2006. Esta obra já vem dialogando com esta pesquisa desde o capítulo anterior. Importante salientar que três anos antes, tinha sido promulgada a Lei 10.639/2003, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva - Lula, que como já foi falado anteriormente, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nas unidades de ensino. Com isso, houve a necessidade de produzir material para as diversas estampas de ensino sobre a temática, que até então era inexistente. Lembrando que não por falta de pesquisas, pois como já citamos, escritores e escritoras negras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento já pesquisavam sobre o negro, porém, eram excluídos (as) e desvalorizados na academia.

A obra que Wlamyra nos apresenta, foi pensada para estudantes do Ensino Médio, por isso, um cuidado com a adaptação das temáticas e linguagem para a faixa etária. Mas se configura como uma ótima fonte para o professor do Ensino Fundamental. É de uma qualidade e importância imprescindível para o estudo sobre o negro no Brasil. São 11 capítulos que passam pela História da África e da escravidão à vida contemporânea da população negra em nossa sociedade. Uma vez que lembremos que na maioria dos livros didáticos, constavam a presença do negro no Brasil Colonial como escravizado, no Brasil Imperial na economia cafeeira e no processo de abolição, porém, ao chegar ao Brasil

República, o negro “desaparecia” da história brasileira. Não era inserido como cidadão que participava ativamente da economia, política, arte e cultura nacional. Logo, esse livro é apresentado nessa perspectiva do negro em todos os âmbitos sociais, considerando sua importância e contribuição na construção da nação, bem como merecedores de serem incluídos como seres de direitos como nos dizem os autores “o nosso principal objetivo é colaborar para que os negros sejam reconhecidos como grandes atores da história deste país” (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Em cada capítulo, a autora apresenta a história através da visão do negro, uma vez, que como já falamos anteriormente, a história do Brasil vem sendo contada pela visão do homem branco, logo, uma história contada pelo colonizador sobre os povos colonizados. Na perspectiva do colonizado, contamos uma história de resistência e de protagonismo, não uma história estereotipada, com preconceitos e benefícios dados (cedidos), mas conquistados, revelando que a história do negro não surge com a escravidão. Os povos negros não eram folhas em branco, esperando a ação de outro povo (diga-se perverso), para escrever sua história. Nem tão pouco, era um grupo homogêneo, com as mesmas características e o mesmo modo de fazer cultura. Cada povo tinha uma história, um fazer história diferente. Ao abordar essa temática a autora elucida ao leitor, a diversidade étnica entre os povos que foram escravizados. Bem como apresenta as diferenças entre os tipos de escravidão existente. O que informa ao leitor desavisado sobre a crueldade que foi a escravidão moderna, uma vez que difere de todas as outras formas de escravidão na idade antiga e as existentes no próprio Continente Africano antes da chegada do invasor. Uma vez que a escravidão moderna apresentava interesses compulsórios mercantilistas, pré-capitalista e o teor racista da ação.

Toda a obra é de uma importância indescritível, mas trago destaque os capítulos que trazem o negro na contemporaneidade, pois dialogam mais diretamente com o tema desta pesquisa, pois, falar de escritoras negras, é falar desse grupo como autores e protagonistas, considerando a histórica tentativa de calar suas vozes e impedir suas escritas ainda em pleno século XXI. Dito isto, os capítulos que vão do VIII ao XI, trazem o negro na contemporaneidade, desde as *Lutas sociais nas primeiras décadas do século XX; Cultura negra e cultura nacional: samba, carnaval, capoeira e candomblé; Desigualdades raciais e luta antirracista* e *O Movimento Negro no Brasil contemporâneo*.

Esses últimos capítulos do livro apresentam o negro como sujeito de sua história, lutando e resistindo em seu dia a dia, contra as opressões impostas desde a escravização, sejam elas físicas, explícitas, simbólicas e subjetivas. Os autores nos apresentam os vários

mecanismos de resistência, frente às variadas formas de opressão. Passando pelas teorias raciais que foram uma tentativa, uma vez que a abolição iria acontecer, de continuar de forma subjetiva, a inferiorizar, animalizar, sexualizar e objetivar o (a) sujeito (a) negro (a), com suas variadas pseudociências às organizações que surgiram do final do século XIX ao Movimento mais organizado e seus protagonismos.

Outra obra da autora que merece destaque é *O jogo da dissimulação* (2009). É uma obra em que a autora, se mostra sensível à situação dos negros em meados do século XIX. Apresenta a através de pesquisas em documentos oficiais, o lento processo da abolição a partir de alguns episódios que ocorreram na Bahia sem conexão entre si, mas que explicam e contam muito bem como se davam as relações raciais nesse período. Principalmente quando se trata de uma sociedade rigidamente hierarquizada, desigual, religiosa, patriarcal e escravista. Vale lembrar que nesse período, as discussões em torno da abolição estavam acirradas, principalmente após o fim do Tráfico legal pressionado pela Inglaterra e algumas leis internas, que já se inclinavam à uma abolição, ainda que tardia. O título da obra está diretamente ligado às manobras que o governo brasileiro realizava na tentativa de retardar a abolição “dissimulação e sabotagem, como adjetivou Ubiratan Castro, foram as políticas brasileiras frente à coação dos ingleses” (Albuquerque, 2009, p. 45).

A obra de Wlamyra está dividida em quatro capítulos. O primeiro é intitulado “Cônsoles, doutores e os “*súditos de cor preta*” e relata a história de um grupo composto por dezesseis africanos que já tinham sido escravizados e libertos e retornam ao Brasil em 1877.

No segundo capítulo “*Não há mais escravos, os tempos são outros: abolição e hierarquias raciais no Brasil*”, a autora discute mais precisamente sobre como se deu a abolição na Bahia, contando como foram os momentos eufóricos desse processo antes do 13 de maio, com festejos inclusive em 1884, após o anúncio da libertação dos escravizados aqui no Ceará. No terceiro capítulo “*Divergências políticas, diferenças raciais: Rui Barbosa e a guarda Negra*”, a autora já faz uma análise de episódios que ocorreram entre os últimos meses pós abolição e monarquia e os primeiros da República, em que a autora apresenta um conflito que ficou conhecido como: O massacre do Taboão,

O “massacre do Taboão”, na verdade, tratou-se de um confronto no qual, sob paus e pedras, disputava-se o rumo político que o Brasil deveria assumir no pós-emancipação. O “massacre” inflamou os ânimos; revelou antagonismos políticos, interpretados na época como evidências de diferenças sócio-raciais (Albuquerque, 2009, p. 42).

O incidente acima, foi protagonizado por uma comitiva republicana do Rio de Janeiro, liderada por Silva Jardim e a Guarda Negra na Bahia, em 1889 e mostra as tensões e conflitos políticos e também raciais nesses períodos de mudanças. No quarto e último capítulo, a autora discursa sobre as várias versões da África representadas na Bahia pelos negros, através principalmente de blocos carnavalescos. Segundo a autora, ela tentou realizar uma espécie de mosaico, com informações de uma sociedade imersa em crise, marcada por conflitos e contradições (Albuquerque, 2009).

Para a autora, a proposta da obra é clara: “convencer o leitor que o processo emancipatório no Brasil foi marcado por profunda racialização das relações sociais”, principalmente pela construção, como já mencionamos das tentativas de criação ou aprimoramento de mecanismos mantenedores das hierarquias e privilégios do branco. Não podemos deixar de ratificar que o processo de branqueamento da população estava ligado a esse jogo complexo e estruturante dos privilégios. Inevitavelmente, no Pós Abolição, a população negra iria transitar na sociedade como um “cidadão”, ao menos era para ter sido. Podemos pensar que uma dessas jogadas, que dialoga diretamente com a intenção da obra de Wlamyra, foi a política do branqueamento atrelada à Lei de Terras de 1850. Uma vez que a referida Lei proibía a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra, sendo que nem os indígenas, nem os escravizados e forros teriam condições de realizarem essa aquisição, enquanto que ao mesmo tempo, pactuava com os governos italianos e alemães, o colonato, permitindo assim, europeus fugidos das guerras, adquirirem terras ao invés dos negros. Outro meio de dissimular e adiar a abolição foi a intensificação do tráfico interno entre as províncias brasileiras.

Outra intelectual contemporânea com muito respaldo e “obrigatória” sua leitura é Djamila Ribeiro. Filósofa, escritora e professora paulista, de 44 anos. Vencedora do Prêmio Jabuti em 2020, pelo livro *O pequeno manual Antirracista* (2019), na categoria Ciências Humanas. É autora também de *Lugar de fala* (2019), *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) e *Cartas para minha avó* (2021). É colunista da Folha de São Paulo, coordenadora da Plataforma online Feminismos Plurais e do Selo Editorial Sueli Carneiro. O Selo foi criado para homenagear a também autora, ativista e filósofa Sueli Carneiro e tem como objetivo, divulgar e destacar escritores negros, em particular mulheres negras e quilombolas, reconhecendo e valorizando essas intelectuais. Já a Plataforma Feminismos Plurais, pertence ao Selo e tem o objetivo e responsabilidade de divulgar a baixo custo, obras dessas autoras, no qual, *Lugar de Fala* (2019), da própria Djamila foi a primeira obra publicada pela coleção.

Djamila é professora universitária com passagens por diversas instituições, como pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela *New York University*. Desde 2022, é imortal da Cadeira nº 28 da Academia Paulista de Letras e é conselheira da Fundação Padre Anchieta, da Pinacoteca de São Paulo e do Fundo Patrimonial da USP. Foi laureada pelo Prêmio Prince Claus, de 2019, concedido pelo Reino dos Países Baixos e considerada pela BBC como uma das 100 mulheres mais influentes do mundo. A autora, até 2021 já tinha vendido mais de 500 mil livros.

Em seu livro, *Lugar de fala* (2019), Djamila inicia fazendo um aparato histórico da luta das mulheres negras por seu lugar na sociedade, em que vêm historicamente lutando em duas ou mais frentes de preconceito e discriminação. O livro dialoga muito com esta pesquisa, pois ao trazer abordagens teórico-metodológicas decolonial do feminismo negro, reflete justamente sobre os preconceitos cruzados que essas mulheres negras sofrem e que já vimos discutindo até agora. O termo decolonial significa ir contrário aos padrões que ainda remetem ao colonialismo europeu, como elucida Quijano,

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 126).

Imagem 09 – Djamila Ribeiro (1980 - atualmente)



Fonte: <https://blog.etiquetaunica.com.br/especial-semana-da-mulher-tudo-sobre-djamila-ribeiro/>

Djamila apresenta um debate sobre essa questão, discutindo com autoras do feminismo negro, como Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Linda Alcoff e Gayatri Spivak, dentre outras. Uma parte muito interessante é quando ela traz o discurso de Sojourner Truth, realizado em 1851, ao questionar, na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA os discursos dos homens brancos sobre como eles percebiam as mulheres (brancas),

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? (Truth, 1851 apud Ribeiro, 2017, p. 13).

Sojourner foi uma intelectual e ativista dos direitos da mulher norte-americana, nascida em um cativeiro em Swart Kill, em Nova York. Esse discurso de Sojourner, tornou-se referência na luta interseccional feminina, quando foi usado por bell hooks em título do seu livro *E eu não sou mulher?* (2018). A fala de Sojourner nos lembra a impactante pergunta de Sueli Carneiro, “Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou

historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, é preciso saber, de que mulher estamos falando?” (Carneiro, 2020, p. 12).

Ainda sobre em *Lugar de Fala* (2019), Djamila apresenta um capítulo intitulado “Mulher negra: o outro do outro”, no qual dialoga entre as autoras Simone de Beauvoir e Grada Kilomba, ao discutir sobre o uso dos corpos, dos saberes e opressões e o papel submisso a que as mulheres foram submetidas em várias sociedades. A partir dessa relação de opressão, a mulher passa a se perceber apenas como o outro do homem, ou seja, aquilo que o homem não é, a partir da visão de Beauvoir, que se referia a mulher branca, por isso ela seria *O outro*. Porém, Kilomba apresenta a condição de mulher negra nessa situação e por constatar que a mulher negra teria uma outra condição de submissão e subalternização, neste caso ela seria *o Outro do Outro*, pois se coloca ainda mais em condição de dificuldade. O que Grada Kilomba está falando se não o que vimos insistentemente debatendo aqui? Que na luta do feminismo não existe a universalidade dos direitos.

No capítulo, *O que é Lugar de fala?*⁴⁸, Djamila traz um debate sobre o discurso na perspectiva de Michel Foucault, como um sistema estruturante do imaginário social, pois ao se tratar da epistemologia do conhecimento feminino negro estamos falando de poder e controle, que justamente a fala e escrita dessas mulheres, quebram a regra e age insubordinadamente. Apresenta alguns conceitos de o que seria esse lugar de fala mas deixa claro que o termo tem origem imprecisa e que surge a partir das discussões sobre o *feminist stand point* – que em uma tradução literal “ponto de vista feminista” o qual os trabalhos nessa perspectivas foram trazendo novas concepções sobre o discurso e a fala dos grupos oprimidos e considerados minoritários de direitos, que seria o chamado ponto de partida e usa a explicação de Patrícia Collins “O foco do feminismo negro é salientar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe” (Collins, 1990 apud Ribeiro, 2017, p. 35). No capítulo intitulado “Todo mundo tem seu lugar de fala”, Djamila fala da confusão de ideias sobre o conceito. Com a publicação do livro, muitas pessoas que usam as redes sociais para destilar ódio se sentem cada vez mais dispostas a comentarem e emitirem suas opiniões sobre todo tipo de assunto, principalmente sem o conhecimento prévio necessário.

Milhares de pessoas (brancas) sem terem lido o livro resolveram se posicionar contrários. Djamila, passou então a receber convites para dar entrevistas em vários programas

⁴⁸ Ver Livro *Lugar de Fala* (2019).

de televisão como também a participar de vários *podcasts*. Esse último se popularizou no período da pandemia do Coronavírus em 2020. Destaco aqui, duas participações muito importantes da autora, uma em 2018 no Programa Saia Justa do GNT e a outra no programa Cortes do Flow, no Youtube em 2023. No primeiro, ela fala mais no geral, que a pessoa branca se sente como um ser universal que pode falar e emitir sua opinião sobre todos os assuntos, seja machismo, racismo, gordofobia, enfim. No último, Djamila define lugar de fala. “Então lugar de fala, significa lugar social. Que nós partimos de lugares sociais diferentes (...) as minhas experiências que vêm desse lugar que eu parto, são diferentes das suas. (...) não é o que se fala, é de onde eu falo” (Ribeiro, 2023). Interessante que os milhares de comentários são depreciativos e cheios de ódios. Deixo claro que esse canal é seguido majoritariamente por pessoas do campo da direita e extrema direita, por tanto, a maioria é radical e apresenta comportamentos racista, misóginos e elitistas. Comentam como se de fato, não estivessem dispostos ao diálogo, estão fechados em suas opiniões, mesmo a autora na entrevista lembrar que é necessário que todas as pessoas leiam, reflitam e tomem atitude sobre qualquer assunto e que é de suma importância por exemplo, que o homem se aproprie, entenda e fale de machismo. Que a pessoa branca entenda sobre racismo e reconheça seus privilégios para, a partir daí, tomar atitudes antirracistas. Porém, quem mais vai entender, é quem encontra-se no lugar social da fala. Mas é importante também o que Djamila fala no final da entrevista ao GNT “eu acho que esse ódio que tem hoje é uma resposta aos avanços que a gente teve, inclusive. É o medo da gente avançar mais” (Ribeiro, 2023).

Em seu livro, *Pequeno Manual Antirracista*, publicado pela Companhia das Letras em 2019, Djamila apresenta dez formas simples e práticas de como se tornar uma pessoa antirracista. Não pretendo aqui discorrer sobre cada um dos temas, mas são eles: *Informe-se sobre o racismo; Enxergue a negritude; Reconheça os privilégios da branquitude, Perceba o racismo internalizado em você; Apoie políticas educacionais afirmativas; Transforme seu ambiente de trabalho, Leia autores negros, Questiona a cultura que você consome, Conheça seus desejos e afetos, Combata a violência racial, e, Sejamos todos antirracistas*. Todos esses títulos e chamamentos, são necessários e urgentes na nossa sociedade. O livro tem o formato de bolso e traz uma linguagem simples e acessível, tendo conseguido atingir o público jovem, inclusive, é um dos livros mais citados recentemente por aqueles que se submetem ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Djamila trabalha em sua obra, desde a importância do reconhecimento de que o racismo existe, que ele se encontra na nossa sociedade de forma estrutural, mas que apesar

disso, pode e deve ser combatido. Ao falar da importância de nos informarmos sobre o racismo, Djamila nos diz que ele pode se apresentar de várias formas, e que se faz necessário (re)conhecê-lo para não correr o risco de cometermos o erro do “mito da democracia racial”. Pois se não é conhecido as várias faces do racismo, tende-se a diminuir ou negar toda a discriminação sofrida pelos negros brasileiros há séculos. Ou a pessoa pode acreditar que o racismo existe, porém, ele encontra-se apenas no outro. Como a pesquisa realizada pelo Datafolha em 1995 que mostrou que 89% dos brasileiros admitiram existir preconceito racial no Brasil, mas 90% se identificaram como não racistas. Por isso, um dos temas que Djamila traz é a importância também de se (re)conhecer como racista, uma vez que cada um só pode ser responsável pelos próprios atos.

Um dos títulos do livro que me chamam a atenção pela importância e também pela a proximidade com esse debate, é: “Leia autores negros” Djamila reflete aqui, sobre o apagamento e inviabilização sistemáticos da produção literária e acadêmica de pessoas negras brasileiras. O objetivo aqui, não é de forma alguma, forçar uma leitura, que a partir de agora, deve-se ler apenas autores (as) negros (as), nem ao menos lê-los (as) apenas por serem negros (as). Mas, por não fazer sentido, num país que tem a maioria de sua população negra, não ler ou se indicar em unidades de ensino, seja de educação básica ou superior, pública ou privada, autores negros. O que nos leva mais uma vez enfatizar a denúncia feita por Abdias Nascimento em sua obra *O genocídio do negro brasileiro*. Uma vez que genocídio aqui, também está se referindo ao epistemicídio, onde ocorre o extermínio físico, cultural e intelectual de um povo. Reforço aqui que *Pequeno Manuel Antirracista* (2019), é de leitura necessária a todos nós.

Djamila também aborda as questões raciais através da obra *Cartas para minha avó* de (2021). Nessa obra, a autora conta sua história de vida através do gênero textual carta. Busca nas lembranças a melhor forma de falar e denunciar os preconceitos que sofreu até aqui. Djamila escreve para sua avó (*in memoriam*), das dores que passou desde a infância, passando pela juventude e fase adulta e fala também das lutas que resultaram em conquistas seja individual ou coletivamente. “Apesar de você sempre saber quem eu era, com essas cartas quero lhe apresentar quem me tornei” (Ribeiro, 2021, p. 19).

A última e não menos importante intelectual das acadêmicas contemporâneas é Bárbara Carine Soares Pinheiro. Professora, graduada em Química e em Filosofia, 38 anos. É membro permanente da Universidade da Bahia com mestrado e doutorado em Ensino de Química pela UFBA, autora dos livros: *História Preta das Coisas* (2021), *Querido estudante*

Negro (2024), e *Como ser um educador antirracista* (2023), com o qual foi vencedora do Prêmio Jabuti em 2024. É influenciadora digital conhecida nas redes sociais com o perfil denominado “Uma intelectual diferentona”. Através dessa plataforma a autora promove grande engajamento no *Instagram*, onde faz diariamente *posts* sobre situações que remetem à população negra, e, assim como Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, é muito citada em redações por candidatos ao ENEM e é idealizadora da Escola Afro-brasileira Maria Felipa.

Imagem 10 – Bárbara Carine (1987 - atualmente)



Fonte:

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/08/10/descolonizando-saberes-profissionais-negros-que-se-des-tacam-na-ciencia.htm>

Em sua principal obra, *Como ser um educador antirracista* (2023), que foi produzido pelo Selo Sueli Carneiro, organizado por Djamila, Bárbara Carine traz à luz, discussões sobre o racismo estrutural e principalmente o racismo institucional, nos convida a uma reflexão sobre o papel do (a) educador (a) brasileiro (a), que vive e atua numa sociedade intolerante e preconceituosa, pois bem sabemos que a escola é uma representação da sociedade como um todo. E nela, diariamente acontecem situações, dadas as proporções, que representam e espelham a sociedade em que está inserida. Por isso, a autora nos adverte que “educar é um ato social que não se restringe a uma sala de aula” (Pinheiro, 2023, p. 20).

O primeiro tópico que a autora discorre no livro é: “Eu, professor branco, posso ser antirracista?”. Muito importante o debate proposto pela autora nesse tópico, pois traz a luz que as pessoas brancas não são racializadas, uma vez que se consideram como “seres genéricos”. Por tanto, são alheias ao assunto, por mais que tenham criado o conceito de raça. Como se eles inventassem o racismo, mas na hora de discutir sobre ele, dificilmente irão se prontificar, deixando a cargo apenas de pessoas negras. Neste tópico, a autora reflete sobre vários pontos que são de leitura necessária e “obrigatória” (grifo nosso), para se compreender como os brancos se colocam historicamente numa esfera de poder, a partir da inferiorização de outros povos, como: a branquitude no espaço de poder, o mito da democracia racial, a escravidão no passado e no presente, dentre outros. Carine dialoga numa escrita muito próxima de Djamila, convidando TODOS/AS (grifo nosso) a nos tornarmos antirracistas, uma vez que o racismo não é apenas assunto da negritude. Apropriando-se do “Lugar de fala” de Djamila, ela responde à pergunta do tópico acima,

Você, professor, professora branco (a), não só pode como deve abordar as questões étnico-raciais na sala de aula. Você tem o seu lugar de fala, e é um lugar precioso, considerando que está em uma condição de respeito e admiração diante da estudantada. Não dá para perder a oportunidade de falar sobre equidade racial por ser branco/e, por isso, por esse lugar de sujeito universal, não se sentir racializado e não se sentir inserido na pauta (Pinheiro, 2023, p. 63-64).

O segundo tema que a autora aborda é sobre como atuar num caso de racismo na escola. Mais uma vez remetendo ao fato de a escola representar as estruturas da sociedade, convenhamos que casos de racismo são repetidamente reproduzidos e na maioria deles, ignorados. O problema está em, por ser algo que estruturou e continua estruturando nossa sociedade que devemos nos conformar. Como algo natural de ser. O racismo precisa ser combatido em todos os espaços sociais, pois além de imoral é crime desde 1988, previsto na Lei nº 7.716/1989. Porém, muitas vezes a sociedade minimiza o crime, chamando de *bullying* e como a autora nos fala, também costumamos individualizar o racismo. Como algo que acontece esporadicamente por indivíduo isolado. Quando o estado (e trago aqui todas as pessoas com responsabilidade sobre o assunto, seja governador, presidente, diretor (a) de escola, coordenador, gerente), individualiza a prática opressora, ela vai se perpetuar. A autora usa nesse tópico, o caso de George Floyd⁴⁹, um caso de assassinato de um homem negro nos

⁴⁹ Homem negro, abordado e algemado de braços por supostamente entregar uma nota de 20 dólares em um supermercado na cidade de Minneapolis, nos E.U.A. Ver em: <https://g1.globo.com/tudo-sobre/george-floyd/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

Estados Unidos em 2020, que foi assistido por pessoas de vários países enquanto estavam de quarentena na Pandemia do Covid-19 para dizer que, o racismo sempre existiu, porém, nem todos viam (como muitos ainda não querem ver). O racismo pode acontecer dessa forma explícita e mais desastrosa, causando comoção em muitos, devido às proporções que o caso tomou. Porém, como educadores, nas dependências das escolas, é preciso que atitudes preventivas, informativas e práticas assertivas, aconteçam diariamente visando o seu fim.

Foi por tudo que já viu e sabia sobre o racismo que Bárbara Carine fundou a Escola Afro-brasileira Maria Felipa⁵⁰, com unidades na Bahia e no Rio de Janeiro. A proposta da escola é uma educação decolonial, tendo em vista o racismo ter sido criado e propagado pelo ocidente com o intuito de hierarquizar e dominar pessoas, Pinheiro (2023). Por tanto, como bem fala a própria autora, as práticas pedagógicas da Escola partem de uma cosmovisão chamada por ela de cosmopercepção, pois o foco é na coletividade em oposição ao modo individualista e competitivo educacional do ocidente. Usa a filosofia *Ubuntu* em que a máxima é: “eu sou porque nós somos”. Essa filosofia valoriza o coletivo, a união, e fortalece os ensinamentos que valorizam o saber e a experiência dos mais velhos e dos ancestrais. Justamente o oposto da filosofia colonialista e capitalista, em que os saberes e a experiência dos mais velhos são desvalorizados, interferindo drasticamente nas relações entre as gerações. Para a proposta decolonial e a perspectiva didático-pedagógica de Maria Felipa, Bárbara Carine protagonizou diálogos com a Secretaria de Educação objetivando contemplar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, um calendário que não contemplasse apenas datas e festejos ligados a cultura branca europeia, mas inserisse também de janeiro a dezembro, datas comemorativas da cultura indígena e africana. Considerando toda essa conjuntura de fortalecimento da cultura afro-brasileira e indígena, numa perspectiva de sair da invisibilidade e negação, cabe a frase da própria autora: “por isso a representatividade é tão

⁵⁰ O nome da Escola é em homenagem à heroína Maria Felipa. Nasceu na Ilha de Itaparica, ganhadeira, pescadora e habilidosa capoeirista, ela teve uma importante atuação na luta que estabeleceu a independência do Brasil na Bahia. Os movimentos contra a submissão à coroa portuguesa já se davam nesta região no início de 1822 e após a proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro do mesmo ano, houve resistência dos portugueses que não aceitavam a separação política. Em 1823, no litoral de Itaparica, embarcações portuguesas aguardavam para invadir Salvador e foi neste contexto que o feito de Maria Felipa foi crucial para a derrota dos portugueses. Ela liderou um grupo de 40 mulheres, estrategicamente organizadas para atrair os vigias dos navios portugueses e afastá-los das embarcações, uma vez longe de seus postos, os homens foram surrados com galhos de cansação (*Jatropha Urens*), era sabido por elas que a planta, parecida com a urtiga, era altamente venenosa e que provocava queimadura grave na pele, ardência e muita dor. Com o plano, Maria Felipa e o grupo de mulheres conseguiram incendiar as embarcações no litoral de Itaparica e derrotar os portugueses em 2 de julho de 1823. Visto em: Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/maria-felipa-de-oliveira-uma-heroína-da-independência>. Acesso em: 29 mai. 2025.

importante: onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta” (Pinheiro, 2023, p. 20).

Por pensar, se ver e se projetar, Bárbara Carine, além de professora, mãe, e escritora, também atua como produtora de conteúdo nas redes sociais, como falamos acima, se autointitulando “uma intelectual diferentona”, sobre isso, a autora revela:

Sim, eu me atribuí essa adjetivação, mas sinceramente? Todo mundo que me conhece logo entende e concorda com a minha auto intitulação. Sou uma intelectual disruptiva, de origem favelada [...] Diferentona por não me render à perspectiva performática ocidental de produção do pensamento (Pinheiro, 2023, p. 18).

A frase acima nos chama a atenção sobre o uso das mídias sociais, como espaços que oportunizam o acesso à informação sem distinção de classe, raça, gênero ou faixa etária e possibilita debates sobre todos e qualquer assunto, sejam eles em caráter informativo, denúncia, reivindicações, ou infelizmente, também podem ser usadas para ataques e violências de várias formas (abro um parêntese aqui sobre a importância de estarmos atentos a forte atuação dos algoritmos na condução do acesso sem limites às redes sociais). Bárbara Carine, reúne em sua página no Instagram, mais de 612 mil seguidores, onde debate constantemente sobre situações de racismo sofridas pela população negra no Brasil. A apropriação das redes sociais como instrumento de debate e informação sobre o racismo, é uma forma da população que foi silenciada historicamente, ter voz e usar o meio a seu favor. Lembremos aqui, que Bárbara Carine, assim como Djamila, encontram-se no denominado *Quarta Onda* do feminismo, em que o uso das redes sociais intensifica suas inserções e influência nos meios digitais, contribuindo para tal propagação e engajamento sobre as questões raciais.

Recentemente, mesmo com todas essas discussões e avanços, a autora denunciou um no dia 22 de maio de 2025 caso de racismo, em que a ministra negra Vera Lúcia Santana⁵¹, do TSE, que foi barrada no 25º Seminário de Ética na Gestão Pública em que seria palestrante, mesmo após apresentar sua carteira funcional de ministra. Bárbara, que também é palestrante, relata que tomou algumas medidas para minimizar essas violências. “Eu marco com a pessoa da organização do evento, para entrar com ela”. Mesmo assim, infelizmente, devido ao racismo institucional, ela ainda é constantemente barrada e quase nunca é pensada como uma palestrante. Podemos ver aí a violência cotidiana que a população negra e mais precisamente a

⁵¹ Página do Instagram de Bárbara Carine sobre o racismo sofrido pela ministra negra Vera Lúcia Santana. Visto em: <https://www.instagram.com/p/DJ87-ftAyzz/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

mulher negra sofre todo esse tempo. Nós podemos até estarmos nos mesmos lugares que os brancos, (*shopping*, seminários, etc.), mas nunca realizando as mesmas funções, principalmente as que remetem a intelectualidade e poder.

Outro *post* muito importante de conscientização, foi realizado no dia 13 de maio de 2025, em que Bárbara, desmistifica sobre o Dia da Abolição da Escravatura⁵². Em que os povos negros que são os responsáveis pela abolição pelas pressões tanto dos grupos organizados, quanto por pressões externas, principalmente da Inglaterra pelo novo contexto econômico. A fala de Bárbara corrobora com o que vimos no capítulo 1 sobre o Grupo Palmares, na defesa da desmistificação do 13 de maio e implementação do 20 de novembro⁵³. No vídeo, a autora chama a atenção para o fato da população negra ainda esperar a tão sonhada liberdade, uma vez que se precisa de políticas públicas mais assertivas e que acabem com o genocídio dos jovens negros nas comunidades.

Bárbara usa seu conhecimento acadêmico e experiências pessoais para informar e contribuir com a temática de raça e muitas vezes de gênero, mostrando que a mulher negra pode e deve ocupar qualquer lugar e espaço que dialogue e trate sobre o conhecimento acadêmico. A autora também evidencia outros (as) autores, intelectuais e também cientistas em sua escrita. Em seu livro *A história preta das coisas* (2021), dentre elas destaco: a *cerâmica* em torno de 9 mil anos a.C, *as sandálias* em torno de 5 mil anos, *cerveja maltada*, em torno de 5 mil anos, *mancala*, um jogo de raciocínio lógico que precedeu ada e o xadrez, em torno de 4 mil anos, *a escrita*, uma vez que os hieróglifos surgiram no continente africano, em torno de 3500 a.C, *a escova de dente*, *o relógio de sol*, 3500 anos, *o vinho* 3 mil a.C, *a prótese ortopédica*, em torno de 950 anos a.C, testada na Universidade de Manchester e por fim, *instrumentos cirúrgicos*, em 1700 a.C. Esses são apenas alguns exemplos que mostram o quanto precisamos conhecer os povos africanos e que eles são construtores e produtores de conhecimento e que desenvolveram e desenvolvem ciência e como fala Bárbara Carine, muitas vezes nos tornamos aprisionados em situação de submissão por não conhecermos nossa história (Pinheiro, 2025).

Por fim, esse tópico é uma continuidade do anterior, pois fortalecemos a importância do protagonismo das escritoras negras que ocuparam a academia, deixaram um grande legado, e, no caso de Lélia, conseguiu se tornar professora universitária, como Djamila e Bárbara

⁵² Vídeo em que a Bárbara Carine desmistifica sobre o dia da abolição da escravatura. Visto em: <https://www.instagram.com/p/DJlve0Ag9rc/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

⁵³ Vídeo sobre o Grupo Palmares, na defesa da desmistificação do 13 de maio e implementação do 20 de novembro. Visto em: <https://www.instagram.com/p/DJlve0Ag9rc/>. Acesso em: 29 mai.2015.

Carine. Longe de esgotar as contribuições das autoras escolhidas, cabe refletir as inúmeras possibilidades de trabalhá-las em sala de aula, permitindo ao professor e aos estudantes, terem acesso a uma história do Brasil contata também pela perspectiva do negro, mais especificamente da mulher negra.

No próximo capítulo, falaremos da formação realizada com os(as) professores(as) de história de Maranguape e analisaremos o acesso desses(as) professores(as) às obras de intelectuais negras durante suas formações inicial e em seus ambientes de trabalho.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM MARANGUAPE

Para compreender a relação do professor com a formação continuada, é preciso entender o seu papel nesse processo, como age e como se percebe dentro dele, levando em consideração suas vivências. Como observa Imbernón:

A formação continuada de professores passa pela condição de que estes vão assumindo uma identidade docente, o que supõe a assunção do fato de serem sujeitos da formação e não objetos dela, como meros instrumentos maleáveis e manipuláveis nas mãos dos outros (Imbernón, 2010, p. 7).

Sabe-se que somos seres em construção e que a história não anda em linha reta, porém, é importante perceber que no tocante a formação profissional, já ocorreu significado avanço, porém com bastante caminho a ser percorrido. Principalmente levando em consideração as transformações ocorridas nos âmbitos legais, educacionais e tecnológicos.

É certo que muitos falam em educação do futuro, porém, cabe a reflexão sobre qual educação queremos para o agora e que profissionais estamos preparando ou nos tornando. Pensando à escola (mais precisamente a sala de aula) como sendo o campo de atuação do docente, cabe observar que ele ocupa uma posição estratégica diante do processo de ensino e aprendizagem, por isso se torna imprescindível pensar uma formação continuada que contribua com as práticas docentes, favorecendo uma educação que fomente também a equidade racial.

Dessa forma no âmbito da modernidade,

Todo saber implica um processo de aprendizagem e de formação; e, quanto mais formalizado e sistematizado é um saber, como acontece com as ciências e os saberes contemporâneos, mais longo e complexo se torna o processo de aprendizagem, o qual por sua vez, exige uma formalização e uma sistematização adequadas (Tardif, 2017 p. 35).

Nesse contexto, a formação continuada tem um papel fundamental na atuação do docente em sala de aula e na relação que tem com os estudantes. Sabe-se que cada realidade propõe que o professor trabalhe de forma diferente, porém, sem deixar de compreender que o objetivo principal de cada um, independentemente de onde atue, é promover a aprendizagem dos estudantes. Nesse ponto, ela deve servir ao professor como suporte e norte,

principalmente no que concede a novos métodos que contribuam com essa aprendizagem. Aliando seus conhecimentos prévios, os saberes próprios da sua profissão à didática.

Para o desenvolvimento deste capítulo, realizei, no dia 13 de março de 2025, uma formação para os professores de história do município de Maranguape. O tema da formação foi o mesmo tema desta pesquisa. Durante o momento formativo, foram usadas as dez intelectuais abordadas ao longo deste trabalho.

Como falado anteriormente, o interesse em realizar esta pesquisa surgiu a partir de um encontro formativo realizado em novembro de 2023, com o tema: “Escrevivência”. Em que estudamos algumas intelectuais, mas focamos em Conceição Evaristo. A partir desse momento, surgiu uma vontade de aprofundar meus conhecimentos sobre a temática, conhecer as intelectuais negras brasileiras e investigar as possíveis contribuições de seus usos nas formações de história, tanto em relação à formação pessoal, quanto profissional dos professores de história. Analisando como o estudo dessas intelectuais pode reverberar em novas práticas e contribuam com a promoção da equidade racial em Maranguape/CE. Sobre as formações, Perrenoud elucida,

Não é possível formar professores sem fazer escolhas ideológicas. Conforme o modelo de sociedade e de ser humano que defendemos, não atribuiremos as mesmas finalidades à escola e, portanto, não definiremos da mesma maneira o papel dos professores (...). As finalidades do sistema educacional e as competências dos professores não podem ser dissociadas tão facilmente. Não privilegiamos a mesma figura do professor se desejamos uma escola que desenvolva a autonomia ou o conformismo, a abertura ao mundo ou o nacionalismo, a tolerância ou o desprezo por outras culturas, o gosto pelo risco intelectual ou a busca de certezas, o espírito de pesquisa ou o dogmatismo, o senso de cooperação ou o de competição, a solidariedade ou o individualismo (Perrenoud, 2007, p.13).

A partir da fala de Perrenoud, as formações de professores devem apresentar caráter coerente com a ideologia de ensino proposta, logo, a perspectiva das formações que vêm sendo ofertadas aos professores de história de Maranguape/CE, tem como embasamento legal o direito à formação continuada adquirido pela Lei nº 12.796 de 2013 e, também pelo princípio XII sobre o ensino, que deve ser realizado em consideração com a equidade étnico-racial. Sendo assim, oferecemos uma formação que pense uma educação igualitária, que busque contemplar a heterogeneidade das salas de aulas e que suscite interesse aos professores em serem ou se reconhecerem como professores pesquisadores, com capacidade de inovar, e que estejam sempre em busca de conhecimentos e novas práticas. Concordando com Perrenoud, as formações têm buscado proporcionar: autonomia, abertura ao novo,

tolerância, espírito de pesquisa e senso de cooperação, uma vez que o uso do debate e troca de experiências são fortemente prezados nos nossos encontros. Parafraseando Nóvoa (2019) é impossível aprender a profissão docente sem a presença, o apoio e a colaboração dos outros professores, é preciso que o ambiente propicie aprendizagem partilhada. E foi nessa perspectiva que a formação para esta pesquisa foi pensada e realizada.

4.1 A FORMAÇÃO REALIZADA PARA OS(AS) PROFESSORES(AS) DE HISTÓRIA DE MARANGUAPE

O primeiro passo para o planejamento e realização da formação continuada foi a leitura com antecedência das dez escritoras apresentadas e que tiveram suas obras analisadas no capítulo anterior, pensando sempre na forma como cada uma seria abordada, considerando que a formação tem duração de quatro horas. Sendo ofertada o dia todo (manhã/tarde), porém, cada professor(a) vem no seu horário de trabalho. Cabe aqui refletirmos que esse tempo não é suficiente para trabalhar uma formação com uma temática tão abrangente. Inclusive foi uma observação dos(as) próprios(as) professores(as), pois a maioria deles(as) têm a carga horária de 100h no município, logo só precisam participar da formação em um horário.

Normalmente buscamos trabalhar tanto discussões teóricas sobre o tema da formação, e também momentos de práticas. Importante destacar que a pesquisa não se trata de uma biografia, por isso, cada intelectual foi lida e analisada, considerando um pouco de sua trajetória de vida e principalmente sua inserção e contribuições na vida literária e acadêmica, sempre na perspectiva de uma análise interseccional, uma vez que a história de vida e o profissional estão intrinsecamente relacionados, tornando-se indissociável.

O segundo momento foi o planejamento da formação em si. Consideramos o planejamento a parte primordial para a realização de algo, seja em qualquer esfera. Quando se trata de sala de aula, seja ela de formação de professores ou de estudantes da educação básica, o planejamento deve ser a primeira coisa a se pensar. De acordo com Luckesi, (2023, p. 50) “a palavra planejar vem do latim *planus*, que significa “achatado, nivelado”, que tem a mesma etimologia que a palavra *planum*, que significa “superfície lisa” que nos transmitem o sentido de organizar uma atividade em uma superfície”. Interessante quando compreendemos a ideia de que em uma superfície lisa e plana, conseguimos olhar à frente, ver o todo. Prospectando algo além. É dessa forma que planejar a formação me trouxe perguntas sobre o que eu queria levar aos professores sobre a temática das escritoras negras. Através do planejamento, pensei

o que eu queria colher no fim. Por isso, o primeiro passo para a realização de uma formação, deve ser o planejamento. Nessa perspectiva, também Luckesi diz:

Planejar, tanto no âmbito da prática de ensino, como no âmbito de outras atividades humanas, é a atividade por meio da qual configuramos, em primeiro lugar, aquilo que desejamos conquistar com nossa ação e, a seguir, as ações necessárias, tendo em vista o atendimento do objetivo ou dos objetivos desejados e definidos, e por fim, delineamos os recursos necessários para a execução da ação proposta (Luckesi, 2023, p. 13-14).

A partir dessa percepção, iniciei o planejamento pensando qual era o objetivo daquela formação? Pois ele guiaria todo o momento formativo, considerando que nele seriam decididas todas as ações do momento formativo. Então vi que o objetivo era conhecer e trabalhar escritoras negras brasileiras, na perspectiva de que a leitura dessas autoras pode influenciar e fomentar novas práticas de ensino, tendo como meta de cada profissional a formação holística dos estudantes. As formações são pensadas sempre também na perspectiva dos documentos norteadores da Educação Básica (Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC, e Base Curricular Comum de Maranguape - BCCM) , uma vez que os(as) professores(as) necessitam deles para nortear seus planejamentos de sala aula, pois neles estão contidos as Unidades Temáticas, que são os temas gerais, além dos Objetos dos Conhecimentos, anteriormente conhecidos como conteúdos, as Competências e Habilidades, que cada estudante deve ser capaz de adquirir ao final do processo.

Nessa perspectiva, para a formação foi escolhida a habilidade quatro do 9º ano, que é: “Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil”, representada por este código alfanumérico (EF09HI04)⁵⁴. O que torna uma das justificativas da escolha de trabalhar com as turmas do 9º ano, pois, além da faixa etária, estudantes entre 14 e 15 anos, a outra justificativa é que é a única habilidade em todos os documentos norteadores, sejam em âmbito federal, estadual e municipal, que melhor possibilita as discussões sobre a importância da população negra em vários setores sociais e suas contribuições na sociedade no pós abolição, uma vez que em outros anos/séries do fundamental II (6º, 7º e ao 8º) as habilidades são mais referentes ao contexto colonial e abolição.

⁵⁴ (EF09HI04) O código alfanumérico é explicado desta forma: as primeiras letras indicam Ensino Fundamental, o primeiro par de número indica o ano a que se refere a habilidade, nesse caso, 9º ano, o segundo par de letra indica o componente curricular, neste caso, História, e o último par de número, indica a posição da habilidade na posição sequencial, neste caso, estudamos a quarta habilidade (Brasil, 2018, p. 30).

Quanto à competência específica exigida que os estudantes desenvolvam nas aulas de História com essa temática, foi escolhida a competência de nº 04, que diz: “Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (Brasil, 2018, p. 402). Essa competência está intrinsecamente ligada ao objetivo da aula (nesse caso, a formação), que é conhecer e estudar intelectuais negras que, do século XIX à atualidade, são sujeitas que dialogam cada uma com sua época e contribuem para a construção e formação social.

A partir do exposto, a formação foi planejada desta forma: foi impresso com antecedência e colado em forma de quadro, uma foto de cada intelectual e algumas frases referentes a algumas delas. Tanto os quadros, quanto as frases serviram para ornamentar a sala da formação, tornando um ambiente tematizado e também para conhecimento dos professores. As frases escolhidas foram: “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”, adaptação do conto *A gente combinamos de não morrer*, do livro *Olhos d'água* (2016) e proferida pela autora Conceição Evaristo; “Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção humana” (Jesus, 2014, p. 24); “A única saída que eu encontrei para superar alguns problemas foi ser a primeira aluna da sala. É aquela história, ‘ela é pretinha, mas é inteligente’” (Gonzalez, 1979 apud Ratts, 2010, p. 41); “Por isso a representatividade é tão importante: onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta” (Pinheiro, 2023, p. 20) e a frase de Sueli Carneiro: “Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta” (Carneiro, 2000).

Imagem 11 – Formação Continuada



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2025)⁵⁵

Para a apresentação das intelectuais, foi escolhida a forma expositiva através de slides com informações de cada escritora. O Momento Formativo iniciou com as boas-vindas, pela manhã às 7h30min e à tarde às 13h, com margem de 10 minutos para os eventuais atrasos. Para a abertura, o que costumamos chamar de Momento Cultural, foi lido o poema “Vozes Mulheres”, de Conceição Evaristo. O poema foi impresso com antecedência e entregue a cada professor (a) para acompanhar a leitura. Ele diz:

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância O eco da vida-liberdade (Evaristo, 2011, p. 24-25).

O poema em destaque, evidencia a importância de Conceição Evaristo para a literatura atual por meio do qual, sua escrita impactante recorre diretamente a fortes relatos que marcam a história das mulheres negras que descendem das mulheres escravizadas, e marca uma

⁵⁵ Todos(as) os(as) professores(as) assinaram o Termo de autorização de uso de imagem.

história secular de subalternização, violência física e simbólica, mas que também, apresenta no final, um fio de esperança, ao citar que a voz de sua filha será ouvir a ressonância O eco da vida liberdade. Foram essas as percepções dos professores, a partir das suas falas de contribuições sobre o poema. Alguns (as) professores(as) conheciam porque foi lido na formação de 2023, porém, os professores que foram lotados no município após essa data, não conheciam, mas conseguiram fazer a mesma leitura.

Após as discussões sobre o poema, apresentei os quadros das dez intelectuais coladas na parede e perguntei se eles(as) conhecem alguma (s) das escritoras/intelectuais e o que sabem sobre elas, para ter uma noção prévia. Apenas alguns (as) professores(as) conheciam duas ou três escritoras. Alguns conheciam o nome, mas não sabiam relacionar à nenhuma imagem. Continuei contextualizando o tema da pesquisa e falando das consequências da escrita ser dominada por apenas um grupo étnico específico, como: Impacta profundamente as relações étnico-raciais; Valoriza apenas uma versão dos fatos; Desvaloriza as mulheres, em especial as negras; Delimita os espaços (Lugar de mulher é...).

Foi apresentado o Referencial Teórico Metodológico da pesquisa e da formação, que é a “Interseccionalidade”. Para compreensão do termo, foi realizada uma dinâmica chamada “Jogo dos Privilégios”, que eu denominei de dinâmica da interseccionalidade. A dinâmica acontece da seguinte forma: o (a) professor(a)/formador(a) cita algumas situações de preconceitos e caso a pessoa tenha sofrido algum, dará um passo à frente. A finalidade do jogo é promover reflexão sobre os privilégios na sociedade e pensar em como podemos contribuir para a redução das desigualdades, seja na nossa vida pessoal, profissional ou como cidadãos conscientes e o objetivo é promover a compreensão e reconhecimento de privilégios e desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero, entre outras, por meio de uma experiência que gera reflexão e empatia. A dinâmica dialoga intrinsecamente com a temática da Formação e da Pesquisa, uma vez que estamos estudando e trabalhando de intelectuais negras, e que muitas delas saíram de locais improváveis de se tornarem sujeitas e produtoras de conhecimento, logo, sofreram e ainda sofrem preconceitos tanto por serem mulheres, quanto por serem negras e muitas delas, pobres. Para dialogar com o referencial teórico, escolhi uma frase de Sueli Carneiro que diz: Sempre que formos falar de mulheres, é preciso perguntar de quais mulheres estamos falando⁵⁶ e o outro exemplo foi o discurso de Sojourner

⁵⁶ Sueli Carneiro, Enegrecer o Feminismo. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iC0t_Vin-XIEL9iInRlb8OIJ&gclid=Cj0KCOiAgbnKBhDgARIsAGCDdIdAa8ueXN3qIWA0CLSAyDBfI_CYgxRzp9LD0xuAt_rVnJdvYbGJV0aApw6EALw_wcB. Acesso em: 26 dez. 2025.

Truth de 1851 durante a Convenção dos Direitos das Mulheres - Ohio EUA, já citado anteriormente onde termina com a pergunta “E eu não sou mulher”?

Após o Referencial Teórico, discutimos sobre a histórica rejeição de mulheres negras pelo Mercado Editorial. Como uma pesquisa realizada por Regina Dalcastagné da Universidade de Brasília (UnB), iniciada no ano de 2003, analisou 692 romances de 383 escritores brasileiros e aponta que 93% dos autores publicados eram brancos de 1965 a 1979. Entre 1990 a 2004, o índice era de 93,9% e, entre 2005 a 2014, o número era de 97,5%⁵⁷ e também na fala de Djamila Ribeiro (2020) quando afirma que em 2016, o Brasil possuía apenas 10% de autores não brancos.⁵⁸

Apesar de ainda ser tímida a inserção de intelectuais negras no Mercado Editorial, podemos ver um crescimento nos últimos anos, consequente de algumas ações que foram e continuam sendo importantes, como não deixar de citar o próprio Movimento Negro e Feminista, mesmo que com suas contradições; As mudanças nas Leis e Políticas Públicas (III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela ONU em Durban, na África do Sul em 2001) já falado anteriormente. O surgimento de editoras independentes; O barateamento dos livros; E o advento da internet com uma articulação em rede das organizações de mulheres negras. Sobre isso, Conceição Evaristo fala:

Creio que a primeira mudança no mercado editorial foi ter descoberto que tem um público negro leitor [...] o mercado livreiro descobriu que há um público negro que lê e que há um público, não somente negro, que lê autoria negra. Eu acho que essa foi a grande descoberta (Evaristo, 2020, p. 45).

Antes de falarmos das intelectuais, achamos importante falar sobre identidade. Para tanto, trouxemos, além de outros conceitos, a fala de Munanga, que diz:

Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas sobretudo no seu sentido político, como uma: tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribui economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (Munanga, 1994 apud Gomes, 2005, p. 43).

⁵⁷ Site sobre o perfil dos escritores e personagens da literatura brasileira contemporânea. Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/pesquisa-revela-perfil-dos-escritores-e-personagens-da-literatura-brasileira-contemporanea/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

⁵⁸ Pesquisa realizada por Regina Dalcastagné da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

Até esse momento, o grupo ficou à vontade para intervir sobre o que estávamos falando até ali. Sempre com falas contundentes e observações pertinentes.

Após termos trabalhado os conceitos na contextualização acima, trouxemos a primeira intelectual, que foi Maria Firmina dos Reis. Foi apresentada as informações já citadas no capítulo anterior, após a explanação, escolhi um trecho de Úrsula. Li o primeiro e terceiro parágrafos da página 47 em que ela apresenta o livro. Depois, o último parágrafo da página 54, em que ela apresenta indignação com a escravidão. Sobre Firmina, foi contextualizada sua vida e a obra em pleno século XIX e o impacto da autora para além do papel de escritora, mas também como ter se mostrado uma mulher inquieta em uma época em que não era permitida à mulher a educação básica.

A segunda foi Carolina Maria de Jesus. A abordagem sobre Carolina se deu de forma a valorizar a trajetória da autora, bem como os percalços que ela passou, abordando também seu sucesso e rápida decadência devido aos marcadores de preconceitos que estamos falando até aqui, sempre contextualizando e dialogando com suas falas que refletem muito bem a época de Carolina. Falamos sobre as dúvidas que surgiram sobre a veracidade da autoria e as falas de alguns intelectuais que reconheciam o poder de sua escrita, como Manuel Bandeira “Ninguém poderia inventar aquela linguagem, aquele dizer as coisas com extraordinária força criativa, mas típico de quem ficou a meio caminho da instrução primária” e Clarice Lispector que teria dito em um evento “Você é a única que conta a realidade”.⁵⁹

As demais intelectuais: Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Bárbara Carine, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Cida Bento, Nilma Lino Gomes e Wlamyra Albuquerque, foram se seguindo nessa ordem, e todas foram abordadas uma breve explicação sobre a vida e obra de cada uma.

⁵⁹ Site Nova Escola. Entrevista com Vera Eunice, filha de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19849/o-impacto-de-carolina-maria-de-jesus-na-literatura>. Acesso em :23 jul. 2025.

Imagem 12 – Professores realizando a leitura do diário de Carolina



Fonte: Acervo da pesquisa (2025).

Depois de um breve intervalo para o lanche, o foco foi em Carolina Maria de Jesus. A turma foi dividida em equipes em que realizaram a leitura de trechos (dia, mês e ano) previamente selecionados do livro *Quarto de despejo*. Após a leitura foi levantada a discussão das observações sobre a escrita e o contexto da obra. Cada equipe ficou à vontade para relacionar e fazer conexão com a interseccionalidade, por isso a escolha de Carolina. Considero que foi um momento de muito conhecimento, uma vez que nenhum (a) dos (as) professores presentes tinham lido ou trabalhado com a obra de Carolina até aquele momento. Foi perceptível o impacto que a escrita de Carolina causou na maioria dos que estavam presentes, de acordo com os relatos emitidos na formação, como: “a escrita dela é muito forte”! “Infelizmente, muitos de nossos estudantes ainda vivem uma realidade muito parecida!”, “é incrível como a sociedade é cruel”, se referindo ao tratamento que Carolina sofreu ao ir morar em um bairro de classe média, o que resultou em sua posterior saída, indo morar em um sítio.

Após a discussão, foi perguntado se a história de Carolina daria para ser usada em suas aulas? A resposta foi positiva. Então, foi entregue um roteiro de aula como sugestão para trabalhar a autora nas turmas do 9º Anos: apresentar a biografia; contar a história de Carolina Maria de Jesus, a partir de textos, ilustrações, vídeos, fotografias e capas de livros; promover a reflexão; após essa apresentação inicial, convidar a turma a se aprofundar nos estudos sobre

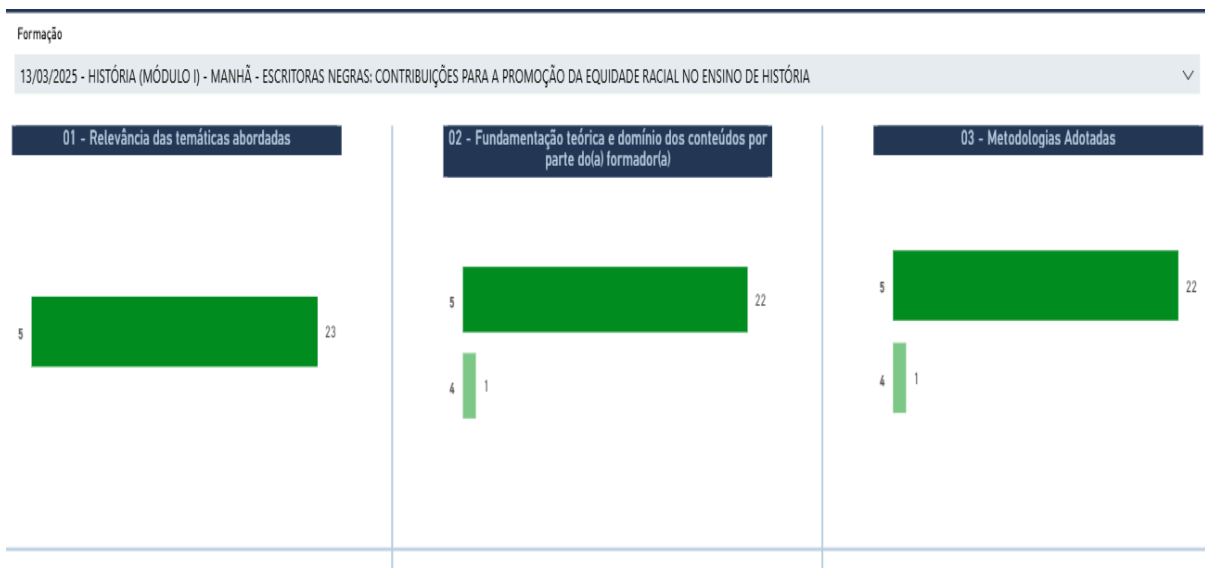
a vida e a obra de Carolina. Começar promovendo um debate sobre as condições de vida de Carolina e permitindo que os estudantes formulem hipóteses acerca das causas da desigualdade racial e social no Brasil; convidar os estudantes a escreverem diários sobre o percurso de estudo de Carolina Maria de Jesus; estimular os estudantes a entrevistarem pessoas de suas famílias ou da comunidade e registrarem suas trajetórias de vida.

O estudo abre espaço, ainda, para falar sobre projetos de vida e os sonhos que as crianças têm para seu futuro, assim como olhar para o passado, a partir das trajetórias de vida pessoais e familiares e de forma interdisciplinaridade, trabalhar o gênero textual diário, interpretação de texto, conteúdos de gramática e a variação linguística, em parceria com os (as) professor (as) de Língua Portuguesa e Literatura, sendo também possível abordar o tema de fontes históricas e sujeito histórico.

Foi explicado que era apenas uma sugestão. Cada professor (a) poderia se sentir à vontade para trabalhar com qualquer intelectual estudada na formação, como também, poderiam planejar sua aula da maneira que achar melhor. Após ser entregue e explicada a sugestão da aula, foi reservado um tempo para avaliação da formação a partir do link institucional, onde eles têm acesso à 6 perguntas sobre o Momento Formativo, sendo as três primeiras sobre a condução da formação pelo(a) formador(a), e as três últimas sobre o(a) professor(a) e seu compromisso com o momento formativo, além de um espaço para os que quiserem, colocarem sugestões ou críticas por escritos. Cada pergunta vale de 1 à 5, sendo 1 a menor nota e 5, a maior, representadas pelas cores verde escuro, verde claro, laranja e vermelho, dependendo dos conceitos que foram selecionados pelos (as) professores(as). Nos apropriamos apenas ao que concerne às três primeiras.

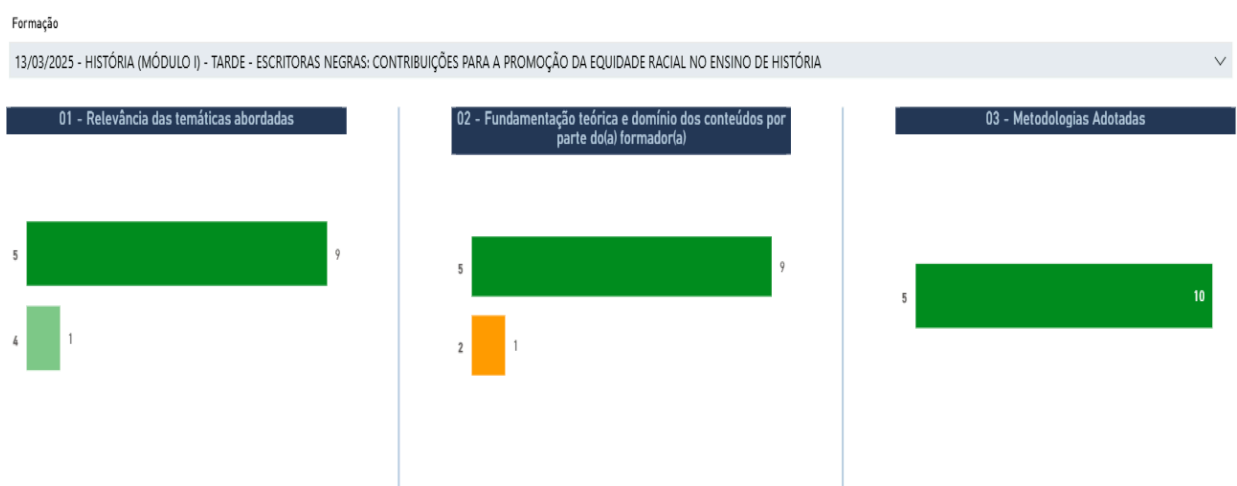
A primeira pergunta é sobre a relevância da temática abordada, a segunda sobre a fundamentação teórica e domínio dos conteúdos por parte do(a) formador(a), e a terceira pergunta é sobre a metodologia adotada. Segue abaixo o resultado da avaliação da formação em formato de gráficos:

Imagem 13 – Avaliação da Formação pelos(as) professores(as)



Fonte: Registro da autora (2025)⁶⁰.

Imagem 14 – Avaliação da Formação pelos(as) professores(as)



Fonte: Registro da autora (2025)⁶¹.

Estavam presentes 23 professores(as) pela manhã e 10 no período da tarde, somando um total de 33 professores(as) que responderam à avaliação da formação. Como mostrado acima, sobre as impressões que os(as) professores(as) tiveram da formação, quase 97% avaliaram com maior nota (5) as questões 1 e 3, sobre relevância da temática abordada e a metodologia adotada, enquanto que menos de 3% avaliaram com nota 4. Já sobre a fundamentação teórica e domínio do conteúdo por parte do(a) formador(a), 94% consideraram

⁶⁰ E-sage- Sistema de Avaliação e Gestão Escolar, usado pela prefeitura de Maranguape.

⁶¹ Site Nova Escola. Entrevista com Vera Eunice, filha de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19849/o-impacto-de-carolina-maria-de-jesus-na-literatura>. Acesso em: 23 jul. 2025.

a maior nota (5), enquanto 3% consideraram nota 4, e 3% consideraram nota 2. Podemos concluir que a formação foi bem avaliada nos três quesitos pelos(as) professores(a) que estavam presentes na formação, pois a grande maioria considerou a temática relevante, inclusive no espaço reservado às sugestões ou críticas, alguns sugeriram continuar com a mesma temática em outros momentos formativos.

4.2 O ACESSO ÀS OBRAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS PELOS(AS) PROFESSORES(AS) DURANTE A FORMAÇÃO INICIAL E EM SEUS AMBIENTES DE TRABALHO

Neste subtítulo analisaremos as entrevistas realizadas com os (as) três professores (as) participantes da pesquisa, os quais receberão os codinomes Professor(a)1, Professor(a) 2 e Professor(a) 3. Todos(as) são efetivos(as) da rede pública de ensino de Maranguape, são formados(as) em história e lecionam o componente nas turmas do 9º Anos. Possuem respectivamente, 17, 22 e 20 anos de docência. Sobre a auto identificação todos(as) se autodeclararam pardos(as). Lembrando que para o Estatuto da Igualdade Racial (2010), “a população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

Em sua obra *O Movimento Negro Educador* (2019), Nilma Lino Gomes nos fala sobre os saberes desenvolvidos ou produzidos a partir do Movimento Negro, mas também, nos diz sobre o quanto o Movimento contribuiu para a partir dele, as pessoas negras, conseguissem ocupar lugares de saber. Mas, os saberes profissionais, que, segundo Tardif (2017), são o conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores (escolas normais ou faculdades de ciências da educação), são historicamente reconhecidos apenas os produzidos pelos cânones ocidentais e brancos. E hoje, sabemos que o racismo se apresenta também através de forma epistemológica. Sobre isso, Renato Nogueira diz em uma entrevista ao Instituto Geledés em 2015,

O racismo epistêmico ou epistemológico é uma das dimensões mais perniciosas da discriminação étnico-racial negativa. Em linhas gerais, significa a recusa em reconhecer que a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida por duas razões: 1º) Porque não são brancas; 2º) Porque as pesquisas e resultados da

produção de conhecimento envolvem repertório e cânones que não são ocidentais (Nogueira, 2015)⁶².

Epistemicídio, termo que foi forjado por Boaventura Sousa Santos (2009, p. 10)⁶³, diz sobre “a supressão dos conhecimentos locais perpetrados por um conhecimento alienígena (...) de fato sob o pretexto da missão civilizadora”. Sobre o termo, Sueli Carneiro (2005) faz uma leitura muito didática e prática. Ela diz que se “constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial e pela negação das formas de conhecimento, produzidos pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos produtores de conhecimento”.

O diálogo entre os autores acima me faz lembrar de quando eu iniciei minha graduação em 2009 e concluída em 2011, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, a discussão girava em torno das adaptações das universidades sobre história e culturas negras e indígenas devido a obrigatoriedade das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, ou seja, concluí a graduação oito anos após a implementação da primeira e três anos após a segunda Lei, e historicamente as universidades resistiram em trabalhar uma literatura que fugia o padrão da branquitude, do branco colonizador. O que torna ainda necessário o debate sobre as questões nas instituições de ensino, mesmo após 22 anos da implantação da primeira Lei e 17 anos da segunda. Como a Audiência Pública ocorrida no dia 03 de dezembro de 2025, proposta pela primeira deputada negra do Ceará, Professora Zuleide Queiroz na Assembleia Legislativa do Ceará, que contou também com a participação do professor Dr. Arilson dos Santos Gomes no debate⁶⁴. Lembrando que Abdias Nascimento denunciava esse apagamento ainda nos anos 1970 quando escreveu para o colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas em 1978 “De qualquer maneira, os delegados ao colóquio ficaram sabendo que no Brasil não existe, em qualquer etapa do ensino - elementar, médio e superior -

⁶² Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

⁶³ Em 2023, o sociólogo português foi alvo de acusações de assédio sexual e abuso de poder. A Rede Não Cala lembra que Boaventura “é alvo de denúncias graves de assédio sexual, assédio moral, abuso de poder e exploração acadêmica, apresentadas por 14 mulheres que trabalharam ou estudaram no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Cabe lembrar aqui que outro professor e intelectual que também foi denunciado por assédio sexual e oral, foi Silvio Almeida, o que nos faz refletir sobre o quanto nossa sociedade ainda está repleta de casos de machismo mesmo tanto em locais de saberes quanto de poderes. Por isso, cabe aqui, apesar de considerarmos as contribuições dos intelectuais citados, mas também, refletir e denunciar os abusos que as mulheres sofrem historicamente. Porém, é importante salientar que algumas mulheres, como a intelectual Marilena Chauí, saiu em defesa do sociólogo. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/opiniao/defesa-boaventura-sousa-santos-marilena-chaui/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

⁶⁴ Audiência Pública sobre a Implementação das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, nas Intituições de Ensino Superior no Ceará. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lavhOD41eMA>. Acesso em: 26 dez. 2025.

cursos sistemáticos de História da África, seus povos e suas culturas” (Nascimento, 2016, p. 39). Uma fala que eu não esqueço na graduação, foi de um professor que disse: “primeiramente, as universidades terão que se adaptar e inserir em seus cursos, bibliografias e estudos sobre a temática, para a partir daí, esses novos professores consigam fazer chegar às escolas”. E já afirmo que eu não tive. Lembro que as disciplinas seriam inseridas a partir da turma seguinte.

Ao serem questionados(as), se durante a sua formação inicial (graduação), tiveram contato com obras de autores (as) negros (as)? Professor(a) 1(2025) respondeu: “eu acho que teve uma disciplina que a gente estudou. Acho que foi *Quarto de despejo*. Acho que foi em sociologia. Mas eu acho que foi só essa”.

Já o(a) Professor 2 respondeu mais detalhadamente:

Olha, eu lembro de ter tido contato com a **Conceição Evaristo**, que me apaixonei por ela, desde essa época. A **Carolina de Jesus**, também que era uma autora que era muito falada. Inclusive o livro *Quarto de despejo* era uma obra que era muito falada e eu conheci na época da graduação. E eu lembro de uma outra autora, que é a **Ana Maria Gonçalves**, que o professor... eu tinha dois professores da Universidade Federal do Ceará, que era o Eurípedes Funes e o Frank Ribard que eram dois professores que estudavam as afrocearensidades e eles estavam organizando na época da graduação, o livro *Histórias de Negros no Ceará*. E aí eu lembro que eles começaram essa pesquisa e eles faziam questão de incluir nas aulas o que eles estavam pesquisando sobre a **Emília Freitas** e a **Francisca Clotilde**, e sempre enfatizando essa questão de serem duas grandes autoras negras, né? e que foram esquecidas no Ceará. Pioneiras, né? Pioneiras na escrita e nessa celebração da afrocearensidades e o resgate de memórias, das culturas negras aqui do estado, então, eu lembro sim desse contato inicial durante a graduação (grifo nosso) (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

Das intelectuais citadas pelo(a) Professor 2, duas são familiares da nossa pesquisa, que são Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, Já Ana Maria Gonçalves é relevante, pois a autora, já citada anteriormente, foi recentemente eleita para a Academia Brasileira de Letras. Porém, Emília de Freitas e Francisca Clotilde, eram escritoras, professoras e jornalistas cearenses do século XIX, contudo, não aparecem no livro citado *História de Negros no Ceará* 2020, e de acordo com imagens encontradas em sites da internet, Francisca Clotilde era mulher branca e Emília Freitas não tem rosto conhecido⁶⁵, mas ambas fizeram parte do Movimento Abolicionista Cearense, por isso, muito provavelmente o(a) Professor(a) 2, tenha se confundido. Segundo Gracianne Cordeiro,

⁶⁵ Informação sobre Emília Vieira tirada do site: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/04/21/a-escritora-que-publicou-o-primeiro-romance-de-literatura-fantastica-do-brasil-e-ate-hoje-nao-tem-rosto-conhecido.ghtml>
Acesso em: 20 nov. 2025.

Maria Tomásia Figueira Lima, entretanto, de longe, é o nome feminino que mais se sobressai quando se fala em abolição dos escravos no Ceará e, em seguida, Elvira Pinho, Carolina Cordeiro, Francisca Clotilde (que sempre declamava versos nas solenidades) e Emília Freitas. As duas últimas, por serem excelentes beletistas, têm sua literatura objeto de diversos estudos acadêmicos, em especial, na área das Letras (...) Francisca Clotilde Barbosa Lima foi a primeira mulher a ser professora da Escola Normal, em 27.06.1884. Escreveu o romance *A Divorciada*, publicado em 1902 (Oliveira, 2022, p. 90-91). Emília de Freitas Vieira é considerada a pioneira na literatura fantástica com a publicação do livro *A Rainha do Ignoto* (Cordeiro, 2023, p. 136).

A esse respeito, o Professor(a) 3 é conciso(a) e afirma: “que eu lembre, a que me marcou foi Milton Santos”. Lembrando que Milton Santos foi consagrado geógrafo, cientista brasileiro, e autor de vários livros.

Importante mencionar a professora Luiza de Teodoro Vieira, que foi uma professora negra cearense com inúmeras contribuições tanto na educação primária, quanto secundária e superior. Foi professora do curso de História da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará e participou de movimentos culturais e sociais, inclusive durante a Ditadura⁶⁶.

Os(as) entrevistados(as) desta pesquisa concluíram suas graduações em 2010, 2004 e 2004, respectivamente. O que nos chama a atenção de terem concluído após a implementação da Lei 10.639/03. A partir da implementação da Lei, as universidades incluíram em suas matrizes a oferta obrigatória de disciplinas com temáticas afro-brasileiras nos Programas de disciplinas no Curso de História, nas Universidades, como da Universidade Federal do Ceará (UFC)⁶⁷ e da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)⁶⁸.

Ao serem perguntados(as) se na escola que lecionam possui biblioteca ou sala de leitura? O(a) Professor 1 diz que “sim, possui uma biblioteca”, a resposta do(a) Professor(a) 2 também é positiva:

Sim, a escola (...) ela tem uma biblioteca e ela tem uma sala de leitura, a gente tem um acervo pequeno, né, de livros, a maioria são livros didáticos, são poucos paradidáticos, mas a gente também encontra romances, contos, tem uma

⁶⁶ Professora Luiza de Teodoro Vieira:

Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107905>. Acesso em: 26 dez. 2025.

⁶⁷ Programa e disciplinas do Departamento do Curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em: <https://historia.ufc.br/pt/servidores-tecnico-administrativos/edital-no-242017/>. Acesso em 20 nov. 2025.

⁶⁸ Matriz Curricular do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UV. Disponível em: <https://www.uva.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/143/2024/05/curso-historia-licenciatura-matriz-17052024.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

significativa quantia de livros que podem ser lecionados pros meninos. Inclusive, a sala de leitura tem uma programação semanal para o ensino fundamental 1, e ela é aberta para o fundamental 2 (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

Em resposta a essa pergunta, o Professor(a) 3 declarou que: “possui sim, biblioteca”. Sobre o assunto, é importante saber que essa não é uma realidade em todas as escolas públicas, nem na esfera federal, estadual e municipal. De acordo com uma pesquisa realizada em 2024, pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), consta que apenas 31% das escolas no Brasil possuem bibliotecas, e o número fica ainda pior quando se trata de educação infantil, com apenas 18% no total. Os dados foram levantados com base no Censo Escolar de 2022⁶⁹. E, segundo matéria realizada pelo jornal Diário do Nordeste em 2022, no Ceará, 6 em cada 10 escolas públicas descumprem a Lei Federal e funcionam sem bibliotecas. A Lei nº 12.244/2010 tornou obrigatório que todas as instituições de ensino do país tenham bibliotecas. Em 2024, a Lei nº 14.837 modificou a definição de biblioteca escolar, estabeleceu a obrigatoriedade de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e definiu o objetivo de universalização até 2028, embora a legislação original já exigisse a existência das bibliotecas. Segundo a Lei,

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:

- I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;
- III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem;
- IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

Ao analisarmos a Lei em conjunto com as matérias apresentadas acima, podemos ver que o objetivo ainda está longe de ser uma realidade, visto que a maioria dos estudantes brasileiros não têm acesso a esse equipamento que garantiria um espaço de saber, de troca de conhecimentos e acesso à cultura letrada, uma vez que a escola é, na maioria das vezes, o único ambiente que os estudantes têm acesso a esses espaços de discussões e reflexões. A não efetivação de políticas públicas eficazes, falham em garantir uma educação com equidade,

⁶⁹ Pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Brasil (Atricon) sobre o quantitativo de bibliotecas em escolas do públicas do Brasil. Disponível em: <https://atrimon.org.br/apenas-31-das-escolas-publicas-brasileiras-possuem-biblioteca/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

como nos adverte Fernandes,

A falta de suporte adequado marginaliza muitos estudantes, especialmente aqueles oriundos de classes sociais mais vulneráveis, que frequentemente são excluídos do processo de alfabetização e letramento de maneira eficaz. Essa exclusão perpetua um ciclo de desvantagem educacional, gerando obstáculos significativos em suas trajetórias acadêmicas e pessoais, e reforçando a posição desses alunos marginalizados no sistema educacional (Fernandes, 2024, p. 15).

Ao perguntar se eles(as) têm o costume de pegar livros emprestado ou pedir que os estudantes peguem na biblioteca ou na sala de leitura? Os(as) docentes responderam da seguinte forma: Professor(a)1,

Sim, inclusive aqui tem uma rotina bem legal aqui na biblioteca, que tem os dias e os horários que cada turma vem semanalmente aqui pegar livros aí eles levam e na semana seguinte eles devolvem. Aí o que acho legal é que ela não exige muito resumo, mas assim, eles são livres pra fazer. Aí tem uns que fazem e entregam, outros só comentam. A gente tem aquele momento de acolhida aí eles comentam cada livro antes de irem à biblioteca devolver (Professor(A) 1, Maranguape, 2025).

A ação descrita pelo(a) Professor(a) 1, é uma ação desenvolvida pela profissional responsável pela biblioteca da escola. Sobre ele(a) realizar a mesma ação em suas aulas de história, responde: “geralmente eu trago um texto já dirigido que está relacionado com o conteúdo que vamos trabalhar”.

Ainda sobre a pergunta acima, o(a) Professor(a) 2, responde:

Sim, eu sempre tenho esse desafio, né, de apresentar alguma obra pra eles, que exista na biblioteca e pedir que eles me apresentem uma outra obra também. Então geralmente eu começo ali com o pessoal do 6º ano, esse desafio, sexto e sétimo, deles tarem(*sic*) indo na biblioteca e sala de leitura, que ficam no mesmo lugar físico e que tragam algum livro. Geralmente eu começo com os contos pequeninhos que possam ler, e aí eu faço a sugestão, na verdade é um desafio mesmo que eles tragam outro livro pra me apresentar (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

Já o(a) Professor(a) 3, responde:

Na verdade, eu nunca peguei, porque os que me interessam, eu sempre compro todos, mas já solicitei que meus alunos pegassem livros lá, tanto para assuntos trabalhados em sala de aula como também para incentivar a leitura. Por isso pego para pegarem livros mesmo que não sejam trabalhados em sala, mas que eles pudessem levar pra casa e lerem (Professor(A), 3, Maranguape, 2025).

Com base nas respostas, constatamos que o acesso dos estudantes aos livros da biblioteca escolar é garantido, seja por meio de ações promovidas pelo(a) professor(a) de

história, seja pela atuação do(a) funcionário(a) responsável pelo acervo.

Sobre a pergunta: Você já viu se no acervo da biblioteca ou sala de leitura da escola possui livros de autoria negra? Professor(a) 1 responde: “Não, infelizmente a biblioteca da escola não possui livro de autoria negra”. Porém, ao investigar posteriormente, descobrimos que tem uma obra de Geni Guimarães, *Leite do Peito*.

Professor(a) 2 diz:

Sim. Para minha surpresa, em 2023 eu encontrei o livro de Conceição Evaristo, *Becos da memória* e desde então eu venho trabalhando com ele, mas não tem outro livro de autoria negra que eu lembre. E eu estou constantemente lá(biblioteca), mas essa é uma boa pergunta para ser respondida depois, precisa de uma pesquisa maior. Eu lembro que que tem um livro da Kinaya Black, que é uma pesquisadora do Afrofuturismo e esse livro só chegou lá por uma doação do pessoal do Pequeno Nazareno *Versos livres, como nós*. Eu lembro porque eles fizeram uma apresentação na escola utilizando esse livro (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

A resposta fornecida pelo(a) Professor(a) 3 é a seguinte “eu sei que tem livros como *Irmão negro* e *Zumbi*, mas nunca olhei se os autores são negros”. De fato, o livro *Zumbi* é o escritor Fernando Paixão, escritor não negro, e *Irmão Negro* é uma obra de Walcyr Carrasco, publicado em 1988 que narra a história de Leo, um garoto branco de classe média alta que sempre sonhou em ter um irmão. Sua vida muda quando sua mãe decide adotar Sérgio, um primo negro que vivia abandonado nas ruas de Salvador após a morte de sua mãe. A chegada de Sérgio na vida de Leo não é fácil. O garoto enfrenta preconceitos e dificuldades de adaptação na nova família e na comunidade onde agora vive.

Tabela 2 – Quantitativo de livros nas Bibliotecas das escolas pesquisadas

Escola	Livros	Autores negros	Autoras negras
Escola 1	1.427	01	01
Escola 2	3.000	02	02
Escola 3	5.200	12	07

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao analisarmos as falas e a tabela acima, percebemos a pouca quantidade de autores(as) negros(as) nas bibliotecas públicas, sejam ela dentro ou fora das escolas ainda é uma realidade em todo o país (mas constatou-se que existem obras de autores brancos que versam sobre a temática do negro). O que contradiz o Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, IFLA-UNESCO (2023) que diz: “A biblioteca pública - porta de acesso local ao

conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”. O que Gustavo Tanus (2020), reforça: “E é por meio das bibliotecas, de seus acervos, que os sujeitos podem acessar o universo das letras, da cultura literária escrita, podendo encontrar e (re)definir seus referenciais, confrontá-los consigo e com os do outro”. Mais uma vez vemos a falha nos serviços de equipamentos públicos que promovam ao democrático acesso ao conhecimento, uma vez que a cultura letrada produzida por pessoas negras, e principalmente mulheres negras, não se configura uma ação que aconteça dentro da “normalidade”, como acontece com autores brancos que são de fácil acesso dentro e fora das escolas. O que acaba por distanciar os estudantes negros, que são maioria, de referenciais intelectuais negros(as).

Sobre a pergunta: Você tem em seu acervo pessoal, livros de autoria negra, em especial escritoras negras? Professor(a) 1 respondeu “tenho o Pequeno Manual Antirracista da Djamila, Olhos d’água de Conceição e o Quarto de despejo está pra chegar”. Já o(a) Professor(a) 2 responde entusiasmado(a):

Tenho, tenho sim. Eu sou bem apaixonada pela Conceição Evaristo, pela Carolina de Jesus. Eu gosto de ler também hoje, atualmente, a Djamila Ribeiro, Chimamanda, a cearense Jarid Arraes, gosto muito dela também, sempre procuro ler e ter em casa e apresentar a outras pessoas também. A Ana Maria Gonçalves, que é um livro inclusive que eu comprei há muito tempo, que é *Um defeito de Cor*, um livro premiado e esse ano de 2025 eu revisitei a leitura por que eu vi que foi tema de uma escola de samba do Rio de Janeiro, baseado nesse livro dela e eu voltei a ler, reli (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

Uma informação relevante sobre um dos livros de seu acervo particular que o(a) Professor(a) 2 traz, é que o livro *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, publicado pela primeira vez em 2006, foi tema da Escola de Samba Portela, no ano de 2024. O livro fala sobre a trajetória do povo negro escravizado. O livro é considerado um clássico e através de muita pesquisa da autora, ajuda a contar a história do Brasil.

O(a) Professor(a) 3 respondeu que “Sim. Tanto da Carolina Maria de Jesus quanto da Conceição Evaristo”. Sobre a necessidade de estudar autores(as) negros(as), nos lembra Ribeiro (2019, p. 65) “A importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber”. Cabe aqui também a necessidade que cada professor(a) tem de investir na sua autoformação, e como nos lembra (Nóvoa, 2019, p. 9) “a formação nunca

está pronta e acabada, é um processo que continua ao longo da vida. O que nos leva à busca por conhecimento não só dentro das instituições, mas também através da aquisição de materiais que ampliem nossa visão de mundo para melhor desenvolvimento profissional, pois o professor de história deve estar atento a novas produções historiográficas. Sobre isso, Bittencourt diz:

A produção historiográfica tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, ampliando e renovando temas. Existem também novas interpretações de antigos temas, além da introdução de novos objetos de estudo sobre a história da mulher, da criança, das religiões e religiosidades, das relações homem-natureza entre outros (Bittencourt, 2008, p. 138).

4.3 OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO REALIZADA NAS PRÁTICAS DOS(AS) PROFESSORES(AS)

Aqui analisaremos os impactos da formação com a temática realizada em março na vida pessoal e profissional dos(as) professores entrevistados(as). Buscamos aqui, responder o objetivo 3 da pesquisa que é verificar a recepção e ou apropriação das intelectuais negras estudadas na formação pelos(as) professores(as).

Para a pergunta: Você considera que a formação realizada no mês de março de 2025, sobre Escritoras Negras Brasileiras contribuiu para sua formação pessoal e profissional enquanto professor (a) de História?

Professor(a)¹ respondeu:

Sim, por que até então eu tava com aquele Projeto Café com e Literatura, aí você veio com as escritoras negras, eu comecei a trabalhar Conceição Evaristo, fui ler com eles Olhos d'água, O pequeno Manual Antirracista. Esse ano eu trabalhei em maio e agora (agosto), mas ano passado era trabalhado mensalmente. Que foi devido a formação de 2023. E terminamos o ano com um Sarau e os alunos encenaram o Conto Maria. **O conto Maria encontra-se no livro Olhos d'água de Conceição Evaristo** (Professor(A) 1, Maranguape, 2025, grifo nosso).

O(a) Professor(a) acima, também relatou durante a entrevista, que iniciou de fato a trabalhar com as escritoras, logo após a formação de 2023, realizada por esta formadora. Ele(a) adaptou uma prática que existia nas turmas dos anos iniciais (1º ao 5º) que era o Café Literário, segundo o(a) professor(a) eles possuem uma rotina de leitura que é perdido nos anos finais (6º ao 9º). Então ele(a) levava os textos para os estudantes do 9º ano compactados para que todos pudessem ter acesso, e a cada 15 dias, era realizada a leitura e o debate dos textos e

a culminância das ações foi um sarau no mês de novembro do mesmo ano. E após juntar cada parte compactada do livro de Djamila, ao final do ano, cada estudante tinha seu Pequeno Manual Antirracista completo.

A resposta do(a) Professor(a) 2 foi a seguinte:

Sem dúvida nenhuma né. Foi a partir daquela formação lá, de março, que eu pude elaborar um projeto escrito, um projeto mais detalhado utilizando os livros da Conceição Evaristo que tem na escola. Em 2023, quando esses livros chegaram na escola, era aquela euforia pra ler. E aí em 2024, eu acabei usando nas turmas do 9º ano fazendo ali uma preparação anual das leis e tudo(antirracistas) grifo nosso. A gente pegou esses livros da Conceição Evaristo e toda terça-feira a gente lia um pouco desses livros, na quadra da escola ou no pátio, ou embaixo de alguma árvore. E aí, o que que aconteceu, em 2024, depois da leitura desses livros, os meninos acabaram pesquisando. A proposta inicial era a leitura e após a leitura, era que eles fossem pesquisar, produzissem uma pesquisa de outras autoras negras e se pudessem fizessem uma exposição na escola. Essa exposição aconteceu no dia 20 de novembro. Ela se chamou Heróis e Heroínas Negras do Brasil. Em que os meninos se reuniam em trios e foram sorteados para eles pesquisarem um pouco mais sobre esses autores e autoras. Então foi um trabalho bem legal que a gente fez. Eu tenho muito orgulho. Por que além dos meninos terem ido pesquisar esses escritores e escritoras do Brasil. Eles trouxeram Emerica, Silvio Almeida. Esse trabalho ultrapassou os objetivos do trabalho. Inclusive eles colocaram as fotos desses autores em folhas de isopor em preto e branco (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

As ações do Professor(a) 2, também coincidem com a formação realizada em 2023, sobre “Escrevivência”, inclusive no mesmo ano, foram-me enviados alguns registros das ações realizadas pelos estudantes. E que foram fortalecidas com a formação de 2025. Concluindo a resposta, ele(a) diz: “ajudou muito, contribuiu muito, não somente na formação pessoal, mas principalmente como profissional, como professora de história”.

Para o(a) Professor(a) 3,

Com certeza. Me senti até envergonhado(a) por não ter tido contato bem antes com essas grandes autoras, principalmente Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus. Contribui sim, tá! Até mesmo para implementar em minha aulas, esses temas. Sobre essas grandes contribuições, ao qual elas escreveram sobre assuntos diversos e importantíssimos para todo ser humano (Professor (A) 3, Maranguape, 2025).

Todas as respostas foram unânimes em concordar que a formação contribui para seus crescimentos, pessoal e profissional. As respostas são confirmadas com a manifestação do sentimento de frustração do(a) Professor 3, ao se perceber que enquanto professor(a) de história, e também como ser humano que não teve contato antes da formação com as intelectuais negras. O que é compreensível analisando a realidade de negação do conhecimento produzido por pessoas negras historicamente em todo o país. E é também

louvável ao meu ver esse reconhecimento. Pois é justamente sobre isso que estamos falando e também denunciando. Acredito que, ao se perceber como consumidor e também divulgador de apenas uma versão dos fatos, haverá mudança de práticas, como eu acredito que já houve. Não só para esse(a) professor(a) mas também em muitos outros, E isso é motivo de alegria para qualquer formador(a) ou professor(a) que propõe romper barreiras epistemológicas.

Na pergunta: qual ou quais escritoras negras foram apresentadas na formação, você trabalhou em suas aulas? Ao que Professor(a) 1 respondeu: “Conceição Evaristo e Djamila”, enquanto Professor(a) 2 explicou com mais detalhes que trabalhou com Conceição Evaristo:

E aí, quando chegou esse ano, em março, que a Lucy deu a formação sobre as Escritoras Negras Brasileiras eu fiquei pensando em como poderia tá trazendo isso pra sala de aula de novo, aí rapidamente eu lembrei da Conceição Evaristo, dos livros disponibilizados na biblioteca da escola e aí a gente fez outro projeto baseado nessa formação de março, eles têm que ler o livro a cada semana. Depois vão receber uma caderneta de anotação individualmente, e a proposta é que eles reescrevam ou escrevam as histórias deles. É tanto que o nome do Projeto é Cadernetas do Afeto. Eles podem reescrever alguma parte que eles acharam bonitas e relacionar com as histórias deles ou podem estar escrevendo o cotidiano deles. Começamos em setembro de 2025, com a apresentação do livro para as turmas do 8º e 9º anos. E a proposta para os 8º anos é eles lerem e fazerem a pesquisa e para os 9º é a Caderneta do Afeto. Vão passar outubro lendo, em novembro vão produzir e no final de novembro irão apresentar as cadernetas (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

Sobre a proposta da atividade citada acima, Cadernetas do Afeto, o(a) Professor(a) 2 conseguiu realizá-la com êxito, tendo o retorno positivo dos estudantes, o que fez com que o(a) professor (a) apresentasse no mês de dezembro de 2025 a atividade como experiência exitosa no III Seminário de Práticas Exitosas de Maranguape, no mês de dezembro deste ano, recebendo assim, o prêmio de primeiro lugar em Práticas Exitosas no município de Maranguape. O Seminário tem o objetivo de valorizar e incentivar a pesquisa e a escrita científica aos professores da rede municipal de ensino, em que o(a) professor(a) escreve um texto científico sobre uma atividade realizada em sala de aula e que considerou exitosa.

A atividade acima foi realizada juntamente ao (a) professor(a) de geografia, em que valorizaram a interdisciplinaridade. Além da leitura e escrita, trabalharam conceitos como espaço, territorialização, pertencimento, favela, dentre outros. Importante observar a relação entre o tema desta pesquisa com o tema da atividade, pois ambos trabalham e valorizam a escrita, algo que pode ter muito significado para os estudantes, que, eventualmente, possam se ver e se projetarem como futuros(as) escritores(as).

Ainda contemplando a pergunta acima, o(a) Professor(a)3 respondeu da seguinte

forma:

Trabalhei quase todas, mas as principais foram Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus. Eu achei importantíssimo realizar algumas aulas sobre essas grandes escritoras, até mesmo porque eu tenho muitos alunos e alunas que são negros(as), e escrevem perfeitamente, lindamente bem. Até mesmo como incentivo, pra mostrar que eles podem chegar até onde essas escritoras chegaram. Procurei metodologias onde os alunos pudessem ser protagonistas e foi sensacional! (Professor(A) 3, Maranguape, 2025).

Como vimos, todos(as) se propuseram e trabalharam com algumas das intelectuais estudadas na formação. Essa prática tem um significado importante, pois rompe com um círculo vicioso de visão canônica eurocêntrica e masculina. Insere nos repertórios de nossos(as) estudantes, novos(as) sujeitos(as) que foram por muito tempo invisibilizados(as).

Outro ponto importante que podemos analisar nas respostas acima, dois professores(as) apresentaram que trabalharam de uma forma que permitiram aos estudantes serem protagonistas em suas realizações. Tanto o(a) Professor(a) 2, quanto o(a) Professor(a) 3, expuseram que além de apresentarem as escritoras, realizaram atividades em que os próprios estudantes realizaram da melhor maneira as ações. Dentro dessa perspectiva, cabe reforçar que uma aula que não se faça presente o diálogo, o respeito e a curiosidade, dificilmente será uma aula que torne o estudante como sujeito histórico e autônomo. Nesse contexto, suscitar uma educação baseada na equidade racial, o uso de textos de autoras negras brasileiras nas aulas de história, pode tornar-se um mecanismo eficaz contra a continuação e propagação do racismo.

Foi perceptível uma preferência pelas escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Ao perguntar sobre os critérios utilizados para a escolha da intelectual ou intelectuais estudadas em suas aulas, tivemos as seguintes respostas: Professor(a) 1, “eu escolhi Carolina por ter sido a primeira das escritoras brasileiras e a Conceição Evaristo é porque assim, eu gosto demais (rir) querendo ou não a gente acaba levando o que a gente gosta pra sala de aula”. Importante lembrar que a primeira intelectual negra que trabalhamos foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira escritora negra brasileira.

O(a) Professor 2, disse:

O primeiro critério foi o livro estar disponível na biblioteca da escola, Becos da Memória da Conceição Evaristo. O segundo critério para a escolha de Conceição é que ela é uma escritora contemporânea viva. Então eles têm acesso a vídeos, ao material da Conceição que ela tem produzido (...). Eu não queria que eles buscassem nada que fosse só na rede social, que fosse só através da internet. Eu queria que eles

tivessem algo físico, que eles pegassem o livro e entendessem o que é edição, que eles soubessem a história do livro (Professor(A) 2, Maranguape, 2025).

Já o(a) Professor(a) 3 justificou suas escolhas da seguinte forma:

Eu vou ser bem sincero. Eu busquei pelas duas autoras eu que mais me identifiquei e que mais eu gostei da leitura, e também pela forma que a formadora apresentou pra gente, com um poema da Conceição Evaristo que eu não me recordo agora, não sei se era Voz Mulheres ou Vozes Mulheres, esse poema belíssimo e também da história e trajetória de Carolina Maria de Jesus. Catadora ao qual escreveu sobre o cotidiano, sobre política, sobre sociedade, sobre a sua realidade na favela a qual eu me vi identificado pelas realidades dos meus alunos. Foi o que me fez escolher essas grandes autoras (Professor(A), 3, Maranguape, 2025)..

Como falado no início deste capítulo, o nome do poema muito bem lembrado pelo(a) Professor(a) 3, foi Vozes Mulheres, de Conceição Evaristo, que usei na abertura da formação. Cada professor(a) apresentou seus critérios de escolha para trabalhar as escritoras em suas aulas, desde as questões sentimentais, passando pela facilidade do acesso à obra, até a análise mais apurada do(a) Professor(a) 3, que viu em Carolina desde um exemplo de superação à sua visão aguçada e crítica da sociedade e da política. Importante também destacar que o(a) mesmo(a) Professor(a) 3, viu uma semelhança entre a vida da autora com a vida de seus alunos. Poderíamos refletir aqui que ambas escritoras possuem uma linguagem mais próxima da linguagem dos estudantes, tornando assim de melhor entendimento, além da proximidade da realidade de vida, o que as tornam assim, mais conhecidas do grande público, enquanto as demais intelectuais podem parecer aos estudantes, que tratam de assuntos que tencionam mais nuances políticas e sociais.

Ao observar as formas como os(as) professores(as) entrevistados(as) se apropriaram dos conhecimentos adquiridos durante a formação sobre as Intelectuais Negras, percebemos o quanto necessário e tardio era de incluir esse tipo de conhecimento nas aulas de história e principalmente a forma como era preciso incluí-lo. Lembro que quando trabalhávamos a temática, costumávamos sempre evidenciar as “celebridades” negras, o que nos deixava diante de uma imensidão de personalidades negras que se destacaram em alguma modalidade, mas principalmente na música e no futebol (não que isso seja errado, até porque não é), mas dessa forma, não dávamos um destaque aos negros e negras que foram e são importantes de uma forma que nós e nossos estudantes, não estávamos acostumados a ver. Pessoas e principalmente mulheres negras, sendo produtoras do conhecimento. Trabalhar as representatividades negras nas mais variadas modalidades, já é de grande importância para milhões de meninos e meninas negras que não são acostumados a se verem representados(as),

más, conhecer e estudar mulheres negras intelectuais, consideramos de uma valiosa importância para esses milhões que jamais se imaginaram. E como o(a) Professor 3 frisou em sua última fala, “Até mesmo como incentivo, pra mostrar que eles podem chegar até onde essas escritoras chegaram” (Professor(A) 3, Maranguape, 2025). O que lembra a fala de Bárbara Carine (2023), “onde a gente não se vê, não se projeta”.

Sobre o exposto acima, compartilho duas experiências muito boas. Após a formação realizada em março de 2025, as imagens das intelectuais estudadas na formação foram colocadas no corredor da Secretaria da Educação de Maranguape, a pedido da secretária adjunta Sirone Freire. E elas ficaram expostas de março à setembro de 2025. Aparentemente seria uma ação simples, mas expor imagens de mulheres negras intelectuais no corredor de uma instituição educacional é muito simbólico, pois durante este ano, muitas escolas realizaram atividades, não só no mês de novembro, e muitas delas, falaram pela primeira vez de escritoras negras, inclusive, algumas escolas solicitaram as imagens para exporem em suas ações, e recebi também convites para falar sobre essas mulheres intelectuais nas escolas, algo, que antes, era quase impossível de acontecer. Como dissemos anteriormente, as ações seguiam o curso das “celebridades” negras. Outra experiência que compartilho é que algumas formadoras também tiveram interesse em trabalhar as intelectuais em suas formações, convidando-me para apresentá-las durante os momentos formativos. Cito aqui a formadora da Educação Infantil, Gerlene Fernandes, a formadora dos anos iniciais 3º e 4º ano, Marisa Uchôa, e a formadora de matemática Eriágna Sobreira. Importante elucidar que algumas dessas formadoras são mulheres brancas com letramento racial, e que propõem em suas formações trabalhar as relações étnico-raciais.

São acontecimentos que nos fazem acreditar que nossas ações influenciam e incentivam novas práticas, pois, além de proporcionar o contato dessas intelectuais aos (as) professores(as) de história, conseguimos expandir mais o campo de acesso, levando aos (as) professores(as) de outros componentes curriculares que também recebem formação continuada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho propusemos compreender a importância e o poder da escrita na construção da história coletiva brasileira, bem como os prejuízos desse domínio para a população negra e o quanto impossibilitou por muito tempo que intelectuais negras tivessem suas escritas representadas nas escolas e nas universidades. Por isso, buscamos, a partir das formações continuadas dos(as) professores(as) de História, contribuir para essa mudança de paradigma, uma vez que reconhecemos o quão importante é, que os estudantes do ensino fundamental, mais precisamente do nono ano, tenham acesso a outra visão da nossa história, visto sermos uma nação com fortes resquícios do período escravocrata. Sendo assim, propomos analisar uma outra vertente de escrita, que historicamente foi negligenciada e calada. A de mulheres negras. Mulheres essas, que, concordamos, são também, produtoras de uma intelectualidade massiva, originária dos lugares menos improváveis, visto vivermos numa sociedade elitista e segregacionista.

Considerando esse cenário e sabedores do papel formador do(a) professor(a), neste caso específico, o de História, traçamos nossos objetivos, desde o geral: investigar as contribuições da leitura de obras de mulheres negras brasileiras para práticas educacionais dos(as) professores(as) de história nas turmas do 9º ano da rede pública de ensino de Maranguape, e os específicos: evidenciar as organizações históricas do Movimento Negro e de Mulheres Negras no Ceará e no Brasil e seus protagonismos intelectuais; destacar dez intelectuais negras que foram estudadas no ciclo de formação continuada e por fim, verificar a recepção e ou apropriação das intelectuais negras estudadas na formação pelos(as) professores(as). Dessa forma, buscamos alcançar os objetivos, através de análises documentais, realização de uma formação continuada com os professores de história de Maranguape/Ce e também através de realização de entrevistas com 3 professores(as) efetivos da rede pública de ensino do município.

Ao buscar atender ao primeiro objetivo da pesquisa, trilhamos um caminho de intensa leitura bibliográfica, consulta a artigos científicos, dissertações e teses sobre a história do Movimento Negro, das mulheres negras em seus respectivos contextos, bem como nos deleitamos na leitura de obras das dez intelectuais pesquisadas durante todo o processo, buscando sempre responder aos objetivos considerando de forma transversal o referencial teórico da interseccionalidade.

Nossa análise iniciou pela busca de compreensão do papel do Movimento Negro. Tanto como sujeito político, como educador, como nos diz Gomes (2019). Nesse viés, tivemos contato com essa história de luta, apesar de toda força contrária, de intelectuais emergindo de organizações que aparentemente em seu início apresentou um caráter recreativo, mas repleto de representatividade e simbolismo para tudo que a história do povo negro ainda iria viver.

Ao longo do primeiro capítulo, fomos apresentados a diversos textos que evidenciam as organizações desde o final do século XIX, como associações e clubes que tomaram mais visibilidade no pós-abolição. Ao nos aprofundarmos nas pesquisas, vimos o processo de articulação se tornar mais visível, o que resultou em necessidade de expandir e divulgar os instrumentos de resistências, surgindo assim, a *Imprensa Negra*, que teve José Correia Leite como um dos principais idealizadores, como nos dizem Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006). Relembramos alguns exemplos de periódicos desse período como: *A Alvorada*, *A Vanguarda*, *A Cruzada* e *O Exemplo*, *Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. Nessa conjuntura, a descoberta por esta pesquisadora, de mulheres negras, como Benedita Correia Leite no início do século XX, engajadas nas redações e distribuição de periódicos, inclusive escrevendo, mesmo que com nomes fictícios, enriqueceu de maneira inexplicável este trabalho. Pois, enquanto como todos os paradigmas do contexto em que viviam, fazer parte de um instrumento de denúncia e de divulgação da resistência, é certamente muito significativo para todas as mulheres negras que vieram depois. Assim também como no surgimento da Frente Negra Brasileira (1931) e do Teatro Experimental do Negro (1944), com a figura de Abdias Nascimento como principal articulador, mas também com algumas mulheres destemidas e vanguardistas, com destaque para Ruth de Souza e Léa Garcia.

No tocante à forte ação por direitos sociais e políticos, o Movimento Negro, após passar por anos de repressão e proibido de manifestação, volta ao cenário, na década de 1970, mais organizado e articulado, protagonizando enfrentamento ao regime militar. Nesse período, muitas mulheres negras se destacaram por lutarem tanto pelos direitos civis enquanto pessoas negras, como por serem mulheres. Esse estilo de manifestação, colocou a mulher negra mais uma vez em dupla jornada. Pois, por não se sentirem representadas nas lutas feministas, incorporaram corajosamente as questões femininas junto às questões raciais, contribuindo assim, para as discussões em torno da interseccionalidade em plenas décadas de 1970 e 1980, com destaque para Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Muitas das reivindicações desse

período foram ligados a implementação de uma educação antirracista, mudanças nos currículos e surgimento de universidades que contemplassem a história da cultura negra na academia e nas escolas (Nascimento, 2009).

O capítulo também proporcionou uma imersão em documentos sobre o surgimento do Movimento Negro Contemporâneo no Ceará. Em que tivemos contato com a história de superação da negação da existência de pessoas negras, além de indígenas nesse estado. O que nos fez concluir mais uma vez que o poder da escrita e do discurso provoca no imaginário popular uma história tida como verdade, apesar das evidências. Ao longo da pesquisa, fomos apresentados a diversos textos sobre o Grucon - Grupo União e Consciência Negra, que evidência Lúcia Simão como pioneira nas discussões sobre as questões raciais no Ceará.

Ao evidenciarmos as organizações históricas do Movimento Negro e de Mulheres Negras no Ceará e no Brasil e seus protagonismos intelectuais, reconhecemos e consideramos suas contribuições para o surgimento de políticas públicas que agora, tornaram-se reais a partir da Constituição federal, enquanto considerar o racismo como crime inafiançável e prescritivo e a partir dos primeiros anos do século XXI, como construção de uma Universidade Federal para reparação histórica do racismo (Unilab), e das Leis 10.639, 11.645 e também da Lei 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas, dentre outras.

No tocante ao interesse em responder às competências do capítulo 2, debruçamos em leituras acerca de intelectuais em diversos gêneros discursivos que, mudando uma história de objetivização (objetos de exploração e de estudo) e coisificação, a que lhes era resguardada, se destacaram como sujeitas produtoras do conhecimento, apesar dos impasses estruturais a que as mulheres negras são submetidas.

Destacamos aqui intelectuais que, cada uma em seu contexto histórico, sem nos apegarmos às questões meramente bibliográficas, mas desenvolvemos pesquisas sobre suas contribuições para uma nova forma de contar a história do Brasil e do povo negro, em especial a das mulheres negras. Foi de suma importância ver o quanto significativo é para nós, mulheres negras, ter intelectuais atravessando barreiras epistemológicas. Cada intelectual estudada evidenciou que o processo de luta e de conquistas, mesmo que em processo lento, representa muito, simbolicamente.

Há de se considerar que, o capítulo em questão, foi dividido em três partes para melhor dialogar com o leitor considerando o contexto e aproximação dos gêneros discursivos das intelectuais. O primeiro apresentou intelectuais que se destacaram em produções literárias, como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Essas

escritoras, escreveram e escrevem (Conceição é uma escritora viva), sobre a vivência, seja ficcional ou realista, da vida e história do negro e sua contribuição na construção e formação do Brasil. Enquanto a primeira denunciava ao seu modo, a escravidão, as duas últimas denunciavam e denunciavam as consequências dessa escravidão. Onde pudemos ver nas favelas, a partir dos escritos, uma continuação, por assim dizer, das senzalas, por se apresentarem como ambientes geográficos e simbólicos de subalternização, segregação e subumanidade.

A escrita dessas três mulheres escancara os conflitos e as contradições que se perpetuam na sociedade brasileira, tanto nas linhas dos cadernos de Carolina, como nas ficções reais de Conceição, em que a mulher negra sofre mais das violências que ocorrem, principalmente nos grandes centros urbanos com o avanço do capitalismo desenfreado, que tem em seu cerne, as desigualdades. Nesse sentido, percebemos, além das violências físicas, diferenças salariais e acúmulo de funções dentro e fora de casa.

No tópico seguinte nos debruçamos nas intelectuais que, ao nosso ver, fizeram a interlocução entre os movimentos sociais e a academia. Por isso, foi tão importante unir as intelectuais Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Cida Bento. Pois, essas intelectuais, ocuparam nos anos 80 e 90, as academias, num contexto em que poucas mulheres, principalmente negras, ocupavam esses espaços. Reforçamos nesse tópico o quão foi importante para a mulher negra, ter Lélia e Beatriz dentre outras dentro dos movimentos discutindo as questões contemporâneas e das subjetividades do que significa ser mulher e negra no Brasil. Foi importante perceber também o quanto as ações de Cida Bento enquanto integrante do Movimento Negro, contribuem com as questões ligadas ao trabalho envolvendo pessoas negras, tanto homens quanto mulheres, que devido o racismo estrutural, eram a eles(as) negado os direitos de exercerem funções de destaque nas instituições privadas.

Na seção seguinte, que tratou sobre as mulheres negras que, no século XXI, ocuparam espaços que foram iniciados e percorridos pelas intelectuais do século passado, reforçamos mais uma vez Lélia e Beatriz. Vejam a importância da resistência, da luta. Nilma Lino, Wlamyra Albuquerque, Djamila Ribeiro e Bárbara Carine, foram as escritoras escolhidas para discutirmos sobre esse processo de ruptura que historicamente foi trilhado por outras mulheres motivadas por uma inquietação e, dessa forma, promoveram uma mudança de paradigma. Essas intelectuais contemporâneas ao século XXI, continuam a conquistar novos caminhos, apropriando-se dos recursos atuais com maestria. Tais recursos vão de equipamentos do saber, como as universidades, assim também como uso das mídias como espaços que oportunizam o acesso à informação e que tem permitido pessoas de várias faixas

etárias, classe e raça, fazerem usos. Duas dessas intelectuais fazem uso desses meios de informação para informar e também denunciar casos de racismo.

Contemplando as aspirações do último capítulo, essas escritoras foram estudadas na formação continuada de história, proposta no início da pesquisa. E com isso, tivemos a oportunidade de responder além do objetivo 3, também responder a pergunta central que foi: Como o uso de obras de autoria negra feminina nas formações continuadas pode contribuir para a formação profissional dos (as) professores (as) de História de forma que reverbere em novas práticas educacionais que promovam a equidade racial?

Para a efetivação da resposta à pergunta, foram realizadas entrevistas com os(as) três professores(as) participantes, sobre as percepções da formação continuada que teve como fundamentação teórica, as dez escritoras/ intelectuais citadas acima.

As perguntas foram analisadas pelos seguintes critérios: primeiro, considerando o acesso a intelectuais negras tanto na formação inicial quanto em seus ambientes de trabalho, e considerando sobre a presença de autoria feminina negra em seus acervos pessoais. O que se conclui pouco acesso nas situações acima, o que mostra que o uso de intelectuais negras ainda é minoria entre as bibliografias dos cursos universitários, quanto nas bibliotecas públicas escolares em âmbito nacional, estadual e municipal. Outro critério analisado foi o impacto da formação realizada nas práticas dos(as) professores(as). Em que se averiguou também o acesso dos estudantes das turmas dos 9º anos à bibliotecas e salas de leituras das escolas, principalmente acesso à obras de autores(as) negros(as), o que confirmou a existência da prática, apesar de pouco acervo no que refere a autoria negra esses espaços e de ainda a realidade brasileira no geral ser de pouco acesso. E por fim, sobre a partir da formação, se houve uma mudança, mesmo que em processo de iniciação de leituras dessas intelectuais nas turmas do 9º ano, o que tivemos a resposta positiva, uma vez que algumas das intelectuais estudadas na formação (principalmente Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro) foram trabalhadas de forma interdisciplinar e considerando os estudantes como protagonistas nas leituras de textos e/ou obras e também nas ações em sala de aula.

Diante do exposto, podemos concluir que, apesar da educação pública brasileira necessitar de muito avanço, assim como a inserção de temáticas envolvendo as Relações Étnico-Raciais estarem aquém do desejado pelas leis e pelas pessoas negras, é possível haver a promoção da equidade racial a partir das formações de história, uma vez que o(a) professor(a) reflexivo e crítico, faça uso de intelectuais negras nas suas práticas docentes, a partir do seu reconhecimento como um(a) professor(a) que também é formador(a).

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; CÔRTEZ, Gisele Rocha; GAUDÊNCIO, Sale Mário. Expandindo os cosmos da apresentação social do conhecimento por meio da categorização dos marcadores sociais da diferença. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 295-317, 2018. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ticiane de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**, v. 4, n. 10, jan./jul. 2012.

AQUINO, Ingrid Andressa Neles de. **Mulheres negras que não podem passar em branco**: Trajetórias, escritas e participação ativa nas páginas de o “Clarim da Alvorada” 1924-1940. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

ARAÚJO, Marlene de; GOMES, Nilma Lino (org.). **Infâncias Negras**: Vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOLETIM INFORMATIVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar Curitiba**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. (p. 183-191).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes operárias e patronais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1931]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm. Acesso em: 8 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Artigos – NEABI**, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em 03 mai. 2025.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. A resignificação de Palmares: uma história de resistência. In: SILVA, G. D. dos; SANTOS, J. A. dos; CARNEIRO, L. C. C. (org.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 231-245. [recurso online].

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales**, [s. l.], v. 8, n. 1, jan./jun. 2010.

CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini; SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da. As quatro ondas do Feminismo: Lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, jan./jul. 2021.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e na imprensa alternativa: primeiras experiências no século XIX. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-17, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88165>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CORDEIRO, Gracianne Carvalho. O protagonismo feminino no movimento abolicionista cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano CXXXVI, 2023. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/2023-2/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CORTES DO FLOW. **O real significado de Lugar de fala**. [S. l.], 2023. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K8LOqqhh8x4>. Acesso em: 4 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DIAS, Djamila de Sousa Ferreira. **O coletivo de mulheres negras no Rio de Janeiro e como as narrativas de suas trajetórias contribuem para a memória do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. 2025. 115 f. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2025.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 345-374, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100015>. Acesso em: 14 ago. 2025.

DOMINGUES, José Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [s. l.], v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 14 ago. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. Clubes Negros no Brasil: espaços de significados polissêmicos. In: SILVA, G. S. V.; SANTOS, J. A. dos; FERREIRA, M. T. (org.). **Clubes negros e protagonismo social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. cap. 1, p. 19-46.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasileira. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2. sem. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6160270>. Acesso em: 25 abr. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FANON, Frantz. O negro e a linguagem. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. cap. 1, p. 33-51. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Audálio Dantas [entrevista]. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, p. 305-314, 2014.

Fernandes, Thiago Medeiros. **História das organizações negras e da educação das relações étnico-raciais em Maranguape e no Ceará**. 2023. 211 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=112885>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FERNANDES, Maria Eduarda de Sousa. **O papel da Biblioteca no desenvolvimento da educação escolar**: um olhar sobre as Políticas Públicas Brasileiras. 2024. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2024.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 83. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 41–62, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/ri.v10i1.4143>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GNT. **Saia Justa**: lugar de fala. [S. l.], 2018. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AINEmjM4Ki4>. Acesso em: 4 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades**: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a previdência. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela**

Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-64.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Arilson dos Santos. Uma análise histórica da afirmação da identidade negra e das cotas raciais no Ceará (1955-2021). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 30, jun. 2024.

GOMES, Arilson dos Santos. A Sociedade Floresta Aurora: Para além de um povo negro no Sul do Brasil. In: SILVA, G. S. V.; SANTOS, J. A. dos; FERREIRA, M. T. (org.). **Clubes negros e protagonismo social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. cap. 1, p. 105-132.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. (org.). **Por um feminismo Afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Parte 1, p. 20-39.

GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. (org.). **Por um feminismo Afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Parte 1, p. 58-66.

GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. (org.). **Por um feminismo Afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Parte 1, p. 67-83.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. (org.). **Por um feminismo Afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Parte 1, p. 84-100.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 75-91, jan./ jul. 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Botafogo: Civilização Brasileira, 1982.

GUEDES, Diego Rocha; SOUSA, Luana Passos de. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 20 nov. 2024.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 1, n. 2, out. 1986.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 121-143, jul. 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Escre (vivência) ”: a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988. cap. 24. (Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 82-91, mar./maio 1998.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 79-94.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 247-260, 2013.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memórias organizativas do Movimento Negro Cearense**: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. Organização: Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: RATTTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 37-54.

NOGUEIRA, Renato. **Afroperspectividade**: por uma filosofia que descoloniza. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lúcia. Ordem e progresso: Augusto Comte e as influências do Positivismo. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 1, p. 250-272, jan./abr. 2018.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; BERNARDINO-COSTA, Joaze. O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 1085-1111, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030011>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PEREIRA, William Augusto. **História e Memória do Grupo União e Consciência Negra (GRUCON) e a atuação intelectual no reconhecimento da presença negra no Estado do Ceará (1982 a 2022)**. 2023. 140 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI**: formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. Sobre as origens da Favela. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

RATTS, Alecsandro J. P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. **Cadernos Ceru**, São Paulo, n. 9, 1998.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil).

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Estabelecimento do texto e introdução: Maria Helena Pereira Toledo Machado. Cronologia: Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).

SANTOS, José Antônio dos. **Diáspora africana**: paraíso perdido ou terra prometida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-978853860383-13.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas. **IFLA-UNESCO Manifesto da Biblioteca Pública**: por que, como e para quem? Organização: SP Leituras. Ilustração: Retina Studio. São Paulo: Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas: SP Leituras, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SILVA, Régia Agostinho da. **Escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações da escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Régia Agostinho da. Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 3, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/8137>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada**: o Movimento Negro e os discursos identitários no Ceará (1982-1995). 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

TANUS, Gustavo. **Onde estão os autores e autoras negras?** A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. Belo Horizonte: Literafro, [20--]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/1338-gustavo-tanus-e-estao-os-autores-e-autoras-negras-a-literatura-afro-brasileira-nos-acervos-das-bibliotecas-publicas-brasileiras>. Acesso em: 22 nov. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], n. 5, p. 9-27, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294>. Acesso em: 20 jan. 2026.

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 116, p. 725-742, out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400008>. Acesso em: 15 out. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 – Formadora apresentando o tema da formação



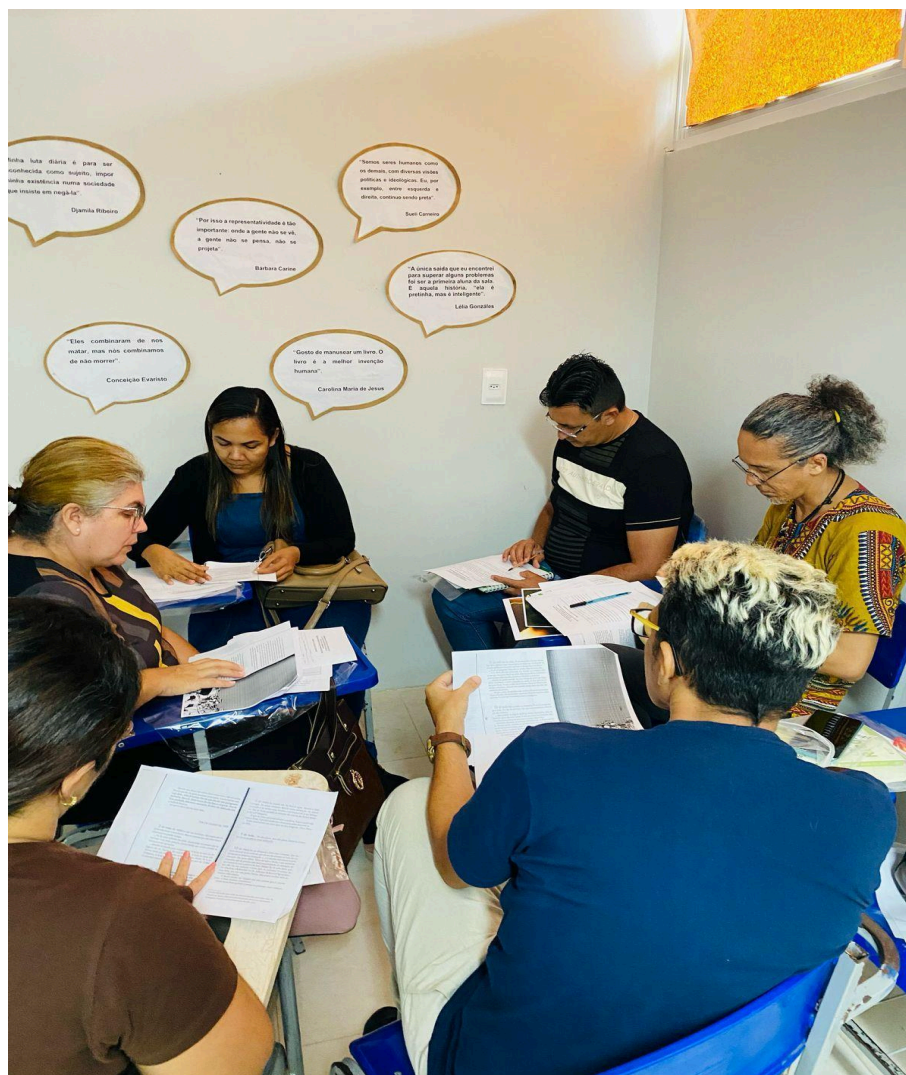
Fonte: Acervo pessoal (2025).

ANEXO 2 – Quadros das Intelectuais estudadas na formação



Fonte: Acervo pessoal (2025).

ANEXO 3 – Professores realizando a leitura do diário de Carolina Maria de Jesus



Fonte: Acervo pessoal (2025).

ANEXO 4 – Professores realizando a leitura do diário de Carolina



Fonte: Acervo pessoal (2025).

ANEXO 5 – Algumas obras apresentadas durante a formação



Fonte: Acervo pessoal (2025).

ANEXO 6 – Plano da formação



FORMAÇÃO DE HISTÓRIA- 6º ao 9º

DATA: 13.03.2025

TEMA: Escritoras Negras Brasileiras: Contribuições para a Promoção da Equidade Racial no Ensino de História no Município de Maranguape

PROFESSORA FORMADORA: Maria Lucy dos Santos Lima -
Mestranda no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades- UNILAB

TEMPO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
10 min	Boas vindas às 7h:30min e 13:00h Leitura do poema: Vozes-Mulheres de Conceição Evaristo
	OBJETIVO
05min	Conhecer e trabalhar escritoras negras brasileiras, na perspectiva de que a leitura dessas autoras pode influenciar e fomentar novas práticas de ensino, tendo como meta de cada profissional a formação holística dos estudantes. HABILIDADE E COMPETÊNCIA BNCC/DCRC/BCCM (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil Competência específica 04 Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
TEMPO	DESENVOLVIMENTO
1h:20min	❖ Contextualizar a temática da formação; ❖ Apresentar os quadros das 10 escritoras que serão trabalhadas. Perguntar se eles (as) conhecem alguma (s) das escritoras e o que sabem sobre elas, fazer algumas perguntas específicas sobre as autoras para ter uma noção prévia); ❖ Realizar a dinâmica da interseccionalidade (citar algumas situações de preconceitos, caso o (a) professor (a) tiver sofrido, dará um passo à frente); ❖ Apresentar a primeira escritora - Maria Firmina dos Reis- Úrsula (Ler o primeiro e terceiro parágrafo da página 47 em que ela apresenta o livro. Depois ler o último parágrafo da página 54, em que ela apresenta indignação com a escravidão);

	❖ Seguir com as demais autoras, (com exceção de Carolina) em apresentação expositiva dos slides e lendo trechos de algumas obras para favorecer a discussão. Obs.: A sala de formação será previamente ornamentada com quadros, livros e frases das 10 escritoras.
1h:20min	ATIVIDADE DE APROFUNDAMENTO ❖ Após o intervalo para o lanche, o foco será na escritora Carolina Maria de Jesus; ❖ Dividir a turma em equipes em que realizarão a leitura de trechos (dia, mês e ano) previamente selecionados do livro “Quarto de despejo”; ❖ Após a leitura será levantada a discussão das observações sobre a escrita e o contexto da obra, sempre fazendo conexão com a interseccionalidade. ❖ Após a discussão, cada professor escreverá: “o que eu aprendi com Carolina...” colará próximo ao quadro da autora.
10min	AValiação da Formação ❖ Esse momento será reservado para que os professores avaliem o momento formativo através da leitura do Qr Code
	ENCERRAMENTO ❖ 11:00 Agradecimentos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

ANEXO 7 – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Escritoras Negras Brasileiras: Contribuições para a promoção da equidade racial no Ensino de História.

Pesquisador: MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86606224.6.0000.5576

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.744.928

Apresentação do Projeto:

A proposta de estudo apresenta-se como um levantamento da inclusão de escritoras negras no planejamento didático do Ensino Básico, em especial de aulas de História em escolas públicas pré-determinadas. Inclui entrevistas orais, análise de acervo e análises de conteúdo. A pesquisa tem o mérito de compreender a inclusão temática dessas escritoras e discutir o cenário de igualdade étnico racial na educação, fazendo uso de métodos e conceitos bem definidos.

Objetivo da Pesquisa:

São indicados como objetivos: "A pesquisa tem como objetivo geral, investigar as contribuições da leitura de obras de mulheres negras brasileiras para práticas educacionais dos(as) professores (as) de História nas turmas do 9º ano da rede pública de ensino de Maranguape" (primário) e "Em concomitância com o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: 1. Evidenciar as organizações históricas do Movimento Negro e de mulheres negras no Ceará e no Brasil e seus protagonismos intelectuais; 2. Verificar as formas de acesso às obras de mulheres negras e quais estratégias os professores estão utilizando em seus planejamentos; 3. Observar o desenvolvimento das aulas pós ciclo de formação continuada abordando obras escritoras negras" (específicos).

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro
Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000
UF: CE **Município:** REDENCAO
Telefone: (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

**UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**



Continuação do Parecer: 7.744.928

conforme as quais o pesquisador deve apresentar no Relatório Final do projeto que foi desenvolvido, conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

3. Salienta-se que as demandas expressas no presente processo estão respaldadas pelas recomendações que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS) fornece aos CEPs locais.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2473119.pdf	21/05/2025 07:48:19		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	20/05/2025 12:02:14	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Roteiro_semi_estruturado.pdf	20/05/2025 11:57:01	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Carta_diretor_3.pdf	20/05/2025 11:53:41	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Carta_diretor_2.pdf	20/05/2025 11:53:16	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Carta_diretor_1.pdf	20/05/2025 11:51:19	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ATUALIZADO_assinado.pdf	20/05/2025 11:45:42	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_assinado.pdf	20/05/2025 11:45:18	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Instrumentos_de_coleta_de_dados_assinado.pdf	21/02/2025 13:41:08	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO_assinado.pdf	21/02/2025 13:39:50	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Orçamento	Orcamento_assinado.pdf	21/02/2025 13:39:08	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	14/02/2025 15:53:47	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro
Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000
UF: CE **Município:** REDENCAO
Telefone: (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

Página 03 de 04

UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB



Continuação do Parecer: 7.744.928

Outros	Carta_de_anuencia_4.pdf	14/02/2025 15:52:35	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_3.pdf	14/02/2025 15:51:52	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_2.pdf	14/02/2025 15:49:16	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Carta_de_anuencia_1.pdf	14/02/2025 15:47:58	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/02/2025 15:43:19	MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

REDENCAO, 05 de Agosto de 2025

Assinado por:

Edmara Chaves Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro
Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000
UF: CE **Município:** REDENCAO
Telefone: (85)3332-6190 **E-mail:** cep@unilab.edu.br

Página 04 de 04

ANEXO 8 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COORDENAÇÃO DE
PESQUISA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Resolução CNS 466/12, item II-23

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido voluntariamente a Maria Lucy dos Santos Lima, para compor o acervo de dados da pesquisa intitulada: ESCRITORAS NEGRAS BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EQUIDADE RACIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE/CE, sob a orientação do Professor Doutor Arilson dos Santos Gomes.

Esta pesquisa tem por justificativa, a importância que as aulas de História e um professor reflexivo têm na formação dos estudantes, não apenas na questão cognitiva e acadêmica, mas também como cidadãos, ressaltando que o ensino deve ser ministrado considerando também o princípio da diversidade étnico-racial, (Brasil, 2023).

A pesquisa tem por objetivo geral, investigar as contribuições da leitura de obras de mulheres negras brasileiras para práticas educacionais dos (as) professores (as) de História nas turmas do 9º ano da rede pública de ensino de Maranguape.

Em concomitância com o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- 1- Evidenciar as organizações históricas do Movimento Negro e de mulheres negras no Ceará e no Brasil e seus protagonismos intelectuais;
- 2- Verificar as formas de acesso às obras de mulheres negras e quais estratégias os professores estão utilizando em seus planejamentos;
- 3- Observar o desenvolvimento das aulas pós ciclo de formação continuada abordando obras escritoras negras.

Serão realizados os seguintes procedimentos contemplando os objetivos específicos: para os objetivos **2- Verificar as formas de acesso às obras de mulheres negras pelos professores da rede municipal de ensino e o 3- Analisar as contribuições de um ciclo formativo em serviço abordando autorias de mulheres negras**, será feita uma entrevista semiestruturada como instrumento e o Termo de Consentimento e Esclarecido Livre (TCLE), que de acordo a Resolução CNS no 466/2012, “é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita[...]”

Consecutivamente será realizada uma coleta de dados de quantitativo de livros de autoria negra existentes na biblioteca ou sala de leitura da escola, dialogando assim com a entrevista e compreender quais tipos de acesso esses professores têm ou tiveram dessa literatura desde a formação acadêmica inicial ao exercício do trabalho docente. Ainda no tocante ao objetivo **3- Observar o desenvolvimento das aulas pós ciclo de formação continuada abordando obras escritoras negras**, será verificado quais estratégias os professores estão utilizando para inserir autoras negras (mais especificamente Carolina Maria de Jesus) em seus planejamentos na busca de uma educação pautada na equidade racial, será feita uma análise documental a partir de documentos produzidos pelos docentes em que permitirá observar empiricamente seu plano de aula levando em consideração seus objetivos, metodologias e as formas com que avaliarão suas aulas. Os benefícios da pesquisa são: a possibilidade de contribuir para a equidade racial a partir das formações dos professores de História, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e menos racista, poder conhecer e divulgar as autoras negras brasileiras, que tanto contribuem com suas escritas e vivências, e são exemplos para meninas e mulheres negras brasileiras, discutir o racismo estrutural, que faz com que essas autoras tenham mais dificuldades em acessar aos meios editoriais, e também, investigar as formas de acesso que os professores e professoras de História têm no decorrer de sua vida acadêmica e profissional a essas autoras.

Sobre os possíveis riscos da pesquisa, foi atentado para a possibilidade de tomar tempo das pessoas envolvidas considerando tratar-se de sujeitos, que, além de cumprirem horários que exercem outras atividades de âmbito comunitário, pessoal e familiar, prevendo antecipadamente soluções viáveis. Para tanto, o convite para participação de qualquer atividade relacionada à pesquisa será feito com a devida antecedência, garantindo por meio do diálogo, o dia e o horário mais conveniente para todos, com duração máxima de 1h30 minutos. Pensando ainda na possibilidade de vir a causar algum tipo de desconforto/constrangimento e invasão de privacidade, a presença da pesquisadora nas

dependências da escola e em outros espaços da comunidade, também será comunicado com antecedência, bem como, sobre o uso de equipamentos de áudio e imagem garantindo o anonimato dos sujeitos entrevistados, sempre respeitando aqueles e aquelas que preferem não aparecer. Será garantido ao entrevistado, a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Confirmando o caráter voluntário da participação, ausência de custos, sem compensação financeira e sem possibilidade de qualquer ressarcimento.

A pesquisadora se compromete a iniciar a coleta de dados exclusivamente após a aprovação do processo no Comitê de Ética em Pesquisas e confirma que serão usados recursos próprios para a realização.

Estou ciente de que os dados coletados, por meio de entrevista oral e escrita são de livre consentimento e que a pesquisa será publicada, podendo ter seu conteúdo destinado à divulgação do público acadêmico e ao público em geral em artigos científicos, relatórios técnicos e demais projetos desenvolvidos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

A presente autorização abrange os usos acima, tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica, programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e fechada, documentários para o cinema, DVD, suportes de computação gráfica em geral e divulgação científica de pesquisas, sem qualquer ônus ao coordenador do projeto bem como, ao Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Unilab e a própria Unilab, ou a terceiros, expressamente autorizados, que poderão utilizá-los para projeto de natureza sócio-cultural e de preservação da memória e da história em todo o território nacional e no exterior.

Estou ciente de que não recebi nenhum pagamento para participar da pesquisa. Assim como estou sendo informado(a) que as informações coletadas serão usadas apenas para a realização da pesquisa e estou sendo assegurado(a) que a qualquer momento terei acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para resolver dúvidas que possam surgir. Estando também ciente de que tenho liberdade de retirar o consentimento a qualquer momento e não participar do estudo, sem que isto traga nenhuma penalidade ou prejuízo, assim como tenho a garantia, por parte da pesquisadora, que a minha identificação será preservada.

Por fim, estou ciente do destino (geralmente é garantida a sua destruição) do material após o término da pesquisa, para manutenção de privacidade.

O abaixo assinado:

_____, _____ anos,
declaro que é de livre e espontânea vontade que estou participando como voluntário(a) da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E, declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo. Por esta ser a **expressão** da minha **vontade**, **declaro que autorizo o uso** acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais de meu depoimento ao projeto.

Redenção, _____ de _____ de 2025

Assinatura : _____

Pesquisadora responsável: Maria Lucy dos Santos Lima Endereço: Avenida B 200, casa 506,
Jereissati 3, Pacatuba Ce/ Fone:(85) 986098919
e-mail: lucy61468@gmail.com

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA LUCY DOS SANTOS LIMA
Data: 17/09/2025 13:16:21 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da pesquisadora: _____

Contato do Comitê de Ética e Pesquisa - UNILAB

E-mail: cep@unilab.edu.br

Telefone: (85)3332-6190

Endereço: Sala 13 A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição,
nº 3, Centro, CEP:62.790-00, Redenção - Ceará – Brasil.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA TELVIRA DA CONCEICAO
Data: 11/03/2026 22:47:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>